

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS**  
**ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**João Batista Carvalho da Cruz**

*Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições  
estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*

São Leopoldo

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS**  
**ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**João Batista Carvalho da Cruz**

*Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições  
estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marluza Marques Harres**

São Leopoldo

2010

C957d Cruz, João Batista Carvalho da  
Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul / por João Batista Carvalho da Cruz. -- São Leopoldo, 2010.

165 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.  
“Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marluza Marques Harres, Ciências Humanas”.

1.Política – Rio Grande do Sul. 2.Partidos políticos – Partido Trabalhista Brasileiro. 3.Eleições estaduais – Rio Grande do Sul - 1947. 4. Adversário político. I.Título.

CDU 32(816.5)  
329(81)PTB  
324

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

João Batista Carvalho da Cruz

***Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 28/05/2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres

---

Profa. Dra. Carla Brandalise (UFRGS)

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (PUC-RS)

---

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir (UNISINOS)

À memória da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento.

## AGRADECIMENTOS

Concluída a dissertação, além de um dever é sobretudo uma alegria agradecer às pessoas e instituições indispensáveis na trajetória até aqui percorrida. Sem elas, nada teria acontecido.

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, um agradecimento aos meus pais, Renato e Marina, pela imensa dedicação. Sei de quanta coisa eles abriram mão para que eu pudesse chegar até aqui.

À Maura, *little darling*, pelo companheirismo, carinho, estímulo, paciência e leituras atentas.

Um agradecimento especial à professora Marluza Marques Harres, pela orientação séria e dedicada, além de ter sido a principal incentivadora do meu trabalho desde o primeiro momento.

Aos professores Cláudio Pereira Elmir e René Gertz, pelas valiosas sugestões feitas durante o exame de qualificação. Ao René, de quem fui aluno na graduação, também por ter me ajudado a despertar o gosto pelo estudo da história política do Brasil.

Sou grato às professoras Céli Regina Jardim Pinto e Márcia Eckert Miranda, tanto pelo empréstimo de livros quanto por suas dicas sobre teoria e acesso às fontes.

À Janaína Trescastro, pelo empenho e eficiência junto à secretaria do PPG.

Aos meus colegas da pós, pela fraterna convivência, não apenas em sala de aula, mas durante as cervejas, cafés e mates compartilhados: Ana Carla, Carina, Carol, Ianko, Jônatas, Mariluci e Melina. À Ana Carla agradeço de maneira especial pela hospedagem durante o último encontro da Anpuh, em Fortaleza. Que satisfação ter conhecido vocês!

Ao amigo Jeferson Andreu, por suas leituras e críticas minuciosas.

Ao “pessoal do Museu”, em particular Carlos Roberto (Beto), Denise, Liana e Mara, constantemente dispostos a ajudar, seja por meio de indicações sempre úteis para minha pesquisa, seja pelos simples bate-papos acerca dos meandros da pesquisa histórica.

A algumas instituições que guardam o “bem precioso” dos historiadores, as nossas fontes: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), Centro de Documentação sobre a AIB/PRP (CD-AIB/PRP), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no Solar dos Câmara.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que me acolheu e me emprestou parte de sua excepcional estrutura acadêmica; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida, sem a qual esta pesquisa jamais teria sido possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, pela seriedade como funciona, evidenciada já no decorrer do processo de seleção.

Por fim, gostaria de agradecer a uma pessoa que igualmente contribuiu para a existência deste trabalho, mesmo que de maneira indireta. Quando iniciei a graduação em História na UFRGS, de minha pouca maturidade quase resultou o abandono do curso e, por conseguinte, do sonho da docência até hoje cultivado. Nos idos de 2005, tive o privilégio de cursar a disciplina de História do Rio Grande do Sul com a grande professora Sandra Jatthy Pesavento, de quem fui aluno em outras duas ocasiões. Através dela, descobri que a História poderia ser algo alegre, divertido e entusiasmante sem, para tanto, precisar abrir mão do rigor e da seriedade. Seu exemplo me incentivou a chegar até aqui. Quando ainda escrevia as primeiras páginas da minha dissertação, em março do último ano, recebi com tristeza a notícia de que a professora Sandra havia nos deixado. Este trabalho também pode ser compreendido, portanto, como uma muito singela homenagem à sua memória.



## RESUMO

A criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) marcou profundamente a política no Rio Grande do Sul no período 1945-64. Com uma tradição de bipolaridade, a política gaúcha daquele contexto se caracterizou pela oposição entre um campo mais progressista, representado pelo PTB, e outro conservador, liderado pelo Partido Social Democrático (PSD). Neste estudo buscamos analisar a atuação do PTB nas eleições estaduais de 1947, recorrendo para isso a elementos da teoria do campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu. Procuramos compreender a trajetória inicial e o tipo de capital político que o partido então acumulou. As fontes utilizadas são os periódicos da época, artigos, entrevistas e depoimentos de lideranças partidárias, bem como um conjunto de cartas trocadas entre as mesmas. Uma possível contribuição do presente trabalho será evidenciar a importância que aquela disputa eleitoral assumiu no processo de formação do PTB gaúcho, especialmente por se tratar de um momento privilegiado para a criação de símbolos políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** PTB; trabalhismo; eleições; campo político.

## ABSTRACT

The foundation of the *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) – “Brazilian Labor Party” – deeply marked the politics in *Rio Grande do Sul* from 1945 to 1964. With bipolarity tradition the *gaucha* politics of those decades was defined by the conflict between a more progressive posture, represented by the PTB, and a more conservative one, leaded by the *Partido Social Democrático* (PSD) – “Social Democratic Party”. The present study intends to analyze the role PTB played at the gubernatorial elections of 1947, based on aspects from Pierre Bourdieu’s political field theory. This study also seeks understanding the initial trajectory and the political capital the party accumulated at that time. The sources were periodic newspapers, articles, interviews and declarations of leading parties and a set of letters traded between them as well. A possible contribution of this study might be proving the importance of that particular political dispute had in the foundation process of the “gaucho” PTB mainly for being such a propitious moment for the creation of political symbols.

**KEYWORDS:** PTB; labourism; elections; political field.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eleição para a Presidência da República no RS (02/12/1945).....	64
Quadro 2 – Eleição para o Senado Federal no RS (02/12/1945).....	65
Quadro 3 – Eleição para a Câmara Federal no RS (02/12/1945).....	65
Quadro 4 – Eleição para governador do RS (19/01/1947).....	147
Quadro 5 – Eleição para o Senado Federal no RS (19/01/1947).....	148
Quadro 6 – Eleição para governador em Porto Alegre (19/01/1947).....	149
Quadro 7 – Eleição para a Assembleia Legislativa do RS (19/01/1947).....	150

## LISTA DE SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CAE – Conselho Administrativo de Estado

CAERGS – Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
da Fundação Getúlio Vargas

DAE – Departamento Administrativo de Estado

DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FUG – Frente Única Gaúcha

LEC – Liga Eleitoral Católica

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

PCB – Partido Comunista do Brasil

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STM – Supremo Tribunal Militar

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCB – União Cultural Brasileira

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

USB – União Social Brasileira

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. AOS <i>TRABALHADORES DO BRASIL</i> , UM NOVO PARTIDO: A FORMAÇÃO DO PTB NO RIO GRANDE DO SUL.....	25
1.1. Elementos de uma herança varguista.....	26
1.2. Transição para a democracia, novo código eleitoral e partidos políticos.....	32
1.3. O surgimento do PTB.....	41
1.4. A formação do PTB no Rio Grande do Sul.....	53
1.4.1. A União Social Brasileira.....	66
1.5. Rumo ao desafio das urnas.....	73
2. AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1947 NO RIO GRANDE DO SUL: OS AGENTES PRINCIPAIS.....	75
2.1. Imagens em construção.....	82
2.1.1. O filósofo Pasqualini.....	82
2.1.2. O Doutor Décio.....	86
2.1.3. O gaúcho Jobim.....	89
2.1.4. O capital político e a imagem pública dos candidatos.....	93
2.2. Os candidatos ao Senado Federal.....	100
2.3. “Ele disse: Vote em Alberto Jobim e Walter Pasqualini!”: o papel de Vargas e o getulismo como campo de posições.....	104
3. O PTB GAÚCHO E SEUS ADVERSÁRIOS NO JOGO POLÍTICO: PROPAGANDAS, PLATAFORMAS E RESULTADOS ELEITORAIS.....	116
3.1. A campanha eleitoral.....	117
3.1.1. “De pé pelo Rio Grande com Alberto Pasqualini!”.....	119
3.2. A Liga Eleitoral Católica e “os supremos interesses da consciência cristã”.....	136
3.3. O resultado das urnas.....	147

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
FONTES DE PESQUISA.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	160

## INTRODUÇÃO

UM OPERÁRIO: “O dr. Alberto Pasqualini é amigo dos pobres como o dr. Getúlio. Se ele fizer no governo do Rio Grande do Sul o que me disseram que está prometendo, os trabalhadores só terão a lucrar. Eu sou militante do PTB e vou votar em Alberto Pasqualini, o candidato do senador Vargas.”

UM FUNCIONÁRIO: “Conheço o dr. Pasqualini apenas através desses retratos pregados na rua. Não tenho nada contra e acho até que vou votar nele, só para me divertir, para ver de que jeito ele botará na prática seu programa verdadeiramente utópico. No fim de três meses, ele pedirá demissão...”

UM INDUSTRIALISTA: “Pasqualini é o meu candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Eu votaria nele mesmo que a sua candidatura não tivesse o apoio do Getúlio. É um homem moço e um bom democrata. É inteligente e bem intencionado. Mas, se ele for apoiado pelos comunistas, não quero nada com ele.”<sup>1</sup>

Nos processos de redefinição da vida política de um país, tanto mais intensas serão as disputas simbólicas quanto maiores forem as incertezas diante do porvir. Em meados dos anos 1940, o Brasil encontrava-se às voltas com sua redemocratização. Chegava ao fim o regime autoritário do Estado Novo, ao mesmo tempo em que partidos se formavam e eleições para executivos e parlamentos deveriam ser realizadas. O novo momento impunha aos agentes diferentes maneiras de fazer política, sobretudo em sua busca por legitimidade. Os três depoimentos acima, retirados da seção *A Voz do Povo*, da *Revista do Globo*, dizem muito a respeito da disputa simbólica que ocorria em âmbito nacional e, particularmente, no Rio Grande do Sul.

Identificados apenas pela profissão e por suas impressões digitais, os entrevistados responderam à pergunta: *O que pensa você do candidato Pasqualini?* Faltava pouco mais de um mês para a eleição de 19 de janeiro de 1947, que definiria, entre outros cargos, o futuro governador do estado. Além de Alberto Pasqualini, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concorreram ao governo gaúcho Walter Jobim, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) – contando com os apoios do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do Partido de Representação Popular (PRP) –, e Décio Martins Costa, representando a coligação entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Libertador (PL).

Por mais paradoxal que pareça, a atuação de Getúlio Vargas teve grande importância

---

<sup>1</sup> *Revista do Globo*, nº 424, 07/12/1946, p. 16.

naquele pleito.<sup>2</sup> Eram constantes as referências ao seu nome e à liderança que exercia. No horizonte político do ex-ditador, porém, surgia um projeto maior de retorno ao Palácio do Catete, agora através do voto. Tal propósito direcionou grande parte dos seus movimentos desde fins de 1945, quando fora retirado do poder. À medida que buscava consolidar uma base de apoios, no Rio Grande agiu quase sempre em favor de um acordo entre os dois partidos a ele vinculados, PSD e PTB, mas teve que aderir, no último instante, a uma candidatura alternativa requerida pelos próprios petebistas. Avultava-se, nesse processo, a figura de Pasqualini, cujo prestígio pode ser deduzido dos depoimentos oferecidos à *Revista do Globo*.

Das respostas ainda emerge, sutilmente, um cenário mais amplo. Aqueles eram anos que emolduravam imagens de guerra. Não apenas a já encerrada Segunda Guerra Mundial, mas também a Guerra Fria, que se iniciava, ambas responsáveis pelo entrecruzamento na mente das pessoas de simbologias relacionadas à democracia, ditadura, nazismo, fascismo, comunismo, valores cristãos... “Mas, se ele for apoiado pelos comunistas, não quero nada com ele”, sentenciou o industrialista. Desse modo, através de um constante jogo de oposições e distinções, os agentes políticos manipulavam intensamente tais símbolos.

É nesse quadro que se situa minha problemática de pesquisa. Quando ingressei no mestrado em História, meu objetivo era oferecer uma contribuição aos estudos sobre *trabalhismo* no Rio Grande do Sul. O interesse pelo tema surgiu a partir de leituras que realizei nas disciplinas de História do Brasil cursadas durante a graduação. Filho de uma família de militantes trabalhistas, cresci ouvindo os nomes de políticos como Getúlio, Pasqualini, Brizola e Jango serem pronunciados com entusiasmo em minha casa. Tive, portanto, uma sensação de familiaridade ao deparar-me com alguns dos personagens que apareciam nas obras, por exemplo, de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. Além disso, fizeram enorme sentido para mim as interpretações que deram esses dois autores, em particular, para o espaço de tempo que vai do primeiro governo Vargas até o golpe de 1964. O que Ferreira chama de *o imaginário trabalhista* guarda um trato íntimo com as histórias que eu escutava.

Feito o levantamento bibliográfico visando à elaboração do anteprojeto de pesquisa, descobri que não apenas o trabalhismo gaúcho é pouco estudado, mas o próprio período por muitos nomeado como *democracia populista* (1945-64), no caso específico do Rio Grande

---

<sup>2</sup> O paradoxo reside na circunstância apontada por Gomes e D’Araújo (1989: 21): “caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio do ditador”.



do Sul, carece de estudos de peso.<sup>3</sup> Intrigava-me o processo de transição para a democracia, especialmente a compreensão de como uma ideologia forjada durante o Estado Novo, o trabalhismo, se institucionalizou em um partido político, o PTB. Ou, ainda, quais caminhos teriam sido trilhados pelos mais diversos agentes políticos nesse momento de transição. Logo, no anteprojeto apresentado à banca de seleção, foi possível enunciar a seguinte problemática: *no contexto – eleitoral e de formação partidária – do Rio Grande do Sul entre os anos de 1945 e 1947, qual foi a atuação do PTB no campo político?*

A proposta, por conseguinte, era utilizar um referencial teórico desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu para verificar como lideranças do PTB gaúcho atuaram naquela época. A teoria bourdieusiana do *campo político* é apropriada para explicar, fundamentalmente, as disputas nas instâncias formais do poder em contextos democráticos, como é o caso do Brasil no período 1945-64. O campo político, para o autor, “é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu, 1989: 164). A participação de uma determinada população na política “depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos” (Bourdieu, 1989: 165). Quanto menores as possibilidades de acesso a tais instrumentos (materiais e culturais, sobretudo o *tempo livre* e o *capital cultural*), mais concentrado estará o capital político nas mãos de um pequeno grupo, assim aparecendo como um monopólio de “profissionais”. O capital político é simbólico acima de tudo, uma vez que “a luta política é a luta simbólica por excelência, pois seu principal objetivo é converter, é o fazer crer que sua proposta é a melhor para todos: transformar os interesses localizados de grupos, isto é, de classe ou fração de classe, em interesses gerais” (Pinto, 1996: 225).

O jogo político, mantido em função de interesses específicos – seja o simples prazer de jogar ou as vantagens decorrentes da posse de um material simbólico –, pressupõe um *conluio originário* entre aqueles que dele participam, uma solidariedade que fica implícita e estabelece a adesão e o respeito ao próprio jogo. É uma luta simbólica – pela conservação ou pela transformação do mundo social – que opõe os profissionais, sendo os partidos

---

<sup>3</sup> Tomei por referência, inicialmente, o balanço historiográfico realizado por Gertz (2004). Vários estudos tiveram importância na trajetória desta pesquisa, proporcionando diferentes aportes, como a indicação de pontos de partida para o levantamento de fontes ou, em especial, a identificação de algumas linhas interpretativas mais gerais acerca da história política do Rio Grande do Sul no período em questão. A contribuição de cada um desses estudos deverá restar clara no decorrer do trabalho.

políticos os agentes por excelência dessa luta. Consiste, segundo Bourdieu, em “uma forma sublimada de guerra civil” que precisa subordinar o maior número possível de agentes em torno da lógica da conquista de poder. Ela assume, pois, “a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ (as administrações do Estado)” (Bourdieu, 1989: 174). A ação que o campo político exerce sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas faz com que ele influa e seja influenciado pelo econômico e pelo social, e não resulte deles apenas como mero reflexo.

Em resumo, o campo político estabelece critérios próprios de avaliação da realidade, que se naturalizam entre seus participantes, sendo a busca pelo poder político, nesse caso, um critério essencial. A maneira como os agentes atuam (suas posturas ou discursos) objetiva, para fora do campo propriamente dito, convencer a maior quantidade possível de “profanos”, assim aumentando seu capital político através da legitimação que estes lhes conferem: quanto maior a base, melhores são as condições de investimento no jogo político. A luta interna no campo político é, portanto, contrabalançada pela necessidade que têm os agentes de mobilizar fora do campo. A força de um discurso depende do seu grau de reconhecimento “por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses” (Bourdieu, 1989: 183). Nesse sentido, o porta-voz se apropria da palavra (falar em nome de) e de *ideias-força* – medidas não por seu valor de verdade, mas por sua *força de mobilização*. Nos termos de Bourdieu (1989: 188): “O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”.

Determinados elementos da teoria do campo político serão retomados no decorrer do trabalho, sobretudo os que utilizo. Por ora, quero tratar do problema de pesquisa, no começo colocado de modo bastante amplo, mas aprofundado ao longo dos meses iniciais do mestrado, bem como abordar alguns dos conceitos e categorias empregados.

Diversos foram os fatores envolvidos na formação do PTB no Rio Grande do Sul. Entre eles, destaco o trabalhismo, o getulismo, a atuação e liderança de Getúlio Vargas, a atuação de setores do sindicalismo oficial e a atuação de Alberto Pasqualini. Os três primeiros apresentam-se fortemente interligados, embora possuam definições distintas.

Tanto o trabalhismo quanto o getulismo estão relacionados ao regime estado-novista: o primeiro pode ser entendido como a ideologia principal daquele período, aparecendo menos como intervenção autônoma dos trabalhadores e mais como proveniente de uma política pública estatal; o segundo foi um movimento de opinião pública favorável à figura de Getúlio também criado naquele contexto. Há, na verdade, certa confusão entre os dois termos, à medida que um e outro remetem à legislação social (trabalhista, sindical e previdenciária) que regulamentou o mercado de trabalho no Brasil. Se, durante o Estado Novo, apareciam como complementares, na fase democrática, contudo, o trabalhismo ganhou novas lideranças e contornos doutrinários diferenciados, enquanto o getulismo manteve sua marca personalista (Pandolfi, 1990: 275).

Quanto à liderança de Vargas, compreendo-a como consequência do imenso capital político do ex-presidente, capital esse que reforçou o getulismo e, ao mesmo tempo, foi resultado desse movimento de opinião pública. Mas, além disso, a liderança de Vargas adveio de uma ampla rede de lealdades políticas que atuavam a seu favor, ou seja, “políticos profissionais” que agiam de acordo com suas orientações.

Alberto Pasqualini, da mesma forma, é um agente que dispunha de grande volume de capital político, adquirido a título pessoal e decorrente principalmente de duas condições. Em primeiro lugar, de sua trajetória intelectual, muito cedo reconhecida, ainda no tempo em que estudara na Faculdade de Direito de Porto Alegre, e que teve um ponto alto com a articulação de um forte movimento em favor de suas ideias no transcorrer de 1945. A partir deste, se organizaria a União Social Brasileira (USB), agrupamento político que se fundiu ao PTB no ano seguinte. Em segundo lugar, derivado do conjunto de ações que desempenhou durante o período em que fora secretário do Interior e Justiça, muitas vezes contrárias às normas ditatoriais do Estado Novo, como, por exemplo, a censura à imprensa e o controle excessivo sobre os cidadãos de origem italiana e alemã. Com efeito, o ingresso de Pasqualini e do grupo a ele ligado garantiu ao PTB gaúcho, nos primórdios, contornos específicos em relação ao partido em nível nacional.

Um outro fator refere-se à atuação de setores do sindicalismo oficial. Devo ressaltar, antes de tudo, que está por ser estudada a relação entre o PTB e os sindicatos em esfera regional. Carecem de análise, por exemplo, as disputas entre trabalhistas e comunistas no âmbito do movimento sindical gaúcho no pós-45.<sup>4</sup> Como toda pesquisa acadêmica exige

---

<sup>4</sup> Um ponto de partida para possíveis análises dessas temáticas é o trabalho de Glaucia Konrad (2006), em particular o quarto capítulo (p. 263-326), onde a autora examina os movimentos grevistas de 1945 no estado

delimitações e, por consequência, exclusões, não será possível aqui enfrentar tais temáticas com maior profundidade. Elas aparecerão no decorrer do trabalho, porém na medida requerida pela problemática central. Veremos que foi exatamente um conjunto de sindicalistas getulistas, à época liderados por José Vecchio e Sílvio Sanson, que tomou a dianteira na fundação do PTB gaúcho. De início organizadores da chamada ala trabalhista do PSD, logo identificaram traços conservadores nessa agremiação, motivo pelo qual fundaram o PTB no estado.

Assim, examinar *a atuação do PTB no contexto – eleitoral e de formação partidária – do Rio Grande do Sul entre os anos de 1945 e 1947*, implica levar em conta os fatores acima. Mas cumpre precisar, fundamentalmente, que o eixo prioritário escolhido para investigação é a participação do partido no pleito estadual de 1947. Pressupondo que as disputas políticas se intensificam e se evidenciam durante os processos eleitorais, acredito que aquela eleição configurou uma espécie de “apresentação” dos partidos nascentes à sociedade.

Essa problemática desdobrou-se em algumas questões que orientaram o desenvolvimento da pesquisa: Quais circunstâncias estiveram ligadas à fundação do PTB gaúcho? Como atuaram as duas principais lideranças petebistas envolvidas no processo eleitoral: Vargas e Pasqualini? Sendo o getulismo, na democracia que se inaugurava, um influente instrumento eleitoral definidor de campos de posições, conforme apontaram Gomes e D’Araújo (1989: 8-9), qual foi a postura dos agentes, em particular dos petebistas, em relação a ele? Se as tomadas de posição no campo político só adquirem sentido se vistas de forma relacional, como o PTB buscou diferenciar-se dos demais partidos diante de temas considerados relevantes à época? De que modo o trabalhismo apareceu na retórica de Pasqualini ao longo da campanha eleitoral?

O trabalhismo foi um dos principais pilares de sustentação do PTB. Foi a ideologia que lhe deu origem e igualmente funcionou como uma espécie de ideia-força dotada de amplo poder mobilizatório. Torna-se necessário, portanto, abordar um debate que envolve as categorias trabalhismo e populismo.

Grande parte da historiografia denomina como populista o período democrático entre 1945 e 1964 no Brasil. Alguns historiadores, contudo, como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, ancorados no conceito de cultura política, criticam a utilização da categoria *populismo* para a análise daquele contexto, sobretudo em função do fardo semântico

---

tentando relacioná-los ao ocaso do regime estado-novista. Igualmente, a respeito do movimento operário em Porto Alegre no transcurso da dita Era Vargas, veja-se o estudo de Alexandre Fortes (2001).

profundamente negativo que essa ganhou ao longo do tempo. Por conseguinte, adotam em seus estudos a categoria *trabalhismo*, entendida como uma tradição pertencente à cultura política brasileira.

Tais categorias foram debatidas por diferentes autores em uma coletânea organizada por Jorge Ferreira.<sup>5</sup> Em artigo intitulado *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*, Ferreira (2001a) busca reconstituir a história do conceito, questionando seu uso tradicional na explicação da política brasileira. Afirma ele: “(...) não compreendo a expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido ‘populista’, mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e portanto construída, para explicar essa mesma política” (Ferreira, 2001a: 63-64). O populismo, desde os anos 1950, quando passou a ser utilizado pelas Ciências Sociais no Brasil, tem servido para nomear uma prática política – ou um tipo de político – demagógica, manipuladora, que engana o povo com falsas promessas através de um discurso fácil. Esse viés negativizado do conceito, conforme o autor, é corrente não apenas em grande parte do universo acadêmico, mas também fora dele, ou seja, em sua apropriação pelo senso comum até os dias atuais, em especial no jargão jornalístico e na retórica de políticos profissionais.

Jorge Ferreira situa duas fases no estudo do populismo no Brasil. Em linhas gerais, podemos dizer que a primeira delas vem na esteira da *teoria da modernização*, que nos anos 1950/60 buscava compreender o processo latino-americano de transição econômica (de “tradicional” para uma “economia de mercado”) e de ampliação da participação política das massas. Nesse sentido, autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Octávio Ianni centraram suas análises nas relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora no período entre 1930 e 1945. Já a teoria de Francisco Weffort, que conjugava repressão estatal, manipulação política e satisfação de demandas dos assalariados para compreender a problemática da relação Estado/sociedade<sup>6</sup>, serviu como base para uma segunda fase de estudos, nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, agora as variáveis repressão e manipulação eram ressaltadas, sendo o viés satisfação desconsiderado – ou mesmo desconhecido – em muitos casos (Ferreira, 2001a: 86).

---

<sup>5</sup> Ferreira, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>6</sup> Ver, sobretudo: Weffort (1978). Em tal obra, publicada sob o título *O populismo na política brasileira*, foram reunidos textos escritos pelo autor desde meados dos anos 1960.

Um dos principais referenciais teóricos dessa segunda fase foi o marxismo, particularmente com o conceito de *hegemonia* formulado por Antonio Gramsci. Ressaltava-se a proposta de que a dominação de uma classe social sobre outra não decorre apenas do uso da força, do poder repressivo do Estado, como pensavam vários estudiosos, mas que sua eficácia advém da conjugação com as instâncias “persuasivas” da sociedade. Auxiliado por seus “intelectuais orgânicos” e através dos mais diferentes meios (rádios, cinemas, jornais, comemorações cívicas etc.), o Estado teria difundido imagens e símbolos que exaltavam o governo. Nos termos de Ferreira (2001a: 87): “Assim, eliminando os operários mais combativos, com a polícia, e manipulando o restante da população, a partir dos meios de comunicação, o Estado populista teria alcançado amplo sucesso, sendo, dessa maneira, aceito como legítimo pelos trabalhadores”.

Contudo, as interpretações clássicas sobre o período passaram a sofrer críticas no campo da História desde meados dos anos 1980, em especial por trabalhos que incorporaram o enfoque cultural nas suas análises sobre a política brasileira. Influenciadas pela corrente historiográfica chamada história cultural – através dos trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Robert Darnton, Peter Burke, entre outros –, e pelo historiador inglês Edward Thompson, tais críticas trouxeram o debate sobre a produção de ideias e os lugares onde ela ocorre. Mais especificamente, argumentam que os subalternos não são meros receptores das ideias produzidas entre as classes dominantes; ao contrário, também são produtores de códigos comportamentais, crenças e valores que, combinados, formam a cultura popular. Novos conceitos, como *circularidade cultural*, *apropriação* e *resistência cultural* passaram a fazer parte dos estudos políticos no Brasil. Assim, não apenas as interpretações a respeito do conceito de populismo passaram a ser questionadas, quer dizer, a “coisa”, o fenômeno histórico, mas também o “nome”, o próprio conceito em si.

A obra já clássica de Angela de Castro Gomes (1988), *A Invenção do Trabalhismo*, surgiu no final dos anos 1980 como um modelo de interpretação histórica que se pretendia alternativo ao modelo populista de análise. Nela, a autora buscou compreender a maneira pela qual o processo histórico de constituição da classe trabalhadora enquanto ator coletivo ocorreu no Brasil. Esse processo, chamado pela autora de trabalhismo, teria sido articulado e implementado pelo Estado durante o primeiro governo Vargas (1930-45). O projeto político estatal teria tomado elementos da auto-imagem dos trabalhadores elaborados por suas lideranças na Primeira República e os investido de novo significado em um outro contexto. Especialmente no período que vai de 1942 a 1945, a “palavra” não estaria com os

trabalhadores, mas com o Estado. Dessa forma, um pacto político de mútuo reconhecimento teria sido articulado entre Estado e classe trabalhadora, envolvendo laços tanto materiais (legislação trabalhista) quanto simbólicos (valor fundamental do trabalho e dignidade do trabalhador). Da manipulação de um aparato simbólico, portanto, surgiu a “ideologia da outorga”, segundo a qual o Estado, personificado na figura de Vargas, seria responsável pela implementação de uma legislação social calcada em direitos trabalhistas, ao passo que a retribuição dos trabalhadores seria a legitimação do poder desse Presidente/Estado, constituindo uma “lógica de reciprocidade” (Gomes, 1988). Todavia, é importante ressaltar aqui o fato de que essa obra aduz o trabalhismo como *categoria* que nomeia uma prática da história política brasileira, possuidor de uma trajetória própria e tendo sido inventado e reinventado através do tempo pelos mais variados atores sociais. Seria uma categoria mais precisa – do que populismo – para caracterizar um tipo de relação política historicamente datada, quer dizer, Estado e classe trabalhadora durante o Estado Novo (Gomes, 2001: 46-48).

Posteriormente, Angela de Castro Gomes (2002) retomou a discussão acerca das categorias populismo e trabalhismo, propondo um exercício de historiografia dos conceitos, e não a análise de um período ou personagem. Nesse sentido, com trajetórias distintas, as duas categorias assumiriam estatutos também distintos. O populismo seria entendido como um *mito político*, ao passo que o trabalhismo seria uma *tradição política*, ambos pertencentes à cultura política brasileira. Utilizando seu livro *A Invenção do Trabalhismo* como exemplo, Gomes argumenta o porquê da utilização de trabalhismo para nomear uma experiência da história política do país. Segundo ela, “tal categoria nomeava, de forma mais palatável, um conjunto de ideias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política, que passariam a integrar a cultura política partidária e sindical brasileiras a partir dos anos 1940 e que se afirmaria durante os anos 1950” (Gomes, 2002: 58). A mitologia populista, ao contrário, nos fala de características que acompanhariam a sociedade brasileira desde suas origens, ou seja, uma sociedade fragmentada, verticalizada, hierarquizada, violenta etc. Uma mitologia que, independente do seu tipo (populismo “clássico” ou “neoliberal”, de direita ou de esquerda), sempre sugere a questão da identificação contínua da presença política de elites personalistas e egoístas, ao lado de um povo apático e inconsciente, a todo tempo passível de ser enganado. Para Gomes, o trabalhismo enquanto ideologia surgiu durante o Estado Novo, ligado ao getulismo e caracterizado por um projeto que se vinculou ao nacionalismo e à promessa de justiça social, ancorada nos direitos do trabalho. Com a

redemocratização de 1945, “por meio dos sindicatos e do PTB, o trabalhismo será relido e apropriado por trabalhadores e por lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades” (Gomes, 2005: 39). Segundo ela:

Desde 1945, portanto, o trabalhismo começa a ser compartilhado, em novas bases, por um circuito que comunica setores das elites com setores populares, ganhando significados específicos em cada um deles, em diferentes conjunturas políticas. Talvez se possa dizer, correndo algum risco, que é durante essa experiência que o trabalhismo começa a se estruturar como uma tradição da política brasileira, capaz de mobilizar eleitores e de ser mobilizada por políticos (Gomes, 2005: 39).

Uma outra obra que se pretende alternativa ao modelo populista de análise é *O Imaginário Trabalhista*, de Jorge Ferreira (2005). Utilizando o conceito de cultura, o autor focou sua análise na relação entre o PTB e seus militantes e simpatizantes, buscando reconstituir um aparato simbólico que teve existência real para os trabalhadores no período 1945-64. Ferreira investigou momentos marcantes da história política daquele contexto, como o movimento queremista e a Campanha da Legalidade, destacando a grande mobilização dos trabalhadores em tais episódios.

Nesse debate em torno de conceitos, portanto, é possível identificar, grosso modo, dois pólos de análise: primeiro, aqueles que, a partir do modelo populista, enfatizam as variáveis dominação/manipulação como fundamentais na relação entre Estado e sociedade durante o período que se abre em 1930 e se encerra com o golpe civil-militar de 1964; em seguida, os que, ao contrário, buscando dar um papel de sujeito aos trabalhadores, negam a utilização do conceito de populismo. Entre os primeiros, como já referi, estariam autores como Octávio Ianni e Francisco Weffort; entre os segundos, Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

Para o estudo da formação do PTB gaúcho, a segunda proposta de interpretação do contexto me parece mais plausível, inclusive porque, mesmo se afastando de uma análise estanque dos “teóricos do populismo”, não nega a existência de elementos de dominação nessa relação Estado/sociedade. Esses elementos são mais sutis: “nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio entre os dois lados” (Gomes, 2005: 24). A própria ideia de um pacto político, que pressupõe negociação, confirma essas marcas de sutileza. Outra questão importante é a valorização da dimensão simbólica que envolve a relação, e não apenas uma determinação mecânica do político e do social pelo econômico. Nesse sentido, a definição posterior de um conceito de cultura política permitiu aos historiadores o estudo não só das esferas formais



do poder, mas também das esferas não formais, ou seja, aquelas situadas fora do plano político-institucional. Não se trata mais de pensar o poder, inclusive do Estado, apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação (Gomes, 2005: 31). Assim, o grande desafio que se coloca ao pesquisador é compreender o grau de complexidade contido na relação Estado/sociedade, ou, no caso do tema a partir do qual surge esta reflexão, na relação entre partido político e sociedade.

Isto posto, cabe ainda explicitar as fontes utilizadas na pesquisa. Lancei mão, basicamente, dos seguintes documentos: no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), localizei um conjunto de correspondências trocadas entre lideranças ligadas ao PTB e ao PSD no período em questão, sobretudo cartas e telegramas pertencentes ao Arquivo Getúlio Vargas. No acervo do Programa de História Oral dessa mesma instituição, tive acesso a depoimentos de dois fundadores do PTB, um no âmbito do Rio de Janeiro, José Gomes Talarico, e outro no caso do Rio Grande do Sul, José Vecchio. Ambas as entrevistas aparecerão referenciadas na bibliografia pelo nome dos depoentes.

Além dessas, fiz uso de uma entrevista que me foi concedida por Antônio de Pádua Ferreira da Silva, realizada em Porto Alegre, na sede do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no dia 1º de outubro de 2009. Com duração aproximada de duas horas e trinta minutos, seus temas principais versaram sobre a organização da USB, a formação do PTB gaúcho e o processo eleitoral de 1947 no estado. Pádua era uma figura bastante próxima a Alberto Pasqualini naquele momento, tendo então participado ativamente do processo político. Foi um dos fundadores, por exemplo, da chamada Ala Acadêmica do partido.

Algumas publicações também consistiram em fontes para o trabalho: as memórias do ex-militante e ex-dirigente petebista Sereno Chaise, recolhidas e editadas por Klöckner (2007), e as memórias de Paulo Brossard – à época ligado ao Partido Libertador –, recolhidas e editadas por Valls (2004). Igualmente, utilizei textos de Pasqualini presentes na compilação de sua obra feita por Pedro Simon (1994). O livro do próprio Pasqualini, *Bases e sugestões para uma política social*, de 1948, serviu-me como fonte.

Em termos metodológicos, uma característica comum entre as correspondências, depoimentos e livros de memórias, é que tais documentos possibilitam, em certa medida, uma visão dos “bastidores” do jogo político. Já as fontes de imprensa, evidentemente, permitem apreender, entre outras coisas, a dimensão pública do jogo. Nesse sentido, no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), efetuei o levantamento em

três periódicos: *Correio do Povo* (março de 1945 a fevereiro de 1947), *Diário de Notícias* (março de 1945 a fevereiro de 1947) e *Revista do Globo* (setembro de 1946 a fevereiro de 1947). Através do levantamento, feito dia a dia no caso dos jornais e nas edições quinzenais da revista, localizei um conjunto de notícias, editoriais, entrevistas e artigos de lideranças partidárias e *a pedidos* publicados pelas siglas.

Quanto ao tratamento dado a esses documentos de imprensa, tomei por referência o artigo de Elmir (1995). Nele, o autor chama a atenção para a necessidade de o historiador, cujo tempo da leitura difere do tempo da formulação do periódico, realizar uma “leitura intensiva” dessa fonte. Deve-se ter em conta que os agentes históricos que produzem tal tipo de discurso estão inseridos em um campo de expectativas, e por isso torna-se importante historicizar o periódico, entender como ele funcionava, para não incorrer no erro de “superinterpretar” o texto. Do mesmo modo, uma correta interpretação exigirá a capacidade de estabelecer a regularidade, a constância da ideia encontrada. Daí a relevância do exame do maior número: “Em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia” (Elmir, 1995: 23).

Acredito que inclusive em trabalhos como este, em que a imprensa não constitui o objeto de análise, essas questões têm de ser consideradas, isto é, devem estar presentes para o pesquisador ao longo da investigação. Por isso, quero fazer um breve registro em relação aos jornais aqui levantados. O exame feito dia a dia no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias* permitiu-me verificar que as notícias, entrevistas e artigos de lideranças e até os *a pedidos* (publicações pagas pelas siglas aos veículos de imprensa) referentes ao PTB, apresentavam maior recorrência naquele primeiro. O *Diário* não apenas veiculava mais informações sobre os partidos antigetulistas, como também os textos escritos por lideranças que se opunham a Vargas eram ali mais constantes. No começo de 1945, por exemplo, na conjuntura da abertura democrática, a campanha pela anistia a presos e exilados políticos ganhou ampla cobertura nas páginas do *Diário*. Uma das explicações para isso – talvez a principal – reside no fato de que o órgão integrava os *Diários Associados* – cadeia de jornais dirigida por Assis Chateaubriand, jornalista que vinha executando uma veemente campanha anti-Vargas, conforme apontou Oliveira (2008: 34-35).

Dado o grau de complexidade envolvido na análise dessa vinculação entre agentes do campo político e do campo jornalístico – para usar as definições de Pierre Bourdieu –, não foi possível aprofundá-la aqui. A tarefa extrapolaria os limites da pesquisa. Entretanto,

fica o registro de que tal relação configura um tema que está a merecer estudos mais detidos.

A estrutura do trabalho poderia ser dividida em duas partes, uma constituída pelo capítulo inicial e a outra pelos dois capítulos seguintes.

No primeiro capítulo, *Aos Trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no Rio Grande do Sul*, procurei compreender as circunstâncias que estiveram ligadas ao surgimento da seção regional da sigla, percorrendo uma linha cronológica que começou nos anos de articulação do projeto trabalhista no Estado Novo, passou pelo processo de transição para a democracia (ênfase na repartidarização), pela criação do PTB em âmbito nacional, até chegar ao caso sulino. A ideia inicial era dividir a abordagem em dois capítulos, mas, dado o caráter excessivamente bibliográfico que um deles acabaria adquirindo, resolvi condensá-los em um único, daí sua maior quantidade de páginas. Tentei mostrar que a formação do PTB gaúcho guardou semelhanças com o observado em sua escala nacional mais genérica, mas nem por isso deixou de abarcar certas especificidades.

No segundo capítulo, *As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul: os agentes principais*, passei ao eixo prioritário de investigação, onde fiz uma breve contextualização acerca do pleito e examinei as atuações dos principais agentes envolvidos, destacando a imagem pública e o capital político de cada um dos concorrentes. Igualmente, analisei o processo de definição das candidaturas, no qual Vargas aparece como uma das figuras centrais.

No terceiro e último capítulo, *O PTB gaúcho e seus adversários no jogo político: plataformas, propagandas e resultados eleitorais*, tratei da campanha eleitoral propriamente dita. Investiguei, de início, os principais elementos que balizaram a campanha pasqualinista; a seguir, aprofundei um eixo que entendi relevante na disputa: o anticomunismo pregado pela Liga Eleitoral Católica (LEC). O resultado das urnas encerra o capítulo.

## 1. AOS TRABALHADORES DO BRASIL, UM NOVO PARTIDO: A FORMAÇÃO DO PTB NO RIO GRANDE DO SUL

Foi o chefe mais amado da nação  
 Desde o sucesso da revolução  
 Liderando os liberais  
 Foi o pai dos mais humildes brasileiros  
 Lutando contra grupos financeiros  
 E altos interesses internacionais

Deu início a um tempo de  
 transformações  
 Guiado pelo anseio de justiça  
 E de liberdade social  
 E depois de compelido a se afastar  
 Voltou pelos braços do povo  
 Em campanha triunfal

Abram alas que Gegê vai passar  
 Olha a evolução da história  
 Abram alas pra Gegê desfilar  
 Na memória popular (...)

*Dr. Getúlio*, samba-enredo de Chico Buarque e Edu Lobo (1983)<sup>7</sup>

“Divisor de águas”. Tem sido recorrente, na historiografia, o uso de tal expressão para definir o papel de Getúlio Vargas no processo de repartidarização ocorrido no Brasil em meados dos anos 1940. Dado o grande arcabouço institucional que então legava o primeiro governo Vargas (1930-45), seria pouco provável que os novos partidos não tomassem sua figura como referencial político, fosse para criticá-la ou para defendê-la. Em esfera paralela à institucional, isto é, nos domínios da memória popular, elementos incorporados ao desfile do ex-presidente – até os dias atuais, pode-se dizer – aparecem na letra de Chico Buarque e Edu Lobo: “Foi o pai dos mais humildes brasileiros / Lutando contra grupos financeiros / E altos interesses internacionais”.

Aqui analisaremos, pois, a formação do partido que daria sustentação para que Getúlio, “em campanha triunfal”, retornasse ao Palácio do Catete em 1950, enfocando justamente aquela que foi sua seção regional mais importante e berço de algumas de suas principais lideranças, ou seja, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no âmbito do Rio

<sup>7</sup> Extraído de: HOLLANDA, Chico Buarque de. *Tantas Palavras*. Todas as letras e reportagem biográfica de Humberto Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 440-441.

Grande do Sul. Nossa proposta, contudo, é mostrar que, além de contar com o inegável prestígio de Vargas, o PTB gaúcho também soube demarcar posições no disputado jogo político da época, constituindo-se em uma opção na qual parte da sociedade, em particular os trabalhadores, depositou esperanças e expectativas. As proposições do partido tiveram real ressonância no cotidiano de muita gente.

Antes de prosseguirmos, é preciso salientar que o surgimento do PTB envolveu, por óbvio, uma gama variada de fatores. Seria bastante difícil pormenorizá-los todos aqui, e sequer é essa nossa intenção. A abordagem que ora fazemos baseia-se na linha interpretativa segundo a qual o PTB deitou raízes em um determinado projeto político estatal, projeto esse elaborado sobretudo no começo dos anos 1940. O essencial, neste capítulo, será demonstrar que igualmente no caso sulino a sigla nasceu vinculada a uma prática e a um discurso bastante difundidos àquele tempo, mas nem por isso deixou de ali abarcar alguns aspectos peculiares. Tais especificidades, no entanto, em breve iriam influenciar ou mesmo se articular à sua atuação nacional. Partiremos dessas premissas para, nos capítulos seguintes, aprofundarmos nosso eixo prioritário de investigação: a “apresentação” do partido à sociedade gaúcha pela via eleitoral.

### 1.1. ELEMENTOS DE UMA HERANÇA VARGUISTA

Embora desde cedo presentes, foi com a instauração de um regime ditatorial, o Estado Novo (1937-1945), que as características fundamentais do primeiro governo Vargas se evidenciaram. Entre outras coisas, esse momento coincidiu com a popularização do rádio no Brasil e marcou o início das presidências carismáticas.<sup>8</sup> Ambas as questões estão entrelaçadas, porquanto foi através das ondas do rádio que se empreenderam muitos dos esforços para promover a imagem do governo e de seu chefe junto às massas. Outros veículos de comunicação, ainda que com menor alcance, também foram largamente

---

<sup>8</sup> Uma síntese da trajetória política de Getúlio pode ser encontrada em Fausto (2006). Sobre os “presidentes carismáticos”, o autor atribui duas razões para que, mesmo em regimes democráticos, não se possa prescindir do carisma como recurso de poder: “Em primeiro lugar, pela existência em determinadas sociedades, entre as quais se inclui a brasileira, de uma cultura política em que tem relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito ou consagrado, atendendo a aspirações das camadas mais carentes, mas não só delas. Depois, porque o carisma se tornou um instrumento valioso, na medida em que a sociedade de massas combinou-se com a emergência da sociedade de espetáculo, para usar uma expressão banalizada, mas verdadeira. No caso brasileiro, a partir de Getúlio, todos os presidentes exibiram traços carismáticos, ainda que muito diversos entre si, com algumas exceções” (Fausto, 2006: 121-122).

utilizados, como a imprensa escrita, o cinema e a literatura. Entre a censura e a exaltação, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, era o órgão encarregado de construir e difundir a imagem de um grande estadista e líder clarividente, responsável direto pelo enfrentamento das questões sociais. A enunciação “Trabalhadores do Brasil”, notadamente pela força com que ecoava entre os seus destinatários, tornou-se uma espécie de emblema para aquele presidente que ficaria na memória nacional como o “pai dos pobres”. De todo modo, o maior legado que o Estado Novo deixou ao PTB foi a formulação da ideologia que lhe deu origem, o trabalhismo. Mas antes de analisarmos os contornos iniciais do partido, vejamos, em linhas gerais, algumas dessas características do primeiro governo Vargas, importantes inclusive porque influíram na estruturação do próprio regime democrático ulterior.

O Estado brasileiro pós-30 caracterizou-se por um contínuo processo de ampliação e modernização. Entre os principais desafios de seus dirigentes estavam a promoção do desenvolvimento industrial e a incorporação de diferentes setores sociais ao mundo da legitimidade pública, como era o caso dos trabalhadores urbanos. Na economia, pautada por uma visão nacionalista, os eixos centrais do projeto estatal foram os investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento de uma indústria de base, em especial a grande siderurgia.<sup>9</sup> Para Wanderley Guilherme dos Santos, aquele teria sido o tempo primordial da fixação das estacas inaugurais do Estado nacional brasileiro, período no qual o aparato administrativo tivera enorme crescimento:

Em 1945, depois de o verem expulso do poder, os olhos democráticos perceberam que Vargas revolucionara de fato o país. Comparando-o, é claro, ao que o antecedeu. Iniciou e avançou na fundação e integração material da nação pela criação de vias férreas e a implantação de redes de comunicação. Removeu obstáculos institucionais à integração via mercado ao extinguir os impostos interestaduais. Promoveu enorme diferenciação organizacional do Estado, dotando-o de agências e pessoal qualificado – o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp) foi organizado em 1938, com a incumbência de produzir quadros administrativos competentes e introduzir o critério do mérito no ingresso e carreira do funcionalismo. A essa nova geração de burocratas seria entregue a responsabilidade de zelar pela vasta legislação regulatória produzida e pela gestão do setor produtivo estatal (Santos, 2006: 23-24).

Essa complexificação do aparato estatal brasileiro estava em sintonia com o contexto internacional, em que emergiam regimes autoritários e antiliberais, como a Itália fascista de Benito Mussolini ou a Espanha de Francisco Franco, e onde, mesmo em países de regime

---

<sup>9</sup> A respeito do primeiro governo Vargas, em suas linhas gerais, ver: D’Araújo (1998). Ver também os dois livros de Edgar Carone (1973, 1977).

liberal-democrático, as políticas de enfrentamento da crise econômica apresentavam-se ligadas ao fortalecimento do Estado e à intervenção deste no mercado. Aliás, tanto o capitalismo quanto a liberal-democracia – e suas instituições de representação, entre as quais os partidos políticos, o sufrágio universal e o parlamento – pareciam aumentar em descrédito no entreguerras, situação que se agravou a partir do avanço de um poderoso inimigo, o comunismo soviético (Hobsbawm, 1994: 113-143).

No Brasil, junto com Getúlio, ascendeu a via autoritária de modernização, baseada em um modelo de corporativismo estatal que deveria ser imposto desde cima. Alguns dos postulados essenciais de tal modelo eram a colaboração entre as diferentes classes sociais e a formulação das representações de interesses em função de ramos da produção (corporações), ambos sob a organização e liderança de um Estado nacional forte e centralizado.<sup>10</sup> Logo, o caráter policialesco que adquiriu foi uma das facetas desse governo autoritário no país, no que se destacou o violento combate feito aos esquerdistas radicais e comunistas ao longo dos anos 1930. Quanto à centralização do poder e da estrutura administrativa, ela se consolidou a partir da instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937.<sup>11</sup>

Em sentido análogo, outra marca do primeiro governo Vargas foi o progressivo controle que exerceu sobre o mercado de trabalho, regulamentando-o por meio de um conjunto de leis. Para exemplificar, já no ano de 1930 foi formado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), e ainda nos anos iniciais de poder surgiu a Carteira Profissional, cujo objetivo era assegurar os direitos dos assalariados. Além disso, houve a regulamentação do trabalho das mulheres (licença-maternidade, direito de amamentar etc.) e dos menores, bem como ficou estabelecido o direito a férias, a indenização por demissão sem justa causa, e regrado o horário de trabalho na indústria e no comércio. Mais adiante, nos limites do Estado Novo, foi instituído o salário mínimo e criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que reuniu e sistematizou as leis trabalhistas existentes no país à época. Em síntese, a legislação social do período varguista compreendeu normas que regularam as condições de trabalho, o setor previdenciário, a legislação sindical e a criação da Justiça do Trabalho.

---

<sup>10</sup> O autoritarismo e o corporativismo no Brasil são examinados por Vieira (1981).

<sup>11</sup> Embora utilizemos aqui o conceito de *autoritarismo*, é importante mencionar que o debate sobre a qualificação do período que vai de 1930 a 1945 – se autoritário, totalitário, ou outros – é um tanto extenso. O artigo de Gertz (2005) é esclarecedor a esse respeito. Um estudo que emprega o conceito de *totalitarismo* é o de Cancelli (1993), no qual a autora examina o caráter altamente repressivo do aparato policial no período.

Foi desde o limiar dos anos 40, porém, que o regime passou a formular e difundir um discurso segundo o qual o Estado, personificado em Getúlio Vargas, teria sido o grande responsável pelos ganhos sociais dos trabalhadores. Nas falas oficiais, com destaque para as do ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, o Estado teria se antecipado às demandas da classe trabalhadora e, desse modo, liderado a consecução dos direitos sociais no Brasil.

Conforme mostrou Angela de Castro Gomes (1988), nos anos que seguiram a 1930, particularmente no transcurso do Estado Novo, houve um esforço governamental na direção de constituir um indivíduo/cidadão definido como o *trabalhador brasileiro*. Mais ainda: nesse mesmo período ocorreu a incorporação da classe trabalhadora enquanto ator relevante no cenário político nacional, o que, por conseguinte, assegurou a tal classe o acesso a direitos de cidadania. Foi esse um processo peculiar no caso do Brasil, à medida que aqui a noção de cidadania esteve mais ligada aos direitos sociais (em especial os referentes ao mundo do trabalho) do que ao usufruto de direitos políticos (o voto, por exemplo), diferentemente do que sucedera em clássicos regimes liberal-democráticos. Ademais, a incorporação do trabalhador como ator importante na vida institucional do país resultou sobretudo de uma ação organizada e implementada pelo Estado, isto é, foi consequência de um projeto chamado pela autora de *trabalhismo brasileiro*.

Assim, pode-se dizer que o projeto trabalhista articulou duas lógicas, uma material, calcada na legislação social – são os interesses nos benefícios por ela trazidos que ajudam a explicar a adesão dos trabalhadores –, e outra simbólica, de valorização do trabalhador através da conformação de uma identidade operária. Neste caso, o Estado, em um outro contexto discursivo, cujo ponto de inflexão foi o pós-42, ressignificou a “palavra operária” anteriormente elaborada. Para Gomes, tal dimensão simbólica do projeto foi presidida por uma “lógica de reciprocidade”, basilar para a efetivação de um pacto político de mútuo conhecimento e reconhecimento entre Estado e classe trabalhadora no Brasil (Gomes, 1988: 178-188).

Se, no transcorrer dos anos 1930, os benefícios da legislação social que vinha sendo implementada foram reconhecidos pelos trabalhadores, parte de suas lideranças, no entanto, continuou resistindo à proposta autoritária e corporativa do governo (reagiram, por exemplo, ao atrelamento dos ganhos sociais à vinculação aos sindicatos legalizados). Daí o uso intensivo da repressão ao movimento sindical a partir de 1935 (Gomes, 1988: 179-180). O efetivo recurso, todavia, para a construção de um pacto social entre governo e trabalhadores,



foi articulado apenas no pós-40, quando, à lógica material, passou a ser associada a lógica simbólica. Nos termos da autora:

A partir daí [a lógica material] combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, ressignificando a “palavra operária” construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. Nesta perspectiva, o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (Gomes, 1988: 180).

Isto posto, com o intuito de visualizar alguns aspectos relevantes do primeiro governo Vargas para nosso estudo, cumpre destacar ainda a outra base, além do trabalhismo, em que se assentou o projeto de intervenção estatal relacionado aos assalariados: a articulação do sindicalismo corporativista, que igualmente deixaria marcas inexoráveis na política brasileira subsequente. De acordo com a proposição do regime, os sindicatos eram a ponte mais sólida entre os trabalhadores e o Estado – ou, mais amplamente, entre os trabalhadores e o acesso a direitos de cidadania –, e não a representação partidária de modelo liberal. A organização sindical fazia parte de uma estratégia maior voltada à disciplinarização dos operários, envolvendo tanto aspectos de sua atuação profissional quanto frações de sua vida social, como saúde, habitação, lazer e vida familiar. Segundo Gomes, isso manifestava uma nova forma de exercício do poder, porque “sem abdicar da soberania do Estado – controle sobre o território –, suplementava-a com um controle sobre a sociedade. Ou seja, com um controle que era fundamentalmente uma técnica de construção do povo/nação como uma grande família, em que o Estado/presidente era o pai/guia” (Gomes, 1988: 238).

Empenhado na edificação do cidadão-trabalhador, conforme dissemos, o regime adotou um discurso de extrema valorização do trabalho, considerando-o vital para a consolidação do novo Estado Nacional. Daí a condenação oficial da vadiagem, tão bem expressa, por exemplo, pelo incentivo (através do DIP) à produção de sambas como “O bonde São Januário”, composto em 1941 por Ataufo Alves e Wilson Batista. Aludindo à fala de um malandro arrependido, sua letra dizia o seguinte: “Quem trabalha é que tem

razão / Eu digo e não tenho medo de errar / O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar / Antigamente eu não tinha juízo / Mas resolvi garantir meu futuro / Vejam vocês / Sou feliz, vivo muito bem / A boemia não dá camisa a ninguém”.<sup>12</sup>

Nesse quadro, por ser o meio legítimo de representação dos trabalhadores, o sindicato era considerado também uma espécie de motor da nacionalidade, razão pela qual o Ministério do Trabalho, a partir de 1943, buscou ampliar e desenvolver o espírito associativo no país, tido por ínfimo até então.<sup>13</sup> Foram efetivadas ações como a instituição do *Imposto Sindical*, que permitiria aos sindicatos tornarem-se concessionários de benefícios; a criação da *Comissão de Enquadramento Sindical*, visando ao aumento do número de sindicatos reconhecidos; e a constituição da *Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS)*, que teve uma “ação evangelizadora” no sentido de transformar a cena associativa brasileira, valendo-se, entre outros meios, de cursos de preparação e aperfeiçoamento aos atuais e futuros administradores sindicais (Gomes, 1988: 246-253). As duas últimas estavam, por óbvio, vinculadas à estrutura do ministério. Vale lembrar que o símbolo principal utilizado nessa campanha de estímulo à sindicalização foi a Consolidação das Leis do Trabalho, anunciada em 1º de maio de 1943.

É preciso compreender, ainda de acordo com a autora, que toda essa campanha de sindicalização era a parte prática de uma política maior de afirmação do corporativismo no país, cuja existência real, e não apenas normativa, dataria de 1943 em diante. Ou seja, no momento em que o Estado Novo buscava a saída do autoritarismo, cada vez mais contestado pela sociedade, é que o sindicalismo corporativista foi de fato implementado, pois, ao possibilitar a mobilização de apoios sociais e a criação de lideranças e seguidores, passou a ser visto pelos articuladores do regime como estratégico para sua continuação política.

Em suma, trabalhismo e sindicalismo corporativista, nesses derradeiros anos do primeiro governo Vargas, coadunavam-se a um horizonte que já não parecia tão distante, no qual se podia vislumbrar contornos de democracia. Conforme veremos, na esteira deles seria criado o PTB, preenchendo o leque de pontos essenciais em que esteve baseada a

<sup>12</sup> Fonte: <[http://www.mpbnet.com.br/musicos/cyro.monteiro/letras/o\\_bonde\\_sao\\_januario.htm](http://www.mpbnet.com.br/musicos/cyro.monteiro/letras/o_bonde_sao_januario.htm)>. Acesso em 25/01/2010.

<sup>13</sup> As causas apontadas pelos articulistas da revista *Cultura Política*, a mais importante publicação do DIP, para a falta de espírito associativo no país, tinham teor tanto “biológico” quanto “sociológico”. Como aduz Gomes (1988: 249): “Entre as razões apontadas, estavam ‘a índole pacífica do nosso operariado’, que era retraído por natureza e dotado de uma ‘timidez social inata’. Esta característica teria seu berço na origem rural de nosso homem trabalhador, desconfiado e ‘individualista’. Reforçando este traço da ‘biologia’ e da ‘sociologia’ do homem brasileiro estava a própria história da criação do nosso direito social. No Brasil, a formação dos sindicatos fora uma consequência e não uma causa do processo de conquista dos benefícios sociais”.

intervenção estatal no Brasil em relação aos assalariados. Juntos, segundo concluiu Gomes, esses três elementos “constituíram as pedras de toque para a incorporação dos trabalhadores” (Gomes, 1988: 300).

## 1.2. TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, NOVO CÓDIGO ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS

Havia, porém, ao menos para quem almejava alcançá-lo, um turbulento e incerto percurso entre esse horizonte democrático e o lugar desde onde ele era visto nos anos finais do primeiro governo Vargas. Sua travessia ficaria facilitada depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Lembremos que foi buscando estreitar as relações externas com os Estados Unidos e garantir, internamente, o apoio político dos militares e de amplos setores da opinião pública, que, em agosto de 1942, após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. Mas o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Europa, em julho de 1944, abarcava um paradoxo: enquanto nossos pracinhas lá combatiam em nome da democracia, aqui o país permanecia mergulhado em um regime ditatorial. Tal situação configurou um argumento e tanto para os críticos do Estado Novo.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, Alberto Pasqualini, advogado e político prestigiado por suas ideias e ações em defesa da democracia, publicou um artigo no *Correio do Povo* que continha uma crítica certamente endereçada ao regime varguista.<sup>14</sup> Intitulado “*Nossos objetivos de guerra*”, o texto propunha que os soldados brasileiros, ao lado das Nações Unidas, lutavam, na realidade, pela causa da liberdade. Era contra o fascismo e o nazismo, enquanto sistemas jurídicos e políticos capazes da prática de crimes como o torpedeamento dos nossos navios, que lutávamos no exterior. Se, de início, isso não parecia tão claro, àquela altura dos acontecimentos o povo brasileiro já teria admitido a hipótese de que o país combatia pela liberdade. Daí a reflexão do autor:

Ora, acontece que a liberdade não é uma palavra vã (...) A liberdade se traduz em possibilidades concretas, em faculdades, em direitos. Se estamos lutando pela liberdade, lutamos, naturalmente, pela salvaguarda das

<sup>14</sup> PASQUALINI, A. “Nossos objetivos de Guerra”, *Correio do Povo*, 14/01/1945, p. 04. In: SIMON, Pedro (Org.). *Aberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 332-333. (Volume 1)

liberdades fundamentais: liberdade individual, liberdade de opinião, liberdade de voto, liberdade de culto, liberdade de imprensa etc. Se estamos morrendo pela liberdade, é porque ela foi suprimida algures, porque há quem não a usufrua e quem a ameace. Nossa luta é, portanto, contra aqueles que querem tolher aos cidadãos esses direitos sagrados e essenciais e, conseqüentemente, em favor daquelas criaturas humanas que deles foram privadas.

Nesse sentido, lutar pela liberdade significa lutar “pela libertação dos povos oprimidos pelo nazismo e pelo fascismo”. Nossos soldados lutam para que o povo alemão tenha, no futuro, “garantida a liberdade de consciência, a liberdade da palavra falada e escrita, liberdade de escolher os seus governantes e de criticar-lhes os atos sem ter que ajustar contas com os sinistros agentes da Gestapo”. “Lutam para aniquilar o sistema que estrangulou essas liberdades e para que jamais se possa repetir a mesma tentativa no futuro”. E, em óbvia referência à situação do Brasil, com ironia arrematou Pasqualini: “Lutam pela... (será permitido empregar o termo?) pela democracia”.

A possibilidade de vitória dos aliados influenciou na mudança do panorama político brasileiro em princípios de 1945. Sendo Pasqualini uma voz dissidente no sul, protestos fizeram-se sentir também no centro do país, alguns de intensa repercussão. Em 26 de janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em São Paulo, emitiu texto onde defendia liberdade de expressão, fim da violência, eleições diretas, cooperação internacional e independência econômica, bem como a adaptação do regime político do Brasil a esses preceitos. Em 22 de fevereiro, uma entrevista de José Américo de Almeida foi publicada sem censura no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, preconizando, entre outras coisas, eleições presidenciais e a não candidatura de Getúlio. No mesmo dia, José Américo concedeu outra entrevista ao jornal *O Globo*, na qual anunciou abertamente a candidatura oposicionista do brigadeiro Eduardo Gomes, planejada desde fins de 1944.<sup>15</sup>

Da perspectiva do governo, seria muito difícil permanecer infenso à conjuntura ou mesmo ignorá-la. Por conseguinte, em 28 de fevereiro Vargas promulgou a Lei Constitucional nº 9 (ou Ato Adicional), emendando a Constituição de 1937. Nela ficou estabelecido o prazo de 90 dias para que fossem marcadas eleições para presidente, Congresso Nacional, executivos estaduais e Assembleias Legislativas. A seguir, durante os meses de março e abril, ganhou as ruas uma campanha pela anistia a presos e exilados políticos, sob impulso da recém-criada União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 19 de abril, com a manchete “*Desde ontem não há presos nem exilados políticos no Brasil*”, o

---

<sup>15</sup> Os exemplos foram extraídos principalmente de Skidmore (1975: 72-78), mas complementados por outras fontes.

*Diário de Notícias* divulgou o decreto-lei 7474, assinado no dia anterior, onde se instituiu anistia geral e irrestrita. Poderiam voltar à cena, dessa maneira, figuras como Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella, comunistas que se encontravam presos, e Plínio Salgado, líder integralista então exilado.

A ditadura varguista estava de fato agonizando. Daí até sua queda, no final de outubro, o presidente protagonizou uma série de movimentos ambíguos aos olhos da oposição, perpassados pela formação de novos partidos, pelo lançamento de candidaturas militares à presidência e, particularmente, por um movimento popular urbano em favor de sua permanência no cargo, o “queremismo”. Este evento será examinado adiante, por conta da criação do PTB. Passemos agora à legislação eleitoral e ao novo quadro partidário.

Em 28 de maio, três meses após a promulgação do Ato Adicional, foi decretado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586), regulando o alistamento eleitoral e as eleições no país. Sua elaboração esteve a cargo do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, razão pela qual ficou conhecido como “Lei Agamenon”.<sup>16</sup> O novo Código Eleitoral estabeleceu a data de 2 de dezembro de 1945 para a realização de eleições presidenciais e do Congresso e a data de 6 de maio de 1946 para que ocorressem os pleitos estaduais. Para Maria do Carmo Campello de Souza (1983: 111-124), junto ao voto secreto e obrigatório e ao sufrágio universal, os traços essenciais dessa nova legislação eleitoral foram os seguintes:

(a) organização dos partidos em bases nacionais, ou seja, para obterem registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as novas siglas deveriam apresentar assinaturas de dez mil eleitores distribuídos no mínimo entre cinco estados, sendo que em nenhum destes poder-se-ia obter menos de quinhentas subscrições. Destaca a autora que tal obrigatoriedade sofreu críticas da oposição, pois favoreceria o partido do governo, o qual, através das interventorias, possuía articulações nacionais, em detrimento das demais siglas, no geral organizadas em poucos estados;

(b) pelo novo Código, o TSE poderia negar o registro de partidos com programas que fossem contrários aos princípios democráticos ou contrários aos direitos do homem definidos constitucionalmente. Esse dispositivo seria acionado no processo de cassação do Partido Comunista em 1947;

---

<sup>16</sup> Agamenon Magalhães, antes interventor em Pernambuco, foi nomeado no início de março de 1945 com o encargo específico de elaborar o novo Código Eleitoral. Segundo Gomes e D’Araújo (1989: 11), o convite a ele feito, ainda em fins de 1944, revelou a percepção de Vargas de que o país inevitavelmente rumava para a democracia, devendo sua escolha ser, portanto, bem entendida: “Agamenon era um político com inegável experiência e prestígio. Era um interventor de indiscutível liderança nos meios civis que dispunha, também, de contatos nos meios militares. Conhecia e mantinha relações amistosas com o já conhecido candidato da oposição à sucessão de Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes”.

(c) quanto aos candidatos, só concorreriam se registrados por partidos ou alianças de partidos. Poderiam candidatar-se a cargos majoritários por mais de um partido; no caso de cargos proporcionais (deputados federais e estaduais), poderiam concorrer somente por um partido ou coligação partidária. Do mesmo modo, a legislação lhes facultava candidaturas simultâneas a presidente, senador e deputado federal, estes últimos em um único estado ou em mais de um estado;

(d) no tocante à representação proporcional, o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos e dos votos em branco, dividida pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada por meio da divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia através do mecanismo das sobras: as vagas ficariam com o partido de maior votação no respectivo pleito;

(e) foi permitido o chamado alistamento *ex-officio*, quer dizer, o registro de blocos de eleitores feito com base em listas preparadas por organizações às quais essas pessoas pertencessem, como agências governamentais ou empregadores. Tal expediente, utilizado até o pleito estadual de 1947 e abolido em 1950, tornaria mais ágil o processo eleitoral e aumentaria o número de votantes. Argumenta a autora, ainda, que esse tipo de alistamento favoreceu a ampliação de um eleitorado getulista, porquanto se tratou de um recurso tipicamente urbano e clientelístico, bastante utilizado por sindicatos e funcionalismo público.

A oposição, temerosa frente aos rumos que a presumida abertura democrática vinha tomando, teceu diversas críticas à nova legislação eleitoral, algumas até antes de sua divulgação. A respeito do primeiro item, tomemos como exemplo um texto escrito por Raul Pilla, importante liderança do antigo Partido Libertador (PL) no Rio Grande do Sul. Seu título insinua o conteúdo: “*Partidos Nacionais por Decreto*”.<sup>17</sup> Sob a constatação de que a história republicana brasileira não conformou um ambiente favorável ao surgimento de partidos nacionais, argumentou Pilla que, “se sincero fosse o propósito do governo e não se reduzisse a simples expediente para dificultar a ação das oposições, o que lhe cumpria era investigar e remover as causas da anomalia, em vez de tentar extirpá-la por um simples decreto”.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> *Diário de Notícias*, 26/05/1945, p. 06.

<sup>18</sup> Campello de Souza (1983: 120) refere outras críticas feitas pelo mesmo Raul Pilla, no contexto da Constituinte de 1946, agora direcionadas no combate ao mecanismo das sobras. Na visão do político, esse procedimento reforçaria indevidamente os grandes partidos em detrimento dos menores, como teria acontecido ao seu Partido Libertador nas eleições de fins de 1945.

Alberto Pasqualini também disparou críticas à Lei Agamenon. Embora, conforme veremos, não se possa dizer que fosse um declarado opositor de Vargas, Pasqualini sem dúvida era uma voz dissidente. Mais do que isso: construíra uma trajetória que lhe garantia brilho próprio na constelação política do Rio Grande, inclusive em relação ao getulismo e sua agora crescente influência. Basta referir que já em março, quando mal se prenunciavam possibilidades de disputas eleitorais, o *Correio do Povo* noticiava um movimento pela candidatura do ex-secretário ao governo estadual. “Esse movimento, ao que nos foi dado apurar”, dizia o jornal, “está tomando vulto principalmente entre o funcionalismo, as classes trabalhistas, e, mesmo, elementos das classes conservadoras, irradiando-se já pelo interior do estado”.<sup>19</sup> Com o quadro partidário ainda pouco nítido nos dias que se seguiram à decretação do novo Código Eleitoral, é compreensível, portanto, que Pasqualini tenha mirado suas críticas justamente no item que facultava apenas candidaturas apresentadas por partidos ou por alianças de partidos. Ele concedeu uma entrevista onde questionou a constitucionalidade desse dispositivo, motivo pelo qual, dias depois, recebeu telegrama elogioso assinado por um grupo de jornalistas porto-alegrenses. Sua argumentação pode ser resumida através do seguinte trecho da entrevista:

Tenho a impressão de que essa norma não somente é inconstitucional, mas constitui também um verdadeiro atentado contra o regime democrático, pois torna virtualmente inelegível todo o cidadão que não figure em lista de partido. Tal disposição viola, evidentemente, o direito de sufrágio ativo e passivo, isto é, o direito de votar e ser votado e, por consequência um dos postulados fundamentais do regime democrático. Por outro lado, contravém o disposto no artigo 121 da Constituição que declara somente inelegíveis os que não podem ser eleitores (...) Em princípio e em face da norma constitucional, todo aquele que pode ser eleitor é elegível.<sup>20</sup>

Assim, os principais traços da Lei Agamenon – e as críticas dela resultantes – permitem interpretar essa nova legislação como um instrumento de continuidade arquitetado desde dentro do regime. Aliás, outra vez de acordo com Campello de Souza (1983), convém assinalar que a própria conjuntura mais ampla da transição do Estado Novo para o período democrático foi marcada pela continuidade em alguns aspectos político-institucionais importantes.<sup>21</sup> Houve um processo de mudança fortemente condicionado e dirigido,

<sup>19</sup> *Correio do Povo*, 04/03/1945, p. 24.

<sup>20</sup> *Correio do Povo*, 03/06/1945, p. 12.

<sup>21</sup> Nessa perspectiva de “continuidade na mudança”, acerca do contexto da queda de Vargas, diz a autora: “a deposição deu-se num clima de ‘cumplicidade com os opositores’, no sentido de que, para muitos destes, e talvez especialmente para os militares, Getúlio não era visto como inimigo radical, mas sim como um opositor transitório com o qual poder-se-ia ‘compor’. Tratava-se, portanto, de uma abertura branca, na qual o consenso quanto à necessidade de mudança institucional não chegava, para boa parte do atores, ao ponto de reclamar a

conquanto não deva ser desconsiderada a estruturação de normas democráticas no país. Se a Carta Constitucional de 1946 fixou o pluralismo partidário, eleições diretas, e o restabelecimento da divisão dos poderes do Estado, tais elementos coadunaram-se (ou se sobrepuseram) a uma dinâmica de interventorias, ao sindicalismo corporativista e a uma burocracia dotada de amplo poder decisório, característicos da ordem anterior, sem esquecer, é claro, da permanência de uma ideologia autoritária de Estado. Paralelo a isso, o papel limitado – mas não totalmente nulo – do Congresso no período democrático não seria capaz de acompanhar o ritmo acelerado das transformações sócio-econômicas no Brasil. Em alguns momentos, como em 1954 e 1961, o Congresso brasileiro teria, ao menos, um papel de desacelerador de crises. O poder permaneceria concentrado nas mãos do executivo e de suas agências reguladoras. Segundo a autora, tal atrofia do legislativo “explica-se, em boa parte, também pela atrofia do sistema partidário enquanto sistema externo ao legislativo, ao nível, portanto, das demais entidades políticas e da opinião pública”, uma vez que o grau de institucionalização desse poder depende do desenvolvimento do sistema partidário, e vice-versa (Souza, 1983: 107-108).

Mas quais foram os contornos do novo quadro partidário surgido em 1945? Conforme a proposição de Skidmore (1975: 78-89), a política brasileira em meados daquele ano, em termos mais elementares, dividia-se entre os “de dentro” (situacionistas) e os “de fora” (oposicionistas). Entre os “de dentro” estavam, fundamentalmente, aqueles políticos integrantes da rede de lealdades que Vargas vinha formando ao longo dos últimos anos, dividida em três grupos basilares: primeiro, os políticos e burocratas ligados à enorme estrutura administrativa criada desde 1930, seja em esfera federal ou no âmbito das interventorias; em seguida, os proprietários de terras e industriais que prosperaram durante o período varguista, notadamente os cafeicultores e outros latifundiários satisfeitos com a omissão do presidente acerca da questão agrária, a eles somando-se ainda os banqueiros e homens de negócios beneficiados por políticas governamentais; e, por fim, um novo elemento: os trabalhadores urbanos favorecidos pela legislação social e pelo arcabouço sindical que o regime montara. As duas siglas nascidas “de dentro” eram o Partido Social Democrático (PSD), vinculado aos dois primeiros grupos, e o PTB, direcionado aos operários urbanos organizados.

---

deposição. Manteve-se assim, Getúlio Vargas na condição de interlocutor-chave, na passagem ao novo regime, o que lhe facultou inclusive a possibilidade de adotar uma série de medidas para a manutenção de sua máquina – assentada nas interventorias e já agora enraizada nos estados e municípios (...)” (Souza, 1983: 108).



Desde fins de 1944, percebendo que o Estado Novo alcançava um estágio de esgotamento, Getúlio passou a alertar os aliados políticos sobre a necessidade de unir forças. Imbuídos de tal propósito, alguns interventores deram início às discussões a respeito do tipo de instrumento partidário que lhes serviria de arrimo.<sup>22</sup> É dessa feita que surgiria o PSD: um partido atrelado à cúpula governamental estado-novista, de caráter nacional mas constituído sobretudo em torno das interventorias. Além de integrantes das administrações estaduais e municipais, ingressaram na sigla outros apoiadores de Vargas, como proprietários rurais, industriais e empresários. O candidato pessedista à presidência foi o general Eurico Gaspar Dutra, lançado oficialmente em São Paulo a 13 de março de 1945. A Convenção Nacional do partido ocorreu em 17 de julho, data de sua fundação oficial e da homologação da candidatura Dutra (Hippolito, 2001: 4382-4384).<sup>23</sup>

As características que marcaram a criação do PSD no Rio Grande do Sul não diferem, grosso modo, das observadas no plano nacional. Embora contasse com o apoio do interventor Ernesto Dornelles, foi o então secretário do Interior, Cylon Rosa, o representante do estado nas primeiras reuniões nacionais do PSD, no começo de 1945 (Costa, 1983: 13). Muito cedo a agremiação decidiu que Walter Jobim, à época secretário de Obras Públicas, seria seu candidato a governador. Em meados de junho daquele ano, constituiu-se uma Comissão Executiva provisória do partido, integrada por Protásio Vargas (presidente), Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza.<sup>24</sup> Seu objetivo era organizar o PSD gaúcho e preparar sua Convenção Estadual, marcada para o mês seguinte. No dia 08 de julho, realizou-se em São Gabriel uma grande solenidade de lançamento da candidatura de Jobim, cuja indicação foi referendada nos dois dias posteriores, durante a Convenção Estadual pessedista em Porto Alegre.<sup>25</sup>

Os “de fora”, por sua vez, conformavam um grupo heterogêneo. Dentre os adversários do regime, encontravam-se aqueles a quem Skidmore chama de *constitucionalistas liberais*:

Em 1930, eles haviam apoiado Vargas na crença de que estavam iniciando uma nova era democrática no Brasil, dando assim predominância às áreas urbanas em ascensão. Ao invés disso, eles viram as suas esperanças de um

---

<sup>22</sup> Participaram dessas discussões os seguintes interventores: Agamenon Magalhães (PE), Benedito Valadares (MG), Ernâni do Amaral Peixoto (RJ) e Fernando Costa (SP). Somou-se a eles o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth.

<sup>23</sup> Sobre a trajetória e a atuação nacional do PSD, ver: Hippolito (1985).

<sup>24</sup> *Correio do Povo*, 17/06/1945, p. 22.

<sup>25</sup> *Correio do Povo*, 10/07/1945, p. 10.

regime liberal despedaçadas quando Vargas levou o Brasil para o regime autocrático do Estado Novo. Em fins de 1944, à medida que a maré montante da vitória aliada tornava a redemocratização uma esperança palpável, os constitucionalistas liberais organizaram um novo movimento político, a União Democrática Nacional, ou UDN. O título indicava a sua intenção de formar uma frente unida de oposição, tentativa que se mostrou muito mal sucedida (Skidmore, 1975: 83).

Fundada oficialmente em 07 de abril de 1945, a UDN foi um dos três mais importantes partidos brasileiros no período democrático encerrado em 1964, junto com PSD e PTB. Despontou como uma ampla frente oposicionista unida pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. Suas maiores bandeiras, nos primórdios, eram o antigetulismo e a defesa das liberdades democráticas. De acordo com Maria Victoria Benevides (1981: 28-32), cinco foram os grupos que compuseram a UDN: (a) os membros das oligarquias destronadas com a revolução de 1930; (b) os antigos aliados de Getúlio que se sentiram traídos depois de 30 ou em 37; (c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; (d) os liberais com forte identificação regional; (e) as esquerdas, divididas entre: políticos e intelectuais de tendência socialista (que meses depois formariam a Esquerda Democrática<sup>26</sup>), comunistas dissidentes da linha oficial do partido e o movimento estudantil também de tendências socialistas.

No Rio Grande do Sul, a UDN originou-se a partir do apoio declarado por dois antigos líderes políticos regionais, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, à candidatura do brigadeiro. A eles somou-se Osvaldo Aranha, um dos articuladores nacionais da sigla. Dessa maneira, os três grandes precursores da UDN gaúcha são lideranças outrora aliadas a Vargas: Borges e Flores, que com ele romperam depois de 1930, e Aranha, que esteve ao seu lado ao longo do Estado Novo, mas se afastou antes de 1945. A junta estadual udenista estabeleceu-se em julho de 1945.<sup>27</sup>

No desenho do novo quadro partidário, merece destaque, igualmente, o retorno do Partido Comunista do Brasil (PCB) à existência legal, depois de 18 anos na clandestinidade.<sup>28</sup> O partido adotava nesse momento a tese da união nacional (razão porque apoiou Vargas até sua queda, em 29 de outubro), e estabelecia como bandeiras prioritárias o combate aos resquícios do fascismo e à miséria do povo. Após a decisão de apresentar

---

<sup>26</sup> Nacionalmente liderada por João Mangabeira, a chamada Esquerda Democrática apareceu como um braço esquerdo da UDN. Todavia, manteve curta existência, constituindo mais tarde um dos pilares da formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>27</sup> Sobre a atuação da UDN no Rio Grande do Sul, ver: Oliveira (2001).

<sup>28</sup> A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro deu-se somente em 1961. Os dados estão baseados em Abreu (2001b).

candidato próprio à presidência da República, o PCB lançou a candidatura do ex-prefeito de Petrópolis (RJ), Iedo Fiúza, não filiado a seus quadros à época – confirmando, assim, a tese da união nacional.

Em outro extremo do espectro ideológico, foi fundado o Partido de Representação Popular (PRP). Sob a liderança nacional de Plínio Salgado, a agremiação reuniu principalmente ex-militantes integralistas do período anterior, além de ter encontrado forte penetração em áreas de pequenos agricultores das zonas de colonização italiana e alemã do Sul do país. O anticomunismo consistiu em um de seus mais importantes elementos de mobilização.<sup>29</sup>

Ligado ao contexto mais específico do Rio Grande do Sul, temos ainda o Partido Libertador (PL), herdeiro do antigo PL gaúcho – formado em 1928 a partir da Aliança Libertadora, uma frente liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil que, nos anos 1920, congregou federalistas e republicanos dissidentes. Extinto em 1937, após o golpe do Estado Novo, a sigla ressurgiu em 1945 sob o comando de Raul Pilla, tendo como maiores características a defesa do parlamentarismo e do regime federativo. O PL pode ser localizado entre os partidos “de fora”, uma vez que a oposição a Vargas foi outra de suas marcas.<sup>30</sup>

Naquele ano de 1945, o Brasil estava dividido em dois pólos políticos antagônicos. Mas seus eixos fundamentais não eram necessariamente as candidaturas presidenciais de Dutra e de Eduardo Gomes, como se poderia supor, e sim o apoio ou não a Getúlio e a tudo o que ele representava.

---

<sup>29</sup> Sobre a formação do PRP, veja-se: Calil (2001).

<sup>30</sup> A respeito da atuação do PL no estado, consultar: Taufer (2008).

### 1.3. O SURGIMENTO DO PTB

Em síntese, o que dissemos até aqui? Em primeiro lugar, que o aparato administrativo e institucional construído durante a época varguista acarretou transformações com as quais, no processo de transição do Estado Novo para o período democrático, os agentes políticos teriam que lidar. Assim, para os fins deste estudo, notadamente o trabalhismo e o sindicalismo corporativista – articulados pelo Ministério do Trabalho e a ele atrelados – permitiram a entrada em cena de um ator político até então ausente na esfera da legitimidade pública: o trabalhador urbano. Segundo, e sem dúvida em decorrência desse aparato somado a elementos simbólicos cuidadosamente elaborados, Vargas foi uma espécie de divisor de águas na repartidarização de 1945, separando os novos partidos basicamente entre situacionistas e oposicionistas. Embora não se encaixasse com exatidão em nenhum desses “lados”, mesmo o Partido Comunista pautou-se em grande medida pela pessoa do ditador e por seu governo. Terceiro, a transição ao novo regime caracterizou-se pela continuidade em aspectos político-institucionais importantes, garantida em parte por uma legislação eleitoral que possibilitou a permanência de agentes ligados à estrutura anterior, inclusive e em especial no âmbito das interventorias.

De fato o país havia mudado bastante até o apagar das luzes do primeiro governo Vargas. Consoante a isso, o ditador, beneficiado pelo forte personalismo presente na sua relação com os trabalhadores, viu emergir no contexto do Estado Novo um movimento de opinião pública favorável à sua figura, o getulismo, cujo poder de mobilização era crescente. O getulismo, além do trabalhismo e dos sindicatos, consistiu na outra base em que se assentou o PTB em nível nacional. No caso gaúcho, porém, devemos considerar que um quarto elemento, adiante analisado, assegurou contornos específicos ao partido, sobretudo nos seus anos iniciais: a União Social Brasileira (USB), agrupamento político ligado a Alberto Pasqualini. Dessa maneira, completando o quadro partidário antes descrito, passemos ao exame da formação do PTB no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Para um melhor entendimento, é necessário precisar a que nos referimos quando falamos em “bases”. O PTB, forjado desde o interior do Ministério do Trabalho, nasceu vinculado a um movimento de opinião pública, o getulismo; abarcou a institucionalização, em um partido, da ideologia principal do Estado Novo, o trabalhismo; e utilizou o arcabouço institucional dos sindicatos oficiais como alicerce, isto é, valeu-se de sua

estrutura organizacional e de pessoal (sindicalistas convertidos em dirigentes do partido ou militantes) para se inserir junto aos trabalhadores urbanos sindicalizados.<sup>31</sup> Quanto ao trabalhismo, a partir do momento em que envolveu um conjunto de ideias, práticas, crenças e símbolos comuns, deixou de remeter apenas a um projeto político estatal temporalmente delimitado, passando, da mesma forma, a configurar-se em ideologia política. Já vimos que o tempo de sua “invenção” situa-se na primeira metade dos anos 1940.

A fase embrionária dos partidos situacionistas pode ser localizada ainda antes de 1945. Em depoimento concedido ao CPDOC, José Gomes Talarico, um dos fundadores do PTB no Rio de Janeiro, referiu-se a uma organização para fins políticos que estava sendo articulada, entre 1942 e 1943, por lideranças próximas de Vargas. Como simulacro, chamar-se-ia União Cultural Brasileira (UCB), e a elaboração de seu projeto ficou a cargo de Alexandre Marcondes Filho. Disse Talarico (1982: 05): “Isso seria o preâmbulo de uma organização política futura, onde se situariam as pessoas que apoiavam o Dr. Getúlio, e tinha como objetivo reunir as figuras de maior expressão do país na época, a fim de constituir uma base política e intelectual para essa organização”. Todavia, a concretização da UCB não vingou. Na explicação de Angela de Castro Gomes (1988: 268), uma das causas para o insucesso seria a reação dos interventores, receosos com o forte controle de Marcondes sobre a entidade e possivelmente contrários à natureza do projeto, que reunia elites políticas e trabalhadores em uma só sigla. O essencial, no entanto, é que essa entidade integraria os esforços que vinham sendo feitos para garantir a continuação política de Vargas, associando-se ao projeto trabalhista e ao sindicalismo corporativista, e igualmente sinaliza que a questão partidária começou a figurar cedo na agenda governista. Ou, pelo menos, desde quando o tema da transição passou a preocupar os homens do regime.

Mas um suporte de cunho partidário ganhou efetiva atenção somente em fins de 1944, frente a um fato que demandava respostas imediatas: o advento da candidatura oposicionista de Eduardo Gomes. Dado o desenrolar dos acontecimentos, a essa altura mostrava-se pouco viável o intento de reunir as forças pró-Vargas em uma única sigla. Agamenon Magalhães, por exemplo, liderava a criação de um partido de interventores, o PSD, que logo em seguida afiançaria a candidatura Dutra. O ministro Marcondes Filho, de

---

<sup>31</sup> Essa proposição é válida ao menos para um primeiro momento, pois ao longo do tempo agregar-se-á nessa relação PTB-sindicatos um caráter também programático, ou seja, haverá uma influência mútua (conquanto desigual, à medida que a influência do partido teve peso muito maior) em termos de linha de conduta e mobilização. Sobre o assunto, ver: D’Araújo (1996).

outro modo, mantivera-se afastado do processo de montagem do PSD, indicando que não seria exatamente ali que ingressariam as tão estimadas bases sindicais.

O quadro partidário situacionista encaminhou-se apenas nos primeiros meses de 1945, com a conjectura da formação de duas siglas “de dentro”. Pois se o PSD destinava-se à cúpula governamental do Estado Novo, era necessária também uma agremiação voltada aos trabalhadores, justamente aqueles em quem o regime tanto investira objetivando angariar apoio político. É em tal cenário que surge a alternativa petebista, como revés do projeto de uma grande entidade pró-Vargas e, portanto, bastante próxima no tempo em relação ao despontar do PSD. Dessa forma, concordamos com Gomes quando ela afirma que se pode “descartar com segurança a versão de que a criação do PTB tenha sido uma ‘invenção de última hora’, voltada especificamente para funcionar como um contrapeso à força crescente e surpreendente do Partido Comunista”. A seu ver, de fato o PTB foi gerado para ser a melhor opção aos trabalhadores, o que o tornava, por decorrência, uma cunha entre os assalariados e o comunismo. Mas não era um partido do qual o móvel e sentido fossem o anticomunismo (Gomes, 1988: 282).<sup>32</sup>

Ancorada na ideia de que a transição para a democracia foi marcada, genericamente, por mecanismos de continuidade, Lucilia Delgado aponta ser o PTB uma das vias partidárias desse movimento, ao lado do PSD. Segundo ela, a sigla “era instrumento para a ação de Vargas e funcionaria como elo de ligação de uma cadeia de atos que visavam possibilitar a manutenção do antigo (corporativismo e controle) no novo (liberalização política)” (Delgado, 1989: 30). Outros dois fatores, para a autora, estariam relacionados às origens do partido: garantir o apoio dos assalariados às manobras políticas do ditador na nova ordem, nesse caso mantendo-os afastados dos comunistas; e, em paralelo, preservar o carisma e a influência pessoal de Getúlio junto aos trabalhadores.

Delgado enfatiza a conjuntura maior da transição, na qual os comunistas ensaiavam uma tentativa de aproximação a Vargas (tese da união nacional). Nessa perspectiva, sustenta – em discordância com Angela Gomes – que a proposta petebista, mais diretamente voltada aos assalariados urbanos, objetivava “em primeiro lugar, evitar que o PCB invadisse e arregimentasse para seus quadros, através de uma tática imediata de apoio a Vargas, setores

---

<sup>32</sup> Na obra escrita em conjunto por Gomes e D’Araújo, é retomada essa proposição de que o PTB não era um partido cujo móvel e sentido fossem o anticomunismo, mas acrescida de uma observação: “Esta afirmação, contudo, não implica minimizar a importância real do Partido Comunista na conjuntura de 1945-46. Basta lembrar que Luís Carlos Prestes era a única personalidade política que podia rivalizar com Vargas em carisma e projeção nacional. Além do mais, o sucesso eleitoral do PC nesse período, principalmente nas grandes capitais, explicita bastante que o comunismo era de longe muito mais do que um argumento de retórica política” (Gomes e D’Araújo, 1989: 16).

do movimento sindical e trabalhista fundamentais à preservação da mística getulismo-trabalhismo” (Delgado, 1989: 30-31). Para a autora, um dos elementos essenciais que levaram à formação do PTB, embora não o único, foi o anticomunismo.<sup>33</sup> Além desse, evidentemente, varguismo e trabalhismo foram fatores que estiveram juntos no nascimento do PTB (Delgado, 1989: 45).

A fundação oficial do PTB realizou-se no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1945. Além do ministro Marcondes Filho, seus grandes articuladores, no começo, foram José de Segadas Vianna e Paulo Baeta Neves, igualmente ligados ao Ministério do Trabalho. A primeira Convenção Nacional do partido ocorreu em 14 de setembro, também na capital federal, tendo sido então eleita sua comissão executiva (Baeta Neves na presidência e Vargas na presidência de honra) e lançado seu programa (Ferreira, 2001b: 4419).

O programa petebista assentava-se em 27 pontos, com destaque para os seguintes: reexame da Constituição sem que fossem reduzidos os direitos dos trabalhadores por ela garantidos; extensão da legislação social aos trabalhadores do campo; criação de órgãos da Justiça do Trabalho em todos os centros trabalhistas do país, assegurando-se rápido andamento nos processos; ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessassem ao trabalho e ao capital; aumento do nível de vida, aí incluídos alimentação, habitação e educação das massas, considerando-se a

---

<sup>33</sup> De acordo com Delgado, na conjuntura da queda do Estado Novo, o PCB, agora incentivado por sua atuação na legalidade, registrava crescimento tanto na arregimentação de militantes quanto em termos de apoio popular. Além disso, os comunistas empenhavam-se por se aproximar do operariado urbano, notadamente por meio de uma maior inserção junto ao movimento sindical. Desse modo, crescente também era a preocupação dos aliados de Getúlio em relação ao avanço do PCB, o qual, para eles, precisava ser contido. Diante do quadro de crescimento dos comunistas e de uma deliberada vinculação destes a Vargas, o ditador, na ótica da autora, teria lançado mão de uma estratégia. Getúlio acolheu o apoio do PCB em uma primeira fase do processo de transição (isto é, no transcorrer de 1945, sobretudo através da entrada de militantes comunistas no movimento queremista), pois não podia prescindir de qualquer tipo de esteio político nesse momento. Todavia, a médio e longo prazo, adotaria uma posição diferente: “A médio e a longo prazos, Getúlio, que sempre se manifestara contrário à teoria marxista, e que sempre pregara e procurara criar condições para se gerar um ‘processo de colaboração entre as classes sociais’, desprezaria o apoio do PCB e estimularia o desenvolvimento de um partido alternativo e diferenciado, no caso o PTB, que com sua pregação trabalhista tivesse legitimidade para atuar junto aos segmentos assalariados urbanos, buscando, inclusive, dificultar a atuação dos comunistas junto a esse setor da população” (Delgado, 1989: 42). Essa nova postura de Vargas teria sido assumida após a definição da impossibilidade de continuar no poder. Mas o fundamental a sublinhar – segundo a perspectiva de Delgado – é que, ao longo de todo o processo, o cálculo do ex-presidente seria garantir, sob novas bases, a rede de poder que o havia sustentado durante o Estado Novo. Assim, a volta ao comando da Nação teria como pilares as oligarquias tradicionais (políticos ligados ao PSD) e os trabalhadores (incorporados ao PTB), não cabendo aí espaço para os comunistas. Diz a autora: “Buscando atingir os objetivos de longo prazo é que seria construída a estratégia que levaria à criação do PTB. Este partido, para atender aos objetivos da vinculação do maior número de trabalhadores possível a Vargas teria de, necessariamente, atuar no mesmo terreno que os comunistas, angariando adeptos e ‘impedindo por todas as formas a montagem da máquina de Luiz Carlos Prestes’, sobre a qual Getúlio tinha clareza de que não seria nunca sua aliada definitiva, limitando seu apoio ao presidente às injunções políticas de base conjuntural (...) A posição anticomunista seria, portanto, predominante na fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (...)” (Delgado, 1989: 43).

pobreza um perigo para a paz social; planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação ou gestão do Estado, que a produção do país atendesse a todas as necessidades internas e externas; melhor distribuição de riqueza, reconhecido ao capital o direito a um lucro com limite razoável; participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas que excedessem ao justo limite de remuneração do capital; extinção dos latifúndios improdutivos; desenvolvimento do cooperativismo; ação permanente para que o totalitarismo, sob qualquer condição, não pudesse ressurgir; defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal.<sup>34</sup>

Isto posto, um outro aspecto relevante concerne aos grupos internos do PTB. No estudo acima referido, Lucilia Delgado sugere a existência de duas tendências ideológicas e políticas atuantes no partido, presentes desde cedo: *os getulistas*, mais pragmáticos e fisiológicos, no geral ligados à estrutura burocrática do Estado Novo; e *os doutrinários*, cujas propostas possuíam um teor mais “esquerdista” que as dos primeiros. Dentre os getulistas, estavam sindicalistas, burocratas do Ministério do Trabalho, empresários e políticos profissionais, ao passo que os doutrinários eram representados basicamente por profissionais liberais intelectualizados. A relação conflituosa entre ambas as tendências perpassou a história do PTB. Dominada pelos getulistas até o contexto da morte de Vargas, a partir daí a sigla sofreria uma influência cada vez maior do grupo doutrinário. Tal correlação de forças é uma chave, diga-se de passagem, para compreendermos a tese central da autora na obra: como um partido ambivalente, o PTB teria sua trajetória caracterizada por continuidades e descontinuidades. De um lado, o vínculo de origem com getulismo e com o fisiologismo dele decorrente selou uma linha de continuidade; de outro, a progressiva desvinculação do getulismo, singularmente após 1954, e a formulação de um projeto reformista que se tornaria hegemônico entre os petebistas, fixaram o traço de descontinuidade.

Delgado retoma o tema no artigo denominado “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil”, publicado em coletânea organizada por Jorge Ferreira. Lançando novo olhar sobre algumas de suas proposições anteriores, a autora sustenta que o trabalhismo brasileiro, a despeito de seus diferentes matizes, adquiriu ao longo do tempo uma estrutura dorsal *nacionalista, distributivista e desenvolvimentista*, e tornou-se, com efeito, um projeto para o país. O PTB, a forma de organização por excelência do trabalhismo no pós-45, teria registrado, na realidade, a existência de três

---

<sup>34</sup> CPDOC-FGV, GVc45.00.00/10.



importantes tendências ideológicas, políticas e de facções: os *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas* (Delgado, 2001).

Os *getulistas pragmáticos*, quase sempre sindicalistas ou burocratas atrelados ao arcabouço estatal, tiveram hegemonia no controle da sigla até aproximadamente 1954. Sua atuação se assentava em dois lemas: cultivar o carisma de Vargas entre os trabalhadores e lutar pela manutenção da legislação social implementada no período 1930-45. Inspirados na doutrina do trabalhismo inglês, possuíam uma visão paternalista acerca da participação dos assalariados na vida política, não conflitiva e dirigida pelo Estado, além de se pautarem por concepções nacionalistas e desenvolvimentistas.

Os *doutrinários trabalhistas*, por seu turno, eram os intelectuais orgânicos do PTB. Com uma orientação trabalhista mais socializante, Delgado assim resume suas proposições centrais: “nacionalismo, proximidade à social-democracia, contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos” (Delgado, 2001: 187). Influentes no partido desde 1948, os nomes mais destacados dessa tendência foram Alberto Pasqualini, nos primeiros anos, e Fernando Ferrari, Sérgio Magalhães e Santiago Dantas, a partir da década de 50.

Já os *pragmáticos reformistas* entrecruzaram em sua prática político-partidária elementos das tendências anteriores. João Goulart foi o maior representante de tal grupo, e talvez por isso sua passagem pelo Ministério do Trabalho, no segundo governo Vargas, tenha demarcado o momento desde o qual os pragmáticos reformistas cresceram em projeção e poder no seio do PTB. Ora promotores de uma concepção paternalista no tocante às políticas sociais, ora protagonistas de uma nova linha de ação trabalhista – que incorporou questões como distributivismo e justiça social –, bebiam ao mesmo tempo das fontes do getulismo e do trabalhismo doutrinário. O político gaúcho Leonel Brizola e o sindicalista mineiro Clodsmidt Riani foram outros dois expoentes da tendência.

Essas questões serão retomadas quando examinarmos o PTB gaúcho. Por ora, voltemos ao contexto da transição para a democracia, destacando alguns fatos estreitamente vinculados ao nascimento do partido. Afinal, além da dinâmica interna própria do PTB, seus primeiros passos estiveram cingidos também pelo processo sócio-político então em curso.

Do lado das oposições, desde fins de 1944 o antigetulismo começou a ganhar tons mais elevados. Tomando a entrevista de José Américo de Almeida como marco, pode-se dizer que a partir dela as críticas ao regime e a seu líder tornaram-se patentes. Na contramão

dessa campanha, ao longo de 1945 surgiu um movimento popular urbano em defesa da permanência de Getúlio Vargas no cargo, o chamado “queremismo”. Filho do getulismo e do trabalhismo, o grito “queremos Getúlio!” soou estranho a amplos setores da elite intelectual e política da época, especialmente aos liberais, tão desejosos que estavam pelo retorno das liberdades democráticas ao cotidiano do país. Na visão de Jorge Ferreira,

O queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo de Vargas (Ferreira, 2005: 26).

São vários os fatores que podem explicar o queremismo. É necessário sublinhar que uma das causas do movimento residiu, sim, na bem sucedida campanha de propaganda levada a cabo nos últimos anos pelo regime e seu influente DIP, campanha essa de intensa exaltação da imagem do presidente junto às massas. Entretanto, em paralelo, existiram os inegáveis ganhos materiais obtidos pelos assalariados através da legislação social do período, sem os quais a propaganda possivelmente cairia no vazio.<sup>35</sup> Havia, ainda, a lógica de reciprocidade contida na relação pactuada entre o Estado varguista e a classe trabalhadora, envolvendo elementos simbólicos como gratidão, troca e reconhecimento. Lembremos, com base em Angela Gomes (1988: 230), que “o contrato fundador do pacto político entre povo e presidente, ao extrapolar uma lógica utilitária, colocando-se fora do mercado, definia a cidadania como pertencimento e a retribuição como paixão e não como interesse político”. Ora, ao pedir nas ruas a permanência de Vargas, o povo estava igualmente expressando uma forma de retribuição.

O “queremos Getúlio!” deve ser compreendido, portanto, como um movimento oriundo da vontade política dos trabalhadores nos mais diferentes lugares do país, o que não excluiu, obviamente, o incentivo de instituições estatais e, inclusive, o apoio de empresários getulistas. Auxiliando o queremismo estavam o próprio DIP e, em particular, um órgão do Ministério do Trabalho denominado *Departamento Nacional do Trabalho*, presidido por

---

<sup>35</sup> Nesse sentido, aponta Ferreira: “É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram (...) O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP” (Ferreira, 2005: 30-31).

Segadas Vianna, figura central na fundação do PTB.<sup>36</sup> Entre os empresários encontrava-se o paulista Hugo Borghi, cujo apoio financeiro aos queremistas foi significativo. Por exemplo, adquiriu estações de rádio (chegando ele mesmo a ocupar os microfones em determinados momentos), comprou e alugou caminhões, equipando-os de alto-falantes, etc. (Ferreira, 2005: 32-33). Borghi viria a ser um dos articuladores do PTB em esfera nacional.

O movimento queremista começou a ganhar um formato mais nítido em abril de 1945, quando expressões como “nós queremos Getúlio” apareceram na imprensa, além das pichações, que a partir daí se tornariam recorrentes, exaltando Vargas em muros e paredes. Em maio o movimento espalhou-se pelo Brasil, em capitais e cidades do interior, porém ainda sem organização centralizada.<sup>37</sup> Até esse momento, caracterizava-se por um conjunto de manifestações populares contrárias aos violentos ataques que o ditador vinha sofrendo da oposição, grande parte deles em atos da campanha eleitoral de Eduardo Gomes.

Por volta do mês de julho, contudo, o queremismo ganharia outro aspecto, agora melhor estruturado em termos políticos e organizacionais. Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas eram lançados em todo o país, e comícios já ocorriam com frequência. Um desses comitês foi fundado na região do Passo d’Areia, em Porto Alegre, abrangendo outras áreas próximas, como Passo do Sarandi, Passo das Pedras e Passo da Mangueira. Um *a pedido* publicado no *Correio*, noticiando a instalação do núcleo distrital, permite uma noção mais clara sobre o sentido do movimento. Dizia o argumento inicial:

---

<sup>36</sup> Lucília Delgado afirma ter sido cautelosa a ação do Ministério do Trabalho, prevalecendo a ideia de não tornar público o apoio da pasta ao movimento queremista. Isso porque “a conjuntura já era por demais desfavorável a Vargas e demonstrar a participação da máquina estatal em campanhas de sustentação de sua imagem, para respaldar um projeto continuísta, poderia acabar por se tornar mais um argumento nas mãos da oposição” (Delgado, 1989: 48).

<sup>37</sup> Em seu estudo sobre o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária de 1945, Cássio Albernaz sustenta, diferentemente de Ferreira, que o apoio à permanência de Vargas no poder tem nesse estado “inequívoca precedência histórica sobre as demais latitudes do país”, formando-se logo após um pedido do interventor Ernesto Dornelles, feito no município de Gramado durante o mês de fevereiro. Nos últimos dias daquele mês, foi fundado em Porto Alegre o Comitê Rio-Grandense de Apoio à Candidatura de Getúlio Vargas. Segundo o autor, “não só Dornelles é o primeiro interventor a levantar a bandeira da reeleição de Getúlio Vargas, assim como o movimento queremista inicia no Rio Grande do Sul com a inauguração, em 28 de fevereiro, do Comitê Pró-Getúlio Vargas. Entretanto, em seus primórdios, este Comitê é composto por pessoas que, de alguma forma vinculadas ao Estado Novo e ao presidente, desejam a continuidade deste, legitimada através das eleições, tais como Francisco Brochado da Rocha, Geraldo Brochado da Rocha, Gabriel Obino, Hermes Pereira de Souza, Tarso Dutra e Clóvis Pestana, entre outros, que, posteriormente alinhados ao PSD, no início de março de 1945, enviam telegrama de apoio a Vargas” (Albernaz, 2006: 134-135). No entanto, por acreditarmos que o queremismo tratou-se, antes de tudo, de um *movimento popular urbano*, interessa-nos principalmente o momento em que ele atingiu uma dimensão relevante em termos de adesão popular, e não um mais ou menos organizado apoio à permanência do ditador manifestado por políticos gaúchos ligados ao Estado Novo, embora tal evento mereça ser registrado. Albernaz não demonstra, na sequência de seu trabalho, que o referido comitê lançado em fevereiro tenha alcançado, desde cedo, maior repercussão nas ruas. Daí a nossa opção, a esse respeito, pela perspectiva de Jorge Ferreira.

O Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas continua a receber adesões de todos os pontos do país, articulando-se um movimento nacional no sentido de sufragar nas urnas o nome do atual presidente da República. O que caracteriza essa campanha é o seu cunho eminentemente popular. Os trabalhadores – amparados por uma legislação social das mais adiantadas do mundo – foram os primeiros a cerrar fileiras em torno do ideal de ser Getúlio Vargas o continuador de sua própria obra. Destarte, núcleos vão sendo fundados em todos os recantos do Brasil e, dia a dia, cresce a solidariedade e avultam as manifestações de simpatia à causa que chega a constituir, no momento, a expressão mais viva da vontade e do sentimento brasileiro.

Para um dos oradores presentes no ato de fundação no Passo d’Areia, Jaime Bôa Vista, advogado dos sindicatos do 4º Distrito e ali representando o Comitê Central gaúcho, “Consciente e corajoso, Getúlio Vargas não fez distinção na valorização do esforço construtivo, entre o operário fabril, o técnico de direção, o engenheiro especializado, o médico, o advogado, o industrial ou o agricultor”. “A todos”, disse ele, “assegurou um regime de justiça e de paz, chamando-os a participar da obra comum – a grandeza da Pátria”. Além do mais, sendo Vargas o candidato das massas, “porque [sic] negar ao povo o direito de escolher livremente o supremo mandatário da Nação?”.<sup>38</sup>

Em 15 de julho veio a público um telegrama enviado a Vargas por Luiz Carlos Prestes, onde o comunista anunciou a linha política adotada pelo PCB: a defesa da instalação de uma Assembleia Constituinte antes das eleições presidenciais, ou seja, uma “Constituinte com Getúlio”. O lema foi logo encampado pelos queremistas, sobretudo no transcurso do mês de agosto, quando as lideranças do movimento, entre elas Hugo Borghi, iriam reproduzi-lo em seus discursos. O prazo para desincompatibilização dos cargos visando à inscrição de candidaturas era 3 de setembro, e mesmo com a recusa do ditador em deixar a presidência nessa data, persistiram tanto a crença em sua candidatura quanto a campanha com o lema acima (Ferreira, 2005: 47-52).

A postura de Vargas em relação ao queremismo era até certo ponto ambígua. Embora não o apoiasse formalmente, sabia que se tratava de um poderoso recurso a seu favor. Em geral, os grandes comícios queremistas no Distrito Federal terminavam em frente ao Palácio Guanabara, ocasiões em que o presidente, hesitante, reiterava sua intenção de não ser candidato, mas igualmente prevenindo que *não pretendia abandonar os trabalhadores*. Um desses encontros aconteceu no dia 3 de outubro, quando, após a leitura de um texto por Hugo Borghi, o presidente outra vez titubeou, denunciando as poderosas forças reacionárias

---

<sup>38</sup> *Correio do Povo*, 1º/07/1945, p. 03.

contrárias à convocação de uma Constituinte.<sup>39</sup> Fatos dessa natureza, agora somados a uma maior atuação, em direção semelhante, de líderes comunistas, acirraram de forma intensa os ânimos da oposição.

Ante um cenário incerto, desde o prisma dos militantes trabalhistas avolumavam-se as dúvidas. É exemplar a esse respeito um relatório sobre o movimento queremista enviado a Getúlio em 17 de outubro, endereçado do Rio de Janeiro. Depois de salientar a enorme força do movimento em diversos lugares do país, o documento solicitou orientação quanto ao rumo a ser dado aos comitês queremistas, com as seguintes perguntas e sugestões:

1º) Para onde devemos encaminhar os Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas?

a) para o PTB?

b) dissolvê-los?

c) para qualquer outro partido?

2º) Na suposição de que os Comitês devam ser encaminhados para o PTB – sugerimos:

a) que os diretórios provisórios do PTB nos estados sejam orientados no sentido de receber os elementos dos Comitês;

b) que determinados elementos dos Comitês passem a fazer parte dos diretórios do PTB;

c) que nos núcleos onde ainda não existam diretórios do PTB sejam os Comitês transformados pura e simplesmente em diretórios desse partido. Convém esclarecer que, em via de regra, os elementos integrados no movimento queremista propositadamente não ingressavam nos diretórios do PTB.

3º) Com referência ao Diretório Central do Distrito Federal sugere-se o aproveitamento de todos os elementos nestas condições, uns nos diretórios regionais do PTB no Distrito Federal, outros como funcionários de Secretaria, pois, sem dúvida existe um certo número que está absolutamente apto a continuar a campanha política do PTB.<sup>40</sup>

Essas questões precisavam ser respondidas sem demora, pois havia um problema a inquietar os queremistas adeptos do trabalhismo: o risco de os comunistas aumentarem sua influência sobre os assalariados. Devemos ter em conta que, para os trabalhistas, a aliança feita com os comunistas era de curto prazo, atendendo apenas ao objetivo imediato que era a

---

<sup>39</sup> Citado por Jorge Ferreira (2005: 73), o documento lido por Borghi traduzia a orientação dos queremistas naquele momento. Intitulado “ASSEMBLEIA GERAL DO POVO BRASILEIRO” e datado de 3 outubro de 1945, abrangia os seguintes pontos: “1º - A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo; 2º - as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país; 3º - as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar; 4º - o povo determina que S. Exa., o Presidente da República, proceda à convocação imediata do seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembleia Geral, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país”.

<sup>40</sup> GVc45.10.17, p. 01-03.

manutenção de Vargas no poder (Delgado, 1989: 42). Por isso, na sequência, o relatório avaliava as chances do partido de Prestes:

Não há a menor dúvida de que a grande massa não é comunista e, normalmente, com uma orientação segura, ponderada e dentro da realidade, o Partido Comunista terá pouca possibilidade no Brasil. Não devemos, porém subestimar o trabalho desse partido, todo ele estruturado em bases subterrâneas e que se aproveita de todas as circunstâncias para demonstrar prestígio junto a Moscou.<sup>41</sup>

Tal quadro sugere a questão da vinculação entre quererismo e trabalhismo ou entre quererismo e PTB. Gomes e D'Araújo atribuem menor importância à discussão sobre se a organização do PTB ocorreu sob a pressão dos quereristas ou, de outro modo, se a sigla foi o ponto de partida do movimento. Para as autoras, fundamental é o entendimento de que o trabalhismo foi o suporte ideológico do quererismo, sem o qual este não teria sido possível. Ambos “bebiam da mesma fonte. Eram, basicamente, a mesma ‘ideia’”. Todavia, do ponto de vista organizacional, partido e movimento tinham diferenças: o primeiro estava definido pelas regras do jogo político, ao passo que o quererismo “era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo como efetuar todos os tipos de aliança, sem qualquer comprometimento maior” (Gomes e D'Araújo, 1989: 18-19). Daí a possibilidade de aliança entre quereristas e comunistas, bem como a posição adotada por líderes e militantes trabalhistas ligados aos Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas no rumo de evitar, em um primeiro momento, o ingresso no PTB.

Lucilia Delgado reconhece na campanha quererista não mais que um movimento conjuntural, cujos objetivos coincidiram com uma das propostas petebistas iniciais: preservar a mística de Getúlio e de sua obra. A origem do PTB ficaria definitivamente marcada por sua relação com o quererismo, em especial porque nos dias que se seguiram à queda de Vargas, os trabalhistas receberam, de pronto, orientação para transformar os comitês do movimento em diretórios do partido. Deve-se ressaltar que, com o fim da campanha, nem todos os quereristas ingressaram no PTB, caso óbvio dos comunistas, e que nem todos os petebistas foram quereristas, situação do grupo liderado por Alberto Pasqualini no sul. Como a maioria dos integrantes do movimento passaria para o partido, diz Delgado que isso “acabou por levar o quererismo e petebismo a serem reconhecidos inadequadamente como duplos elementos de um processo unitário” (Delgado, 1989: 50). Adiante, a autora acrescenta:

---

<sup>41</sup> GVc45.10.17, p. 03.

Ao queremismo, no entanto, não pode ser negado o reconhecimento de que sua forte capacidade de mobilização serviu como um dos vários esteios iniciais da articulação que levou à formação e consolidação do PTB, enquanto partido político fortemente ligado a Vargas. Na verdade, a confluência entre os queremistas e os petebistas sofreria um permanente movimento de aproximação incentivado por Vargas e por seu Ministério do Trabalho. O estreitamento dessa relação tornar-se-ia mais necessário e completo, quando, com a queda de Vargas, a opção queremista tornou-se ultrapassada. A mais concreta possibilidade de preservação da mística de Vargas teria, a partir de então, no PTB o seu principal instrumento, inclusive pela forte capacidade de atração que o partido exerceria sobre as massas urbanas (Delgado, 1989: 51).

Uma notícia trazida aos gaúchos em meados de outubro de 1945 evidencia essa aproximação estimulada por Getúlio. Durante a inauguração de um novo trecho de trens eletrificados no Rio de Janeiro, o discurso do presidente incluiu um conselho político. “Com linguagem simples e bem clara, para que não deixasse de ser compreendido”, descreveu o *Correio do Povo*, ele recomendou aos trabalhadores que reforçassem as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, porquanto uma das vantagens da agremiação era, nos termos de Vargas, defendê-los “das tentativas de absorção por elementos extremistas”. Tal ingresso iria “evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores se esquecem dos compromissos para com eles assumidos”. Na avaliação do jornal, logo abaixo, o conselho resultaria no ingresso dos queremistas no PTB, motivo pelo qual o PSD, “que contava até ontem se beneficiar nas próximas eleições com eleitorado sólido e firme do Sr. Getúlio Vargas, não poderá deixar de sofrer as consequências desastrosas de quem estava esperando amparo decisivo”. E concluiu: “Tudo isso indica que novas surpresas teremos até o almejado dia dois de dezembro”.<sup>42</sup>

Esta última sentença do jornal mostrar-se-ia certa. Como dissemos, os ânimos da oposição acirravam-se cada vez mais. O quadro piorara desde a promulgação, em 10 de outubro, do Decreto-lei nº 8063, que alterava a Lei Constitucional nº 9 e antecipava as eleições estaduais para a mesma data do pleito federal (2 de dezembro), além de conceder aos interventores um prazo de trinta dias para sua desincompatibilização. Os adversários denunciaram o caráter continuísta do decreto, uma vez que sob o esteio do ditador seriam eleitos o Congresso Nacional, os governadores e os deputados estaduais. Muito poder restaria concentrado nas mãos de Vargas.

---

<sup>42</sup> *Correio do Povo*, 16/10/1945, p. 14.

Frente a tais fatos, sua deposição já era tramada pela cúpula militar e por líderes da oposição. A gota d'água foi a nomeação de Benjamim Vargas, seu irmão, para a Chefatura de Polícia do Distrito Federal, principal órgão de segurança da capital. Com isso, Getúlio teria o controle da repressão sobre as massas, que assim seriam facilmente chamadas a defendê-lo no caso de um golpe.

Em 30 de outubro, o mesmo *Correio do Povo*, que normalmente trazia na capa notícias internacionais, fugiria à regra para ali estampar a seguinte manchete: “*Renunciou o Sr. Getúlio Vargas, entregando o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal*”. Na noite anterior, em ação liderada pelos generais Dutra e Góis Monteiro, a cúpula militar havia forçado a renúncia do ditador.<sup>43</sup>

Poderia ter sido esse o derradeiro ato em favor dos adversários. Porém, Vargas sabia que as sementes lançadas com vistas à sua continuidade (ou retorno) já germinavam. Sobre a mais importante delas, dias depois, agora em seu “exílio” em São Borja, ele repetiria: “Trabalhadores do Brasil! Deste rincão longínquo da Pátria, dirijo minha saudação a todos vós, desejando que ela seja ouvida em todos os quadrantes do Brasil. Condensai vossas energias e moldai vossa consciência coletiva ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro”.<sup>44</sup>

#### 1.4. A FORMAÇÃO DO PTB NO RIO GRANDE DO SUL

Não seria demais afirmar que parte significativa dos expoentes do trabalhismo brasileiro no período 1945-64 teve acentuado sotaque gaúcho. O Rio Grande foi berço de algumas das maiores lideranças petebistas da época, aí incluídos João Goulart, Alberto Pasqualini, Leonel Brizola, Fernando Ferrari... Sem falar no próprio Getúlio Vargas.

A formação do PTB no Rio Grande do Sul definiu-se por elementos bastante próximos daqueles que o marcaram em âmbito nacional, tanto no que concerne às características mais amplas da transição (continuidade na mudança), quanto em relação à dinâmica própria do partido (sua base getulista, trabalhista e sindical, por exemplo). Entretanto, o PTB gaúcho não foi resultado de um processo unilateral: ao mesmo tempo em

---

<sup>43</sup> Com a deposição, José Linhares, do Supremo Tribunal Federal, assumiu interinamente a presidência da República. Linhares revogou o Decreto-lei nº 8063, que antecipava as eleições estaduais.

<sup>44</sup> *Correio do Povo*, 15/11/1945, p. 12.



que as características da política brasileira influenciaram na sua constituição, esta seção regional igualmente abarcou peculiaridades e protagonizou atuações que chegaram, em diversas ocasiões, a pautar a linha de conduta do partido nacionalmente. A via era de mão dupla, sem dúvida.

Para um melhor entendimento, retomemos o debate sobre as tendências atuantes no interior da sigla. Na opinião de Miguel Bodea (1992), o PTB gaúcho estruturou-se a partir da confluência de três correntes distintas (por ele às vezes chamadas de “vertentes”). A primeira delas seria a corrente *sindicalista*, considerada pelo autor o núcleo inicial do partido no estado. Composta por líderes sindicais que atuaram durante o governo Vargas, deitaria raízes na ala trabalhista do PSD (criada na primeira Convenção Estadual do PSD sob influência de José Diogo Brochado da Rocha). Em segundo lugar viria a corrente *doutrinário-pasqualinista*, com origens diferentes da anterior. Diz Bodea: “Tratava-se de um círculo de intelectuais progressistas – na maioria dos casos bacharéis e profissionais liberais – agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini” (Bodea, 1992: 23). Sua entrada definitiva no PTB ocorreu só em 1946, já no contexto das eleições estaduais. Por fim, haveria a corrente *pragmático-getulista*, integrada por “políticos profissionais” que ingressaram no PTB de 1946 em diante, oriundos do PSD. Essa transferência teria sido orientada por Getúlio, que assim visava fortalecer o PTB para o pleito de 1947.

Tal classificação, a nosso ver, é parcial e válida apenas para os anos iniciais do partido no estado. Isso porque ela indica tão somente as origens de atuação (social, política e profissional) dos grupos que formaram o PTB gaúcho. Quer dizer, ela não traduz as diferenças ideológicas e as proposições programáticas de cada corrente. Essa discussão, diga-se de passagem, não é aprofundada pelo autor, que ao longo da obra mostrar-se-á mais preocupado com o que chama de “divisão de tarefas” entre os dois grandes líderes do trabalhismo gaúcho: Vargas e Pasqualini.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Para Bodea (1992: 139-177), o relacionamento Vargas-Pasqualini não deve ser analiticamente reduzido a um confronto entre a linha pragmática de um e a linha ideológica ou doutrinária de outro. Nas interpretações correntes, segundo ele, no geral polemiza-se ao redor do grau de conflito ou distanciamento entre ambas as linhas no interior do PTB. Além disso, tais interpretações são quase unânimes ao situar Pasqualini à esquerda de Vargas no espectro político-partidário. Na visão do autor, diferentemente, a dimensão essencial do relacionamento entre um e outro, ao longo dos anos, situava-se na dinâmica de uma *divisão de tarefas* no seio do mesmo partido, o que acabava por estabelecer uma relação de *complementaridade conflitiva*. Essa divisão de tarefas perpassava três níveis de atuação: primeiro, na estratégia política mais ampla, onde haveria uma complementaridade conflitiva entre o projeto nacional de Vargas e o projeto pasqualinista de construção do PTB; segundo, na divisão geográfica das lideranças: Getúlio no âmbito nacional e Pasqualini no regional; por fim, na divisão de funções político-partidárias, em que aquele era o estrategista político e este o doutrinador e teórico.

Dessa maneira, julgamos que a classificação feita por Lucilia Delgado (2001), enfocando genericamente o trabalhismo brasileiro, é válida também para o caso gaúcho. Delgado é mais precisa quando propõe a existência de três tendências *ideológicas, políticas e de facções* no seio do PTB, quais sejam, *os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas*.<sup>46</sup>

A partir da própria caracterização de Bodea sobre as vertentes por ele identificadas, mas sobretudo com base no depoimento de José Vecchio concedido ao CPDOC (1986), no teor das correspondências enviadas a Getúlio por sindicalistas e “políticos profissionais” ligados ao PTB gaúcho<sup>47</sup>, e nos textos presentes nos jornais, é possível concluir que, a despeito da origem de atuação, ambas as correntes (sindicalista e pragmático-getulista) podem ser enquadradas entre os *getulistas pragmáticos*, conforme os definiu Delgado.

Embora alguns dos sindicalistas, notadamente Vecchio (dirigente da ala trabalhista) e Sílvio Sanson (presidente do PTB gaúcho no seu primeiro ano), mantivessem uma trajetória um tanto rebelde e independente, eles eram seguidores da liderança de Vargas e árdios defensores da legislação social implementada desde 1930. Sua atuação abrangia uma estreita associação entre a ação sindical (e militância partidária) e o dirigismo estatal típico do getulismo. Torna-se fácil supor que essa visão paternalista era comungada – talvez até com mais intensidade – pelos “políticos profissionais”, à medida que agiam sob inspiração e orientação direta do ex-ditador.

No tocante ao grupo ligado a Alberto Pasqualini, mesmo que tenham ingressado oficialmente no PTB apenas em 1946, sua proximidade com o partido, como veremos, ocorreu já durante o ano anterior, seja pelas circunstâncias que envolveram o registro definitivo da sigla junto ao TSE, seja porque o nome de Pasqualini foi indicado pelos líderes sindicais, no final de 1945, para ser o candidato petebista ao governo estadual. Contudo, as particularidades da tendência que os pasqualinistas viriam a constituir, a *doutrinária*

---

<sup>46</sup> Em sua tese, conquanto ainda aponte a existência de apenas duas tendências atuantes no PTB (os getulistas e os doutrinários), Delgado estabelece tal classificação baseando-se na teoria de Giovanni Sartori. Observa ela: “Para identificação dos grupos diferenciados que atuavam no interior do PTB usa-se a terminologia de Sartori, identificando-os por sua ‘tendência’ (mais à esquerda ou à direita) e posteriormente, quando mais definidos, por frações que expressam a natureza do partido e representam grupos ‘ideológicos’ ou de ‘ideias’. Quando o conflito entre esses grupos for motivado por interesses imediatos de cargos e proventos, também utilizando a terminologia do autor, os definirei por facções” (Sartori, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Ed. da UnB; Zahar; Fundação Roberto Marinho, 1982, p. 93-104; *apud* Delgado, 1989: 52).

<sup>47</sup> Documentos existentes no CPDOC-FGV. Ver, em especial: GVC45.10.29/1, GVC46.01.17/4, GVC46.08.02/1, GVC46.09.00/1, GVC47.01.03/3 e GVC47.01.27. De modos diversos, no geral essas correspondências referem-se a Vargas como uma espécie de chefe supremo a orientar os rumos a serem tomados. Isso ficará melhor demonstrado no segundo capítulo, quando analisarmos a atuação do ex-presidente no processo de definição das candidaturas às eleições estaduais de 1947.

*trabalhista*, aparecem melhor atribuídas ao grupo só após 1947, desde quando o político gaúcho passa a investir esforços na formulação teórica e doutrinária do trabalhismo brasileiro.<sup>48</sup> Quer dizer, originários da USB, eles entram no partido como intelectuais de inclinação social-reformista, mas suas proposições programáticas na perspectiva do trabalhismo serão elaboradas somente nos anos subsequentes.

Assim, acreditamos que o PTB gaúcho teve uma formação em alguns aspectos peculiar em relação ao seu surgimento no âmbito nacional. Deve-se atentar, porém, para os eventuais exageros que possam resultar dessa constatação. As especificidades regionais dizem respeito mais ao tempo e à intensidade das ocorrências de determinados fatores, do que a características intrínsecas ao partido no Rio Grande.

Em primeiro lugar, conforme mencionamos, o PTB gaúcho teve a participação prematura de um grupo social-reformista, evidenciada ainda nos seus anos iniciais e sobretudo na primeira vez que disputara eleições estaduais (pleito de janeiro de 1947, objeto dos capítulos seguintes). De acordo com Delgado (2001), em esfera nacional, a participação dos doutrinários trabalhistas no partido dar-se-ia de 1948 em diante, com Pasqualini, e ganharia maior expressão e novos expoentes a partir dos anos 1950.

Em segundo lugar, mas vinculado ao anterior, sobrevém o fato de que a influência do grupo social-reformista garantiu muito cedo feições progressistas à atuação local da agremiação, traduzidas igualmente já no processo eleitoral de 1946/47. Foi essa, aliás, uma das razões para seu afastamento, no Rio Grande do Sul, da outra sigla nascida “de dentro”, o PSD, ocorrido no transcurso de 1946 e que perduraria por todo o período democrático encerrado em 1964.

No PTB gaúcho, portanto, a participação (e real influência) dos doutrinários trabalhistas (ou pelo menos de vários de seus precursores) foi anterior em comparação com a esfera nacional. Por esse motivo, principalmente, o partido adquiriu um caráter bastante progressista logo nos primeiros anos, em grau bem mais elevado do que se observa em

---

<sup>48</sup> Até sua entrada definitiva no PTB, Pasqualini não refere em seus textos o termo “trabalhismo”. Ele só será utilizado posteriormente, no livro *Bases e sugestões para uma política social*, lançado em 1948. Em tal obra, o político gaúcho procura incorporar à concepção mais ampla de trabalhismo grande parte do pensamento que ele próprio vinha elaborando ao longo dos últimos anos. Deve-se notar, no entanto, que essa simbiose conceitual e doutrinária ainda não foi enfrentada a contento por pesquisadores acadêmicos, aparecendo tangencialmente em alguns trabalhos, como no de Bodea, já citado, ou no de Romeu Karnikowski (1999). A pergunta, que merecerá análise futura, permanece em aberto: como se dá a combinação entre aquele trabalhismo “inventado” pelo Estado brasileiro no início dos anos 1940, conforme a proposta de Angela de Castro Gomes, e o trabalhismo doutrinário formulado por Pasqualini? Uma reflexão inicial a esse respeito foi apresentada por Laura Vianna Vasconcellos (2008) no IX Encontro Estadual de História (ANPUH-RS).

outros estados em que seu peso foi significativo no jogo político local.<sup>49</sup> Eis, a nosso ver, as peculiaridades fundamentais desta seção regional na sua fase inicial. Ademais, elas sugerem a abordagem da terceira tendência identificada por Delgado: a *pragmática reformista*.

A análise de tal tendência, em sentido estrito, extrapolaria os limites deste estudo, porquanto sua ascensão no PTB teria ocorrido somente após a passagem de João Goulart – seu maior representante – pelo Ministério do Trabalho, no segundo governo Vargas. Entretanto, é preciso fazer uma consideração acerca dos pragmáticos reformistas. Para Delgado, eles teriam amalgamado em sua prática político-partidária elementos das alas predecessoras, expressando “o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos (...)”. A trajetória de Goulart – percebida pela autora como uma chave para a compreensão do que foi o projeto da tendência – teria ganhado dimensão nacional após uma fase de preparação local, e sofrido duas influências decisivas: “de Getúlio Vargas, principal expoente da tendência getulista do PTB, e de Alberto Pasqualini, cujas proposições ganharam maior difusão exatamente na fase em que Jango ingressou na política e se consolidou como liderança trabalhista” (Delgado: 2001: 194-195).

Nessa direção, devemos ter em conta que a etapa formativa do PTB gaúcho também configura o tempo e o local do aprendizado político das maiores lideranças pragmáticas reformistas das décadas seguintes, pois tanto a vida pública de João Goulart quanto a de Leonel Brizola tiveram ali seu começo. Líder estudantil em Porto Alegre, Brizola aderiu ao partido ainda em 1945. Jango o faria no ano posterior, já às vésperas da campanha eleitoral.<sup>50</sup> O pleito de janeiro de 1947, ocasião em que serão eleitos deputados estaduais, demarca a estreia de ambos nas urnas.

Enfim, a sequência do trabalho tornará mais claros diversos aspectos sobre os grupos e agentes até aqui tratados. Retomaremos adiante as atuações dos sindicalistas, dos “políticos profissionais” e dos pasqualinistas. Por ora, passemos aos fatos que compuseram o surgimento do PTB no Rio Grande do Sul.

Ao longo de 1945, a tônica dos acontecimentos políticos no estado sulino não fugiria à regra daquela registrada no país em geral. Findava o regime autoritário capitaneado por

---

<sup>49</sup> Isso vale particularmente para os estados de São Paulo e de Minas Gerais e para o Distrito Federal, pois, além da efetiva importância do PTB nessas realidades locais, as mesmas também possuem maior presença nos estudos políticos sobre o período. Sobre a formação e a trajetória do PTB em São Paulo, ver o trabalho de Benevides (1989).

<sup>50</sup> A entrada de João Goulart no PTB deu-se sob influência de membros da família Vargas, com os quais o jovem estancieiro tinha íntima ligação em São Borja. Sobre o tema, ver Ferreira (2004).

Vargas e, logicamente, discutia-se a reorganização das forças partidárias em nível regional. Animado pelos ventos democráticos que principiavam a soprar, o ímpeto oposicionista encontraria altivos representantes ao sul. Retornavam à cena figuras como Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla, chefiando no Rio Grande a estruturação dos partidos “de fora”, UDN e PL.

Como na conjuntura nacional, o apoio ou não ao ditador pautava boa parte da luta política local. Frente aos crescentes ataques dos adversários, não tardaria a articulação das forças getulistas no estado, em especial as ligadas aos setores populares. Por volta do mês de julho, começam a ser instalados comitês e núcleos pró-Candidatura Getúlio Vargas em inúmeras cidades do interior e em bairros de Porto Alegre, confirmando o advento do movimento queremista gaúcho (Albernaz, 2006: 134-156).

O queremismo sem dúvida terá uma importância central na formação do PTB no Rio Grande, uma vez que vários dos líderes queremistas integrarão o partido. Um deles, por exemplo, é o advogado Affonso de Assumpção Vianna, que em agosto de 1945 dirige a criação, em Porto Alegre, do Comitê Rio-Grandense Pró-Getúlio Vargas, filiado ao Comitê do Distrito Federal.<sup>51</sup> Além de Vianna, certos sindicalistas que encabeçam o movimento, mas pertencem, a essa altura, à chamada ala trabalhista do PSD, serão os precursores do PTB gaúcho.

A ala trabalhista do PSD foi organizada nos primeiros dias de julho de 1945. Entre seus dirigentes estavam Alvaro Soares Teles, Darcy Gross, Edison Moreira Chagas, José César Mesquita, José Vecchio e Sílvio Sanson.<sup>52</sup> Esses nomes, à época lideranças sindicais de diferentes categorias profissionais, em breve comporiam o Diretório Estadual do PTB. Sobre eles, é fundamental compreendermos que suas atuações foram forjadas durante o primeiro governo Vargas, quando aderiram ao projeto estatal voltado aos assalariados urbanos. Todavia, em concordância com Jorge Ferreira (2000), julgamos que é impossível qualificá-los como meros “pelegos”, à maneira de alguns estudos mais tradicionais sobre o movimento operário brasileiro.

O engajamento de tais trabalhadores ao sindicalismo oficial ou mesmo ao getulismo não significa, necessariamente, que tenham renunciado à sua autonomia. Ao contrário, o efetuaram a partir de escolhas próprias que resultavam de experiências até então vividas e partilhadas entre eles. Faziam parte desta “cultura política de setores do movimento sindical gaúcho”, para usar as palavras de Ferreira, elementos como negociação, recusa a práticas

---

<sup>51</sup> *Correio do Povo*, 08/08/1945, p. 18.

<sup>52</sup> *Correio do Povo*, 06/07/1945, p. 08.

que consideravam “violentas e agressivas” em outras correntes políticas (a comunista, em particular), reconhecimento de sua promoção ao mundo da legitimidade pública etc. Ademais, muitos daqueles sindicalistas sofreram as agruras do autoritarismo vigente no período varguista. Em torno disso, argumenta o autor:

O grupo de Vecchio, portanto, fez escolhas dentro de um leque de opções disponíveis. As escolhas, contudo, não foram arbitrárias, e nem mesmo se pode falar em manipulação. Entre 1930 e 1937, os próprios sindicalistas que apoiaram Vargas sofreram, no Rio Grande do Sul, todo tipo de arbitrariedades, sobretudo no governo de Flores da Cunha, homem, segundo Vecchio, que não sabia lidar com o movimento sindical, apenas o tolerava pela política implementada pelo Ministério do Trabalho. Nessa mesma época ocorreram espancamentos, mortes e grande repressão policial (...) Ou seja, não estamos diante de sindicalistas cooptados, manipulados ou enganados por algum tipo de demagogia estatal. Suas lutas continuaram, mesmo após a implementação de suas escolhas (Ferreira 2000: 195-196).

Nesse sentido, a transição para a democracia imporia uma nova escolha a ser feita pelo grupo de Vecchio. Se eles, na condição de trabalhadores urbanos, haviam conquistado o acesso a direitos de cidadania nos últimos anos, precisavam agora preservar seus ganhos. Para tanto, seria necessário aprender a trilhar os caminhos da luta político-partidária. Retomando o exposto no começo deste capítulo, lembremos que, no Brasil, a incorporação dos assalariados à esfera da legitimidade pública esteve ligada primeiramente aos direitos sociais. Logo, seu grande desafio ao fim do Estado Novo, quando galgariam o acesso à participação política formal, era o modo como iriam efetivá-la.

Os sindicalistas getulistas gaúchos sem demora aderiram a um partido. Por óbvio escolheram o PSD, até ali a única sigla “de dentro” fundada no Rio Grande. Porém, tal aproximação achar-se-ia repleta de percalços. De saída, porque o engajamento dos sindicalistas no movimento queremista assinalou um distanciamento da ala trabalhista do PSD em relação ao próprio partido, hipótese essa bastante plausível levantada por Jorge Ferreira (2000: 200). Acreditamos, entretanto, que o principal obstáculo gira em torno do descompasso entre a postura de dirigentes pessedistas, na maioria velhas “raposas” políticas de propensão conservadora, e a dos integrantes da ala trabalhista. Algumas passagens do depoimento de José Vecchio são ilustrativas a esse respeito. Cylon Rosa, por exemplo, um dos articuladores centrais do PSD no estado, àquele momento secretário do Interior e Justiça, é referido por Vecchio como um “reacionário ao extremo”, que estava “sempre com maldade na cabeça” (Vecchio, 1986: 55).

É um episódio narrado pelo líder da ala trabalhista, contudo, envolvendo Gabriel Obino, outro prócer pessedista, que ensinaria as articulações iniciais do PTB gaúcho. Vale

reproduzi-lo com os termos do narrador. Mas antes de continuarmos, cumpre admitir que é difícil reconstituir o curso preciso dos fatos transcorridos nesta segunda metade de 1945.

Vecchio conta que, em um determinado dia, na ocasião em que exercia atividades da ala na sede do PSD, adentrou no local um operário em busca de emprego. Dirigindo-se a Obino, primeiro-secretário do partido, dele teria ouvido a seguinte resposta: “Foi ótimo chegares agora aqui, rapaz. Pois casualmente está aqui o presidente da ala trabalhista do PSD, o José Vecchio, ele vai te encaminhar para um emprego”. O homem, então, em referência a Vecchio, exclamou: “Pois é, doutor...”. Daí a réplica imediata:

“Mas espera um pouco, rapaz, tu trabalhaste na Carris, depois foste para a Guarda Civil, tu me conhecestes e sabes que eu não sou doutor. Sou teu companheiro, operário; que bobagem é esta? Doutor é este aí, eu não sou! Sou operário, um trabalhador igual a ti, apenas um pouco mais esclarecido. Mas se queres trabalhar, não é aqui que vais arrumar emprego, isso aqui não é comércio, não é indústria, nisso aqui tens que entrar se gostares do programa e do estatuto” (Vecchio, 1986: 48-49).

Vecchio ainda ofereceu-se para orientar o homem, que agradeceu e deixou o recinto. Diante do incidente, Obino teria asseverado: “Ora, Vecchio, mas que barbaridade, tu não devias ter dito isso rapaz! Tinhas que dizer para este camarada voltar amanhã. No outro dia ele voltava, dizias que já estava providenciando. Vai indo, vai indo, ele depois se retira, mas sempre fica filiado ao partido”. Contrariado, o líder da ala trabalhista retrucou:

“Mas é isso que é o PSD? Nós não viemos aqui pra isso, seu doutor. Para o trabalhador não se deve mentir, porque não tenho dinheiro para levar um pão ‘pro’ filho dele, e o senhor não é quem vai dar, pois se o senhor der para um hoje, amanhã o senhor não tem para o outro, é muito diferente. Trabalhador é cioso da sua responsabilidade, ele não pode e não deve ser enganado, por isso pratiquei assim. Se esta é a orientação do partido dos senhores, eu estou militando em partido errado” (Vecchio, 1986: 51).

Em resumo, devido a eventos dessa natureza, os componentes da ala trabalhista logo identificaram traços conservadores no PSD. Além de tudo, a agremiação sustentava a candidatura presidencial do general Dutra, figura à qual mantinham restrições, pois nela reconheciam um dos responsáveis pela derrubada de Getúlio. Esse ponto igualmente aparece como motivo de distanciamento entre os sindicalistas e a cúpula pessedista.

Passados alguns dias do episódio, Vecchio ficou sabendo, por meio de uma notícia na imprensa, que Paulo Baeta Neves estava organizando, no Rio de Janeiro, um partido “para defender o direito dos trabalhadores do Brasil, e com o apoio do Dr. Getúlio Vargas”. Chamava-se Partido Trabalhista Brasileiro. Sem delonga, foi ao encontro de seu

companheiro Sílvio Sanson e disse-lhe: “Vais ter que ir ao Rio procurar esse homem (...) Vê se ele já tem o estatuto do partido conforme diz aqui, qual é o programa e se o Getúlio está de fato prestigiando”. Depois de mais alguns dias, Sanson retornou da capital federal com a confirmação das informações (Vecchio, 1986: 52-53).

Em sigilo, ambos convocaram uma reunião dos integrantes da ala no escritório particular de Vecchio. Na oportunidade, relataram aos presentes o incidente com Obino, sua insatisfação quanto ao PSD e a viagem de Sanson. A seguir, Vecchio propôs uma deliberação: deveriam continuar na ala trabalhista do PSD ou fundar o PTB no Rio Grande do Sul? A segunda alternativa teria vencido por aclamação (Vecchio, 1986: 54). Assim, caberia aos próprios sindicalistas a tarefa de constituir o PTB gaúcho.

Tal processo, no entanto, não ficou restrito a Porto Alegre. Em agosto a imprensa já fez alusão a uma seção local da sigla, inclusive com atividades no interior do estado em prol da candidatura Vargas.<sup>53</sup> Sem citar nomes, o *Correio* noticiou ainda naquele mês a realização de um comício em Caxias do Sul, do qual teriam participado elementos petebistas da capital.<sup>54</sup> Em setembro foi criado um núcleo do PTB em Bagé, sob liderança, entre outros, do dentista Valdomiro Domingues.<sup>55</sup> Na sequência, a Comissão Central do partido comunicou a formação de um núcleo em Rosário do Sul, e também solicitou aos lugares onde já houvesse núcleos em funcionamento, que enviassem subscrições a Porto Alegre visando ao registro petebista.<sup>56</sup>

Segundo José Vecchio, o rompimento oficial dos sindicalistas com o PSD aconteceu em 14 de setembro, dia em que assinaram seu pedido de desligamento. A ata de fundação do PTB gaúcho leva a data de 2 de outubro de 1945. A estratégia organizativa que adotaram foi a seguinte: os componentes da ala trabalhista ficariam divididos em dois grupos, um responsável pela estruturação do PTB em Porto Alegre e área metropolitana, e o outro por sua constituição no interior. Vecchio permaneceu à frente da sigla na capital, presidindo seu Diretório Municipal.<sup>57</sup> Sílvio Sanson, por sua vez, foi o primeiro presidente estadual.<sup>58</sup>

<sup>53</sup> *Correio do Povo*, 22/08/1945, p. 08.

<sup>54</sup> *Correio do Povo*, 30/08/1945, p. 08.

<sup>55</sup> *Correio do Povo*, 11/09/1945, p. 04.

<sup>56</sup> *Ibid.*

<sup>57</sup> Em seu depoimento ao CPDOC, Vecchio fez a leitura da primeira ata do Diretório Municipal do partido, datada de 2 de outubro de 1945. Os nomes que o compõem e respectivas categorias são os seguintes: José Vecchio (transviário), João Lino Brown (professor), Manuel Tavares (Sindicato dos Padeiros), Cristiano Costa (Sindicato dos Empregados Auxiliares do Comércio), Manuel Mato Pontes (poeta e ferroviário), Arlindo Achute (comerciário), João Gregório do Nascimento (transviário), Vicente Salerno (Sindicato dos Pedreiros), Adélia Elisa Machado (única mulher a participar da fundação do PTB, comerciária), Nicolau Pires (Sindicato dos Securitários), Arnaldo de Souza (Sindicato dos Tramways), Ernani Sperb (comerciário), João Francisco Vanini (padeiro), Thompson Colin (alfaiate), Martiniano Rosa Vaz (Sindicato dos Vendedores Ambulantes),



Por conseguinte, a elaboração dos liames organizativos do partido no Rio Grande do Sul foi obra dos sindicalistas getulistas. Nesse rumo, a formulação das denominadas “alas profissionais” internas configurou uma das contribuições mais originais que deram à agremiação nos primórdios. Bodea cita três entre as de maior importância: a ala dos bancários, a ala dos metalúrgicos e a ala dos gráficos (Bodea, 1992: 22). Da mesma maneira, inspiradas nessas, ao longo de 1946 surgiram alas de cunho não sindicalizado, fundamentalmente a acadêmica e a feminina.

Instalada em 15 de março de 1946, a Ala Acadêmica do PTB tinha entre seus primeiros dirigentes jovens como Leonel de Moura Brizola (Engenharia), Wilson Vargas da Silveira (Direito) e Rui Ramos Teixeira (Direito).<sup>59</sup> Em breve viria o também estudante de Direito Sereno Chaise. Apesar de percorrerem diferentes trajetórias, todos os quatro tornaram-se, com o tempo, expoentes petebistas no estado.

Cabe destacar o caso de Brizola, que progressivamente se consolidaria como figura expressiva do trabalhismo brasileiro. Originário de uma família de pequenos lavradores, nasceu em 1922 na região que corresponde ao atual município de Carazinho. Após ter cursado seus estudos primários no interior (Passo Fundo e Carazinho), Brizola mudou-se para a capital em 1936. Lá trabalhou em ofícios variados, aí incluídos o de graxeiro, em uma refinaria de óleo em Gravataí, e o de funcionário da Prefeitura de Porto Alegre desde 1940. Logo em seguida, ingressou no prestigiado Colégio Júlio de Castilhos, a fim de cursar o supletivo. Entrou para a Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul em 1945, na mesma época em que começou a envolver-se com política. Simpatizante de

---

Emílio Barcelos da Silva (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Trigo), Bertoldo de Araújo Lopes (Sindicato dos Estivadores em Carvão Mineral), Armando Finco (alfaiate), Antônio de Souza (presidente do Sindicato dos Marinheiros e Moços da Navegação Fluvial), Atilano Veiga Rodrigues (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Arroz), Osvaldo Leopoldo de Oliveira (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil), Orlando Gás (Sindicato de Pedreiras), Antero Lentino (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Trigo), Eduíno Müller (comandante de embarcação, presidente do Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Cabotagem Fluvial), Manuel Marinho da Cunha (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sabão e Velas), José Cereja (Sindicato dos Alfaiates), Francisco Baladão (estudante de Direito), Ângelo Fernandes Peres (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Lavanderia e Tinturaria do Vestuário), Durval Farias da Rosa (presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estaleiros Navais de Porto Alegre), Amaro Francisco dos Santos (presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores no Comércio de Classificação de Cereais), Augusto Dinis (presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Moinhos), Emetélio da Silva (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Arroz) e Volfran de Oliveira Filho (operário) (Vecchio, 1986: 55-58).

<sup>58</sup> No Arquivo Getúlio Vargas, do CPDOC, há uma espécie de relatório sobre o PTB em 1945, onde constam as composições dos diretórios estaduais do partido. O Diretório Estadual do PTB gaúcho era composto pelos seguintes membros: Sylvio Sanson, Darcy Gross, Clodomiro Batista, Milford Bastos, Edison Moreira Chagas, Samuel Figueiredo, Manuel Lima, Alarico Araujo Lopes, José Cezar de Mesquita, Arthur Michel, José Luiz Prado, Paulo dos Santos, Ari Siqueira, Leopoldo Machado Soares, Sady Machado Soares, Max Schoen, Alvaro Soares Teles e Adílio Viana. GVC45.00.00/10.

<sup>59</sup> *Correio do Povo*, 16/03/1946, p. 04.

Vargas, aproximou-se dos sindicalistas getulistas já nesse ano, tendo ajudado a organizar o PTB gaúcho e, meses depois, a Ala Acadêmica (Keller; Dias; Costa, 2001: 837).

No tocante à Ala Feminina, sua criação ocorreu em 6 de setembro de 1946, conforme correspondência enviada a Vargas.<sup>60</sup> Tinha como presidente Ascylla Corrêa Rodrigues, e como presidente de honra Darci Sarmanho Vargas, esposa de Getúlio. Na diretoria da ala, aliás, achavam-se várias esposas ou parentes de líderes da sigla: Arací Dornelles, Constância Vecchio, Lisete Loureiro da Silva, Maria Baladão e Sueli Rochetti Vianna, só para nos atermos aos sobrenomes mais evidentes.

Isto posto, antes de passarmos à organização da USB e sua aproximação com o PTB, convém ainda tratarmos da participação desta seção regional do partido nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Pode-se presumir que o debate em torno da disputa presidencial repercutiu fortemente no Rio Grande. Entre outros fatores, aquele contexto delineava-se quer pela circunstância de Vargas estar agora em seu “exílio” são-borjense, quer pelo fato de que, às vésperas do pleito, nenhuma das duas candidaturas militares (general Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes) conseguia mobilizar os eleitores.

Entre os dias 10 e 13 de novembro de 1945, realizou-se a primeira Convenção Estadual do PTB, na qual compareceram representantes de 47 municípios. Essa quantidade de representações mostra que o partido, transcorrido pouco mais de um mês de sua fundação oficial, de algum modo já se espalhava pelo interior. Estiveram na pauta da convenção temas como a chapa à deputação federal e a postura frente à eleição de 2 de dezembro.<sup>61</sup>

Ao término do evento, a Comissão Executiva Estadual da sigla divulgou nota com as deliberações ali tomadas. Em relação à candidatura Dutra, a posição foi esta: “Aprovar uma moção de apoio à resolução do Diretório Central no que se refere à sucessão presidencial para a República, pela qual o PTB permanece indiferente ante as atuais candidaturas”. Presente à sessão de encerramento, Alberto Pasqualini foi alvo de homenagens dos petebistas, tendo Vecchio feito um apelo para que o ex-secretário aceitasse concorrer à Câmara dos Deputados.<sup>62</sup>

De acordo com o depoimento de Vecchio, os petebistas gaúchos tinham grandes restrições ao general, sobretudo porque identificavam nele um dos principais responsáveis pela deposição de Getúlio. Entretanto, em 27 de novembro, faltando uma semana para a eleição, o ex-ditador – ciente de que seu silêncio poderia contribuir para uma vitória de

---

<sup>60</sup> GVc46.09.06.

<sup>61</sup> *Correio do Povo*, 11/11/1945, p. 22.

<sup>62</sup> *Correio do Povo*, 14/11/1945, p. 08.

Eduardo Gomes – lançou um manifesto aconselhando os trabalhistas e o povo brasileiro a votar em Dutra.<sup>63</sup> Segundo Vecchio, os petebistas gaúchos, ainda que a contragosto, acataram a orientação de Vargas. Porém, na mesma ocasião em que decidiram acompanhar essa indicação, tomaram uma outra resolução importante: lançaram a candidatura de Pasqualini a governador pelo PTB.<sup>64</sup> O objetivo, com isso, era se antecipar a uma orientação semelhante no Rio Grande, só que agora em favor de Walter Jobim, postulante pessedista ao executivo estadual (Vecchio, 1986: 59-60).<sup>65</sup>

Os resultados finais das eleições de 2 de dezembro no Rio Grande do Sul foram os seguintes:

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Eurico Gaspar Dutra	PSD	447.517	71,50
Eduardo Gomes	UDN/PL	110.444	17,54
Iedo Fiúza	PCB	50.200	8,02
Mário Rolim Telles	-	341	0,05
Branços	-	15.001	2,39
Nulos	-	2.337	0,37
<b>TOTAL</b>		<b>625.840</b>	<b>100</b>

Quadro 1 – Eleição para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 111).

<sup>63</sup> *Correio do Povo*, 28/11/1945, p. 08.

<sup>64</sup> Em seu depoimento, Vecchio refere a primeira Convenção Estadual do PTB como a ocasião em que teria sido lida a proclamação de Vargas e lançada a candidatura de Pasqualini. Contudo, é bastante provável que tais definições tenham ocorrido em outra circunstância, dado o desencontro das datas – a primeira Convenção Estadual petebista realizou-se entre 10 e 13 de novembro, ao passo que o manifesto de Getúlio apoiando Dutra, como dissemos, foi emitido somente em 27 de novembro.

<sup>65</sup> O lançamento da candidatura de Pasqualini será retomado no próximo capítulo.

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Getúlio Vargas	PSD	461.913	73,80
Ernesto Dornelles	PSD	460.113	73,51
Joaquim Luiz Osório	UDN/PL	95.794	15,10
Suplente:			
Francisco Maciel Júnior	-	95.154	15,20
Luiz Carlos Prestes	PCB	37.033	5,91
Álvaro Moreira	PCB	35.033	5,59
Branços	-	27.772	4,43
Nulos	-	3.328	0,53
<b>TOTAL</b>		<b>625.840*</b>	<b>100</b>

Quadro 2 – Eleição para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 112).

\* O total indicado é o número de votantes, mas cada eleitor votava em dois candidatos.

PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS	CADEIRAS
PSD	389.975	62,31	17
UDN	58.663	9,37	2
PL	51.409	8,21	1
PTB	40.146	6,41	1
PCB	38.159	6,09	1
PRP	21.197	3,38	-
Branços	9.244	1,47	-
Nulos	17.047	2,72	-
<b>TOTAL</b>	<b>625.840</b>	<b>100</b>	<b>22</b>

Quadro 3 – Eleição para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 02/12/1945.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 112).

É muito difícil mensurar, em termos numéricos, o peso da palavra de Vargas naquele processo eleitoral de fins de 1945 no Rio Grande do Sul. Mas, dada a excepcional vitória do general, pode-se deduzir que o “Ele disse” encontrou enorme acolhida na sociedade gaúcha, possivelmente de forma mais intensa entre os trabalhadores. Basta dizer que Dutra obteve no estado 71,50% do total, ante os 17,54% de Eduardo Gomes e 8,1% de Iedo Fiúza.

O ex-presidente concorreu à deputação federal pelo PTB e à senatoria pelo PSD.<sup>66</sup> Foi eleito para ambos os cargos, obtendo uma votação esmagadora para este último. Quanto à deputação, logrou mais de onze mil votos. Como optou pela senatoria, assumiu em seu lugar, na única vaga conquistada pelo PTB gaúcho, o líder cooperativista Arthur Fischer, segundo mais votado.

Em conclusão, dois fatores devem ser observados nesse processo eleitoral de 2 de dezembro. Primeiramente, que os getulistas pragmáticos – até então representados apenas pelo grupo de Vecchio e constituindo a quase totalidade da direção do partido – aproximavam-se de modo progressivo dos doutrinários ligados a Pasqualini. Em seguida, que o resultado das urnas confirmou o enorme prestígio político do ex-ditador no Rio Grande.

#### 1.4.1. A União Social Brasileira

Um dos pilares da formação do PTB no Rio Grande do Sul foi a chamada União Social Brasileira (USB), agrupamento político surgido em setembro de 1945. A partir de junho daquele ano, organizou-se no estado um Movimento de Articulação Popular de Adesão e Apoio ao Programa Social de Alberto Pasqualini. Como o próprio nome indica, o movimento, que seria o embrião da USB, pautava-se pelas ideias políticas e sociais do advogado porto-alegrense nascido no interior gaúcho. A cada reunião que realizava, o movimento ganhava vulto, nele ingressando indivíduos das mais diferentes profissões e de vários lugares do Rio Grande. Conforme noticiou o *Correio*, em princípios de julho ocorreu uma assembleia do movimento reunindo aproximadamente quinhentas pessoas, onde se discutiu a ideia inicial dos seus organizadores de transformá-lo em um partido regional. Tal propósito esbarrava, porém, no dispositivo da nova legislação eleitoral que não permitia a formação de partidos senão em âmbito nacional.<sup>67</sup>

Para entendermos o porquê de tamanha repercussão do ideário de Pasqualini, a ponto de inspirar a criação de um agrupamento político, precisamos ter em conta não apenas os textos que escrevera até ali, mas também sua contumaz atuação à frente da Secretaria do

---

<sup>66</sup> O PTB gaúcho não lançou candidatos ao Senado, mas recomendou que fossem sufragados para o cargo os nomes de Vargas e de Ernesto Dornelles, primo do ex-presidente. *Correio do Povo*, 29/11/1945, p. 10.

<sup>67</sup> *Correio do Povo*, 04/07/1945, p. 08.

Interior e Justiça, durante a interventoria de Ernesto Dornelles. Examinaremos mais detidamente a trajetória de Pasqualini no decorrer do segundo capítulo, em função de sua candidatura ao executivo estadual no pleito de janeiro de 1947. Por ora, basta dizer que se destacara por um conjunto de ações bastante progressistas enquanto fora secretário do Interior e Justiça, entre 1943 e 1944. Seus atos e opiniões foram muitas vezes contrários às normas autoritárias do período, como, por exemplo, a censura à imprensa e o controle excessivo sobre os cidadãos de origem italiana e alemã. Igualmente, ter concordado com a realização de um plebiscito em Cachoeira do Sul para a escolha do novo prefeito municipal, em pleno regime ditatorial, foi uma dessas ações que contribuíram para o fortalecimento da imagem de político democrata atribuída a Pasqualini.

Quanto aos textos, destacamos o artigo intitulado “Sugestões para um programa”, publicado no *Correio* em abril de 1945.<sup>68</sup> Dada a ampla repercussão que teve na época, esse artigo pode ser considerado um dos principais propulsores para a organização do referido movimento político ao redor de suas ideias. Nele, Pasqualini proclamou a questão social como o maior entre todos os temas fundamentais do país. Deve-se observar que o ex-secretário não era um anticapitalista. Porém, ancorava-se na ideia de “bem-estar social” para preconizar um capitalismo mais humanizado, baseado em princípios como cooperação e solidariedade. Escreveu ele:

Entre a solução – de manter, de um lado, o regime capitalista na sua forma individualista e agressiva, e, de outro lado, socializar os meios de produção e abolir o lucro – existe a solução intermediária e que melhor convém, segundo todos reconhecem, ao estado atual do nosso desenvolvimento econômico e social, e que consiste em instituir um regime que permita a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, a eliminação da miséria e do pauperismo, a recuperação das populações que vivem à margem da própria sociedade, mediante o desenvolvimento do processo econômico e uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios.<sup>69</sup>

Pasqualini possuía uma visão distributiva em relação à produção de riquezas. Condenava o capital como mero instrumento produtor de lucro. Defendia, por isso, a tese da socialização parcial dos lucros, pois, no seu entender, estes deveriam ser igualmente revertidos aos que, com seu trabalho, contribuía para produzi-lo.

Com efeito, o pensamento pasqualinista foi conformado por uma gama variada de influências. De acordo com Bodea (1992: 23), as ideias social-reformistas de Pasqualini

---

<sup>68</sup> PASQUALINI, A. “Sugestões para um programa”, *Correio do Povo*, 22/04/1945, p. 4-5. In: SIMON, Pedro (Org.), *Op. Cit.*, p. 363-380. (Volume 1)

<sup>69</sup> *Ibid*, 364.

eram inspiradas fundamentalmente pelo trabalhismo britânico e, em menor grau, pela social-democracia europeia. Grijó, por sua vez, sublinha o fato de que a trajetória social de Pasqualini esteve marcada por duas influências básicas: sua origem relacionada ao mundo colonial italiano e sua formação cultural e escolar pautada por valores religiosos vinculados à Igreja Católica. Nesse segundo caso, Pasqualini seguiu uma vertente cuja essência pode ser localizada na chamada “doutrina social da Igreja”, expressa pela encíclica *Rerum novarum* do papa Leão XIII (Grijó, 2007: 93-94).

Um dos articuladores do movimento ao redor das ideias do ex-secretário do Interior foi o padeiro porto-alegrense João Monteiro dos Santos. Logo se somaram a ele alguns intelectuais progressistas que ajudariam a formar USB. Entre eles encontravam-se os advogados Ajadil de Lemos, João Caruso Scuderi e Leocádio Antunes, o engenheiro Egydio Michaelsen, e o empresário Aníbal di Primio Beck.

Na entrevista que realizamos com Antônio de Pádua Ferreira da Silva, ex-integrante da USB, ele refere-se a Aníbal di Primio Beck como alguém muito próximo a Pasqualini, a quem ajudava inclusive financeiramente. Figura abastada, Aníbal era proprietário rural, criador, comerciante e industrial. Na vida pública, havia sido conselheiro municipal em Porto Alegre e, em 1936, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Flores da Cunha (Abreu et al., 2001a: 601).

A União Social Brasileira foi instalada em 21 de setembro de 1945, em uma sessão solene realizada no Teatro São Pedro.<sup>70</sup> Em grande medida, as propostas da União Social Brasileira, sintetizadas em seus documentos de fundação, serviram como base para a plataforma eleitoral de Pasqualini nas eleições de janeiro de 1947, quando se tornou o candidato petebista ao governo gaúcho. Tais documentos são o Manifesto e o Programa da USB, ambos publicados pelo *Correio*.<sup>71</sup>

É necessário ressaltar, inicialmente, que o tema da democracia possuía relevância na tessitura desses textos de fundação. Aliás, dado o cenário nacional, onde o regime do Estado Novo já não mais encontrava sustentação política, esse era um tema pulsante no debate sobre os rumos do país. Conforme mostramos, o curso dos acontecimentos nos últimos meses, especialmente a partir da entrada do Brasil na guerra, impunha a transição democrática, embora esta estivesse permeada por incertezas. Exemplos disso são, por um lado, o fato de que eram de militares as duas candidaturas à presidência até então postas, a do brigadeiro Eduardo Gomes e a do general Dutra; por outro, a indecifrável sucessão de

<sup>70</sup> *Correio do Povo*, 22/09/1945, p. 10.

<sup>71</sup> *Correio do Povo*, 16/09/1945, p. 11.

movimentos feita por Getúlio. Nesse sentido, segundo a proposição da USB no manifesto, para além do intrínseco valor da democracia, a verdadeira instituição desse regime no Brasil não seria possível sem o anterior preparo de bases econômicas, sociais e educacionais. Em sua visão, a democracia surgiria tanto mais imperfeita quanto menor fosse o padrão de vida do povo e também o seu nível de educação política.

Para o enfrentamento de tais problemas, a USB preconizava uma nova lógica econômica, baseada na cooperação, na solidariedade e na justiça social. Uma nova concepção do capital, que, em detrimento de seu caráter individualista e egoísta, deveria antes se voltar para o bem estar coletivo. Assim, defendia a socialização de parte dos lucros, vinculando-os às suas origens e fontes sociais. Quer dizer, uma quota (equivalente às obrigações de guerra em vigência naquele momento) seria arrecadada sob a forma de uma contribuição social dada ao poder público, e que, somada a outros tributos, constituiria um Fundo Social a ser administrado por uma entidade dirigida por trabalhadores e contribuintes, representados por suas respectivas organizações de classe. A finalidade do fundo seria reparar injustiças sociais e “lutar contra inimigos internos como a fome, o pauperismo, a doença e o analfabetismo”. Restariam, portanto, duas formas de remuneração, “a direta, representada pelo salário, e a indireta ou socializada, expressa em serviços de assistência e amparo aos trabalhadores”.

Para a USB, essa era uma proposta concreta frente aos problemas sociais imediatos do país, já que apontava os meios para sua realização. O povo, diz o manifesto, e principalmente as classes trabalhadoras, “esperam algo mais do que meras generalidades abstratas e atitudes mais ou menos platônicas diante da magnitude e premência de suas necessidades”. Deve residir aí uma crítica à postura e ao discurso comunistas, inclusive porque o texto arremata saudando a formação de uma nova mentalidade capitalista no Brasil, adaptada aos princípios da justiça social, da solidariedade humana e da fraternidade cristã. E vai além:

O programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com as limitações exigidas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros. Nessas condições, as obras e serviços sociais custeados com o produto das contribuições previstas não representarão para o trabalhador uma dádiva ou um favor, mas uma parcela do próprio salário percebida sob a forma de remuneração indireta.

A seguir, o manifesto enfatiza o grande déficit social do Brasil, que exigiria um amplo plano social, e encerra com estas palavras:



É com o fim de contribuir para a execução desse programa e para instituir uma verdadeira democracia, onde os direitos individuais e as liberdades públicas encontrem sólidas condições materiais e espirituais de garantia e segurança, que surge a União Social Brasileira, como movimento essencialmente popular, profundamente idealista, nascido das aspirações e esperanças do povo. (...)

Todos aqueles que, sem distinções de classe, se sentem imbuídos desse espírito de cooperação e de solidariedade; que almejam a paz e a justiça social e que concebem a ação política como meio de realizar, desinteressadamente e, se for necessário, com sacrifício, esses nobres e patrióticos objetivos; que não têm preocupações imediatistas e nem ambições a satisfazer, encontrarão um lugar de combate nas fileiras da União Social Brasileira.

O programa da USB, publicado junto ao manifesto, sintetiza em 17 itens propostas da seguinte natureza: distributivismo; expansão econômica; fortalecimento do mercado consumidor interno; cooperação harmônica entre capital e trabalho; o capital como meio não apenas de expansão da economia, mas de bem estar social; socialização de parcela dos lucros; proteção aos trabalhadores, garantindo-lhes abolição ou redução substancial de impostos e taxas; um amplo plano de assistência social, com a criação do já referido Fundo Social; assegurar maior soma de recursos públicos para obras e serviços de assistência social; combate à carestia de bens essenciais; liberdade de organização sindical, “devendo ser assegurada aos sindicatos a mais ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição de seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais”; manutenção do regime democrático; gratuidade do ensino em todos os graus; entre outros.

Destacamos aqui o terceiro item, que, além da cooperação capital-trabalho, propõe a instauração de um verdadeiro regime de justiça social, sendo indispensável assegurar aos trabalhadores “de maneira pronta e efetiva, os direitos e as garantias que lhes confere a atual legislação do trabalho, e mais os que tiverem sido ou forem estabelecidos em convenções internacionais”.

Do mesmo modo, outros dois itens precisam ser realçados. São eles:

**XIV** – A manutenção do regime democrático e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos de felicidade social e à dignidade humana. O regime deverá, portanto, assegurar:

a) os direitos fundamentais do homem (art. 48 § 1º do Reg. Int. do Tribunal Superior Eleitoral);

b) a realização dos princípios democráticos (art. 48 § 1º do Reg. Int. do Tribunal Superior Eleitoral), entre os quais se incluem ainda:

1º – o fortalecimento e a dignificação do Poder Legislativo;

2º – a autonomia municipal caracterizada, politicamente, pela eletividade dos vereadores e prefeitos;

3º – o direito de voto a todos os brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos; voto secreto, representação proporcional, lei e magistratura eleitoral que assegurem a verdade do sistema representativo.

**XVII** – A União Social Brasileira apoiará e prestigiará:

- a) toda iniciativa, pacto ou entendimento que tenha por objetivo a realização da paz social mediante um compromisso de leal e sincera cooperação entre as classes, visando à justiça social e o engrandecimento do país;
- b) todas as iniciativas públicas ou privadas que tenham por finalidade a assistência e o bem estar social.

Em suma, três questões devem estar presentes a partir da análise desses documentos da USB: primeiro, o caráter fortemente social-reformista do movimento, assentado em princípios distributivistas e de justiça social; segundo, a centralidade dada ao tema da democracia; terceiro, o fato de que o termo “trabalhismo” não é citado uma única vez sequer. No último capítulo, veremos que Pasqualini, no transcorrer da campanha eleitoral, passará a utilizar, de maneira inédita, a palavra trabalhismo como sinônimo de algumas das ideias preconizadas nos textos acima.

Outro ponto a ser destacado é a atuação dos integrantes da USB no alvorecer organizativo do PTB gaúcho. De acordo com Miguel Bodea (1992: 20-23), a *primeira* vertente formadora do PTB no estado seria aquela originada na ala trabalhista do PSD e liderada por José Vecchio. Para o autor, a dita corrente sindicalista “constituiria o núcleo inicial do PTB, podendo seus líderes e ativistas serem considerados os verdadeiros fundadores do partido no Rio Grande do Sul”. Oficialmente, as primeiras atas do partido e notícias encontradas nos periódicos corroboram essa proposição de Bodea. Porém, alguns indícios nos levam a crer que, ao menos nos bastidores, a atuação de integrantes da USB em favor do PTB pode ser registrada já desde muito cedo, paralela mesmo em relação à das lideranças sindicais.

Na entrevista que realizamos com Antônio de Pádua, ele relatou que um emissário do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, procurou o político gaúcho com o objetivo de conseguir assinaturas para o registro definitivo do PTB junto ao TSE. Inicialmente, Pasqualini teve dúvidas em oferecer as fichas da USB para os articuladores daquele partido no Rio de Janeiro. Nas palavras de Pádua:

Porque o Pasqualini era muito cuidadoso e criterioso com relação à ética. Ele tinha muita preocupação ética em tudo que fazia. Por isso ele ficou em dúvida se poderia oferecer as nossas fichas de inscrição na USB ou não. Se isso não seria contra a ética, de o cidadão não saber que assinou para criar o Partido Trabalhista Brasileiro. Eu fui um dos que defendeu a tese de que não contrariava a ética, pela simples razão de que todas as vezes que nós

íamos preencher uma ficha para a USB, nós dizíamos: “Olha, o cabeçalho aqui está em branco para colocar o nome da entidade que vai ser, porque nós não sabemos se vai ser a própria USB, apenas uma entidade para estudos, ou se nós vamos transformar isso num partido político”. Então já estava aberta a possibilidade: ele assinava já sabendo que nós poderíamos dali... Aquele dado servir para um partido político. Então levamos essas fichas ali no [José] Bertaso, na Livraria do Globo, e ele colocou lá em cima: “Partido Trabalhista Brasileiro, Seção do Rio Grande do Sul”, ou coisas equivalentes. E mandamos para o Rio de Janeiro para que fosse feita a inscrição do PTB na Justiça Eleitoral. Foi assim que se criou. Desse modo, antes de ser instalado o partido aqui, eu, como já tinha aquela ficha, já era filiado ao PTB.

É essencial lembrar, outra vez, a dificuldade de se recompor a sequência dos fatos que marcaram a formação do PTB, seja em nível nacional ou no Rio Grande do Sul. Não seria fácil, por exemplo, saber se um emissário de Marcondes Filho de fato procurou Pasqualini em Porto Alegre, bem como precisar em que momento esse encontro teria ocorrido. Mas se pode afirmar que existiram possibilidades para tanto.

Já assinalamos que um dos principais pontos da nova legislação eleitoral dizia respeito à organização dos partidos em bases nacionais. Vale recordar: o artigo 109 da chamada Lei Agamenon exigia que os nascentes partidos apresentassem, a fim de obterem registro definitivo, dez mil assinaturas de eleitores no mínimo em cinco estados, com um mínimo de quinhentas subscrições em cada um destes. Conforme Gomes e D’Araújo (1989: 28-29), houve dificuldades para a obtenção do registro no caso do PTB, uma vez que, na conjuntura imediatamente anterior à deposição de Vargas, a sede do partido foi invadida por policiais, resultando na destruição de seu material.<sup>72</sup> Assim, as dez mil assinaturas teriam sido conseguidas de maneira fraudulenta: foram utilizadas subscrições pertencentes ao pedido de registro do PSD. Além disso, os votos do TSE favoráveis ao registro do PTB teriam sido obtidos por intermédio de Osvaldo Aranha, amigo de Segadas Vianna.

O depoimento de José Gomes Talarico, anteriormente citado, reforça tais circunstâncias. Segundo ele, às vésperas do “prazo fatal” para a concessão do registro, o PTB ainda não havia logrado o número suficiente de assinaturas. Uma manobra feita no interior do TSE, inclusive contando com a aquiescência de Getúlio Vargas, teria permitido que algumas dezenas de folhas de papel almaço pertencentes ao pedido de registro do PSD fossem transferidas para o requerimento petebista, posto que o primeiro possuía folhas demais (Talarico, 1982: 08-09). De acordo com o *Jornal do Brasil*, somente no dia 12 de

---

<sup>72</sup> Uma notícia do *Correio do Povo* de 19/10/45 (p. 10), vinda do Rio de Janeiro, dava conta de um anúncio em que o PTB declarava já possuir as listas de assinaturas necessárias para o seu registro definitivo, a ser efetivado dentro de alguns dias. A data desse anúncio é, pois, anterior à deposição de Vargas.

novembro, em um processo bastante debatido no TSE, o PTB obteve seu registro definitivo.<sup>73</sup>

Nessa perspectiva, o relato de Antônio Pádua, verossímil em relação aos acontecimentos da época, demonstra que as ligações entre USB e PTB ocorreram já desde o nascedouro desses agrupamentos políticos no Rio Grande do Sul. Mesmo que não saibamos se as fichas foram enviadas para a capital federal antes ou depois da invasão do escritório do PTB pela polícia, a movimentação de integrantes da USB em favor do partido de Marcondes Filho está temporalmente muito próxima ao começo de outubro de 1945, quando, como vimos, as lideranças sindicais de Porto Alegre assinaram a ata de fundação do PTB gaúcho.

Com efeito, tal aproximação foi ganhando consistência com o tempo. Tanto que, em 31 de outubro daquele mesmo ano, Pasqualini e Sílvio Sanson, então presidente da Executiva Estadual do PTB, assinaram um “Termo de Compromisso Político entre o PTB e a USB”. Noticiado dias depois pelo *Correio*, o compromisso foi definido pelos dirigentes das duas entidades como “um pacto de cooperação e uma frente única política em todas as questões referentes à política estadual, tendo principalmente em vista a defesa dos interesses das classes trabalhadoras”.<sup>74</sup> Esse acordo marcou o início de um processo de fusão entre ambos os agrupamentos políticos que se completaria em 1946, já às vésperas da campanha eleitoral para o pleito de janeiro de 1947.

## 1.5. RUMO AO DESAFIO DAS URNAS

Ao findar 1945, os primeiros passos do PTB gaúcho já haviam sido dados. José Vecchio e seus companheiros tomaram a dianteira na fundação do partido no estado, imprimindo uma marca própria aos liames organizativos da seção. Nessa direção, tornaram possível o diálogo com outros segmentos da sociedade, como os intelectuais ligados à USB ou o grupo de estudantes universitários que começava a chegar.

No transcorrer de 1946, passariam para a sigla, igualmente, alguns “políticos profissionais” que atendiam diretamente às orientações de Vargas. De acordo com Miguel Bodea (1992: 28), o intuito desse ingresso era fortalecer o partido para as eleições estaduais de 1947. O primeiro deles foi ex-prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, designado

---

<sup>73</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/11/1945, p. 09.

<sup>74</sup> *Correio do Povo*, 04/11/1945, p. 20.

pelo “chefe de Itu” para a missão de “reestruturar o PTB”. Depois viriam Dinarte Dornelles, primo de Getúlio, e, já no contexto da campanha eleitoral, José Diogo Brochado da Rocha, que renunciou ao seu mandato na Câmara Federal pelo PSD para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PTB.

Veremos, no capítulo seguinte, que essa aproximação entre getulistas pragmáticos e doutrinários, permeada por outros fatores mais específicos, conduziu o PTB gaúcho a um caminho alternativo no processo eleitoral de 1946/47.

## 2. AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1947 NO RIO GRANDE DO SUL: OS AGENTES PRINCIPAIS

Está o Rio Grande do Sul diante de uma das mais belas lutas cívicas de que haja sido teatro. Lançadas três candidaturas ao mais alto posto do poder estadual, as forças eleitorais aprestam-se para a jornada de 19 de janeiro de 1947. É este um ensejo para se provar a qualidade dos partidos e, sobretudo, dos dirigentes partidários do Estado. Porque o fato, singular na vida rio-grandense, de se defrontarem nas urnas três nomes expressivos e dignos, animados todos do mesmo propósito de lealdade, patriotismo e vigor combativo, é uma oportunidade rara. Talvez não tenha havido, até hoje, na história política do Rio Grande do Sul, uma situação semelhante. (...)

Os candidatos que ora se apresentam à consciência cívica do povo gaúcho, não podem falhar à confiança que neles deposita, justamente – porque todos têm um passado de pelepas cívicas altaneiras e nobres – o povo do Rio Grande do Sul. (...) Porque não é haver mais de um candidato o que enfraquece as democracias e desilude o povo. Trazem enfraquecimento democrático e decepção coletiva o cambalacho desonesto, o conluio inconfessável, o arranjo mercantilizado, a transação com os postos administrativos, a alienação dos princípios no balcão das recompensas com os cofres públicos.<sup>75</sup>

As palavras acima, extraídas de um editorial do *Correio do Povo*, dão ideia do clima político que o Rio Grande do Sul vivia naqueles meses finais de 1946 e início de 1947. Era a primeira vez que ocorreriam eleições diretas para o governo estadual e a Assembleia Legislativa após o fim do Estado Novo, assim como a terceira vaga rio-grandense no Senado Federal seria então decidida. Três foram os candidatos a governador: Alberto Pasqualini, pelo PTB; Décio Martins Costa, representando a coligação entre a UDN e o PL; e Walter Jobim, lançado pelo PSD e contando com os apoios do PCB e do PRP. Além deles, Salgado Filho (PTB), Osvaldo Vergara (PSD), João Carlos Machado (UDN-PL), Félix Rodrigues (PRP), Trifino Correia (PCB) e Mendonça Lima (Esquerda Democrática) concorreram à senatoria.

Talvez não tenha de fato havido, como assinalou o periódico, situação semelhante na história do estado até aquele momento. Era um contexto verdadeiramente novo tanto para quem votava quanto para quem seria eleito. Os agentes políticos teriam agora que lidar com uma nova dinâmica da luta pelo poder. Para que isso fique melhor compreendido, é preciso recuar um pouco no tempo.

<sup>75</sup> *Correio do Povo*, 14/11/1946, p. 04.

No transcorrer da Primeira República, por exemplo, as disputas políticas foram decididas, em grande parte, por meio de fraudes eleitorais ou através das armas. Duas guerras civis aconteceram naquele período, ambas marcadas por extrema violência: a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895, e a Revolução de 1923. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) manteve-se à frente da administração estadual por cerca de quatro décadas, governando de maneira autoritária e valendo-se quase sempre de instrumentos de coerção política para conquistar sucessivas reeleições. Antônio Augusto Borges de Medeiros foi quem mais tempo comandou o executivo gaúcho: herdeiro político de Júlio de Castilhos, presidiu o estado por cinco mandatos, entre 1898 e 1907, e de 1913 a 1927. No início dos anos 1920, em um contexto de crise econômica e política, Borges enfrentou um movimento de oposição – liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil – que reunia republicanos dissidentes e antigos federalistas na chamada Aliança Libertadora. No plano político, a principal bandeira da oposição era a denúncia da fraude eleitoral, prática levada a extremos durante a ditadura borgista. Assis Brasil foi derrotado por Borges no pleito de janeiro de 1923 de forma controversa: a Constituição Estadual definia que o candidato à reeleição deveria obter 75% dos votos, margem essa alcançada por pequena diferença pelo republicano, o que gerou convicção de fraude no resultado. Daí seguiu-se uma sangrenta luta que durou 11 meses e opôs chimangos (borgistas) a maragatos (assististas). A chamada Revolução de 23 foi encerrada através de um pacto, selado em Pedras Altas, determinando o fim das reeleições sucessivas para presidente do estado, fiscalização federal nos pleitos e, em consequência, a deposição das armas por parte dos rebeldes, que foram anistiados; além disso, ficou decidido que Borges completaria seu mandato.<sup>76</sup>

Uma progressiva união entre as elites políticas rio-grandenses só seria alcançada depois da eleição de Getúlio Vargas para a presidência do estado, em 1928, desde uma conjuntura em que parte das demandas de ambos os grupos acima, especialmente as que diziam respeito à pecuária, passariam a ser atendidas.<sup>77</sup> Em 1929 foi formada a Frente Única Gaúcha (FUG), reunindo republicanos e libertadores – estes agora integrando o Partido Libertador, fundado em 1928 – no apoio a Vargas, que seria lançado pela Aliança Liberal como candidato a presidente, em acordo firmado com Minas Gerais e Paraíba. Dada a

---

<sup>76</sup> Sobre a dinâmica política dos governos do PRR no Rio Grande do Sul, ver: Axt (2001). A respeito da Revolução de 23, ver: Antonacci (1981).

<sup>77</sup> Vargas foi escolhido por Borges para ser o candidato republicano ao governo estadual em 1928. Os libertadores não concorreram naquela ocasião.

derrota nas urnas, os gaúchos permaneceram unidos para apoiar o movimento que, por meio das armas, levou Getúlio ao poder em 03 novembro de 1930.<sup>78</sup>

A partir de então, em esfera nacional, com a dissolução do Congresso, dos legislativos estaduais e municipais e a nomeação de interventores nos estados, começou um processo de centralização política no Brasil que se consolidou com o regime estado-novista, iniciado em 1937. Sem entrar em detalhes, para os fins deste capítulo basta dizer que a conjuntura do país foi definidora das divisões políticas no Rio Grande do Sul no pós-30. Esse foi o caso, por exemplo, do problema da constitucionalização em 1932, resultando na criação do Partido Republicano Liberal (PRL), de caráter situacionista e liderado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha; a FUG, liderada por Borges e Raul Pilla, transformar-se-ia em um núcleo de oposição aos governos revolucionários federal e regional (Noll e Trindade, 2004: 68).

As regras eleitorais do período igualmente sofreram modificações, com participação ativa de agentes políticos do estado, conforme apontam Noll e Trindade (2004: 70):

O Rio Grande do Sul tem também uma participação importante na fixação das novas regras eleitorais no pós-30. O princípio fundamental da plataforma eleitoral – representação e justiça – criava a expectativa de regeneração dos costumes republicanos através da lisura dos pleitos e da criação da justiça eleitoral livre das pressões políticas. Em 1932 é elaborado, pela Comissão Assis Brasil, o Código Eleitoral. Este amplia a competência federal na matéria unificando normas reguladoras em todo o país. As principais inovações são: criação da Justiça Eleitoral; sufrágio universal direto e secreto aos 21 anos; permissão dos candidatos avulsos; voto feminino não-obrigatório. A Constituição de 1934 incorpora essas medidas passando, apenas, a idade mínima de 21 para 18 anos.

De 1930 a 1937, ocorreram três eleições: em 1933 para a constituinte federal; em 1934 para deputado federal e constituinte estadual; e em 1935 para as prefeituras municipais. Flores da Cunha governou o estado durante quase todo o período, primeiro como interventor, e, depois de 1935, como governador eleito de maneira indireta. Sua base de sustentação no legislativo estadual era o PRL, permanecendo a FUG na oposição. Após iniciar o mandato de governador, no entanto, Flores buscou uma união entre as duas facções, o que, entre outros motivos, gerou contrariedade em Vargas – pois fortaleceria o governador gaúcho no caso de uma possível resistência ao golpe que já estava sendo

---

<sup>78</sup> A política gaúcha no período que vai de 1928 até o golpe do Estado Novo, em 1937, foi analisada por Maria Izabel Noll (1980).



tramado desde o governo central – e resultou no rompimento entre ambos.<sup>79</sup> Em outubro de 1937, depois da federalização da Brigada Militar rio-grandense e da transferência de seu comando para o Exército, ocorreu a renúncia e a partida de Flores rumo ao exílio no Uruguai. O general Manuel de Cerqueira Daltro Filho foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul. Em pouco menos de um mês, viria o golpe de 10 de novembro de 1937.<sup>80</sup>

Ainda que expostos de forma breve, os eventos acima permitem entender porque o editorial do *Correio do Povo* concluiu ser a disputa entre os três candidatos no pleito de 1947 um “fato singular na vida rio-grandense”, constituindo “oportunidade rara”. Nesse novo contexto, a competição política não estava ocorrendo em moldes semelhantes aos anteriores, de embate radicalizado como na Primeira República ou intermediado por uma figura política central, quer dizer, Getúlio Vargas durante o período em que fora presidente. Os agentes políticos encontravam-se agora diante de uma situação em que precisavam *disputar o voto dos eleitores*. O sistema político brasileiro do pós-45, como vimos no primeiro capítulo, tinha caráter multipartidário, sendo que os partidos, em função da nova legislação eleitoral de 1945 (Lei Agamenon), deveriam assumir contornos nacionais. No Rio Grande do Sul, uma peculiaridade da disputa eleitoral no período 1945-64 foi a crescente polarização no seio do multipartidarismo: a tendência à hegemonia eleitoral do PTB resultou na polarização em torno da sigla (PTB *versus* anti-PTB). Outra característica, verificada desde 1947, foi um persistente padrão de alternância de poder entre os dois pólos (Noll e Trindade, 2004: 77-94). Quanto a Vargas, se ele já não era mais um intermediário direto – embora tenhamos em conta sua permanente e importante atuação –, um problema que se coloca para quem pesquisa o cenário do imediato pós-Estado Novo, mas válido ainda para todo o período democrático encerrado em 1964, é a maneira como os partidos e os agentes iriam lidar com o *getulismo*, que aparecia agora como um influente instrumento eleitoral definidor de campos de posições.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é analisar a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no processo eleitoral de 1947 no Rio Grande do Sul. Alicerçados na teoria de Pierre Bourdieu, procuramos identificar o tipo de capital político que o partido acumulou naquele contexto específico, posto que uma eleição configura-se como momento privilegiado para a criação de símbolos políticos. Tal empreitada ganha complexidade na

---

<sup>79</sup> É importante assinalar que a união entre PRL e FUG resultaria em um bloco de poder autônomo em relação ao governo central, exatamente como ocorrera em 1928 sob a liderança do próprio Vargas.

<sup>80</sup> Sobre o período em que Flores da Cunha esteve frente ao executivo estadual, ver: Rangel (2007).

medida em que aquela foi, como referimos, a primeira eleição para governador depois do fim do Estado Novo, quer dizer, ocorrida em um contexto de redemocratização onde os partidos estavam, de certa forma, “se apresentando” à sociedade.

Considerando que alguns elementos característicos do campo político, conforme o definiu Bourdieu, já podiam ser encontrados no Rio Grande do Sul, nossa estratégia de investigação consiste em compreender as tomadas de posição do PTB em relação aos outros partidos participantes do pleito de 1947. Todo *campo* pode ser entendido como um espaço social que atende a critérios próprios de avaliação da realidade – que se “naturalizam” entre seus participantes – e que obedece a uma lógica de concorrência e disputa interna, cujo objetivo último é definir a posição ocupada pelos agentes no interior do próprio campo. A “moeda” de que esses agentes dispõem, isto é, o recurso ou poder que se evidencia em uma atividade social, é chamado de *capital* – não apenas na acepção econômica, segundo a definição clássica do marxismo, mas aparecendo também como *capital simbólico*, sinônimo de honra ou prestígio.<sup>81</sup> Assim, no caso específico do campo político, buscamos aqui ressaltar a dinâmica de *concorrência* que o caracteriza, exercida sobre uma linha tênue: para Bourdieu, o jogo político ordena-se por uma lógica de oferta e de procura, porquanto os meios de produção propriamente políticos, ou seja, por exemplo, aquilo que é pensável politicamente ou as opiniões produzidas acerca da realidade social em determinado contexto, estão concentrados nas mãos de “profissionais”. A dinâmica do campo exerce um efeito de censura àqueles que não dispõem dos recursos necessários ou não possuem competência técnica para atuar em seu interior.<sup>82</sup> O fechamento do campo político, todavia, encontra limitações:

Uma das grandes diferenças entre um campo como o literário (ou o campo dos matemáticos, que é também muito fechado) e o campo político, é que os políticos estão sujeitos ao veredito popular: periodicamente, é necessário que se coloquem diante dos eleitores e, mesmo que estejam sempre preocupados pelas relações que há entre eles, é necessário que entrem em

<sup>81</sup> A respeito da dinâmica dos campos, ver: Bourdieu (2007: 212-239).

<sup>82</sup> Uma visão aparentemente preconceituosa, mas que, longe disso, evidencia uma lógica de exclusão: “Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, o artístico ou o científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido” (Bourdieu, 1989: 169-170).

contato com aqueles que lhes conferem delegação e, dessa forma, uma parte das suas ações permaneça voltada para o público; eles não podem almejar o fechamento total (Bourdieu, 2000: 39; tradução nossa).<sup>83</sup>

Ora, se o campo político é monopólio de profissionais, a atuação dos agentes só ganha sentido se vista de forma *relacional*, já que as tomadas de posição estão propostas em concorrência no interior do campo. Por outro lado, se o campo político, diferente de outros campos, precisa abrir-se periodicamente aos eleitores, as tomadas de posição feitas pelos agentes também têm de obedecer “às pressões dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a ‘base’)” (Bourdieu, 1989: 172). Eis, portanto, a linha tênue de que falávamos.

Analisar as posições dos políticos ligados ao PTB nas eleições de 1947 diante de temas importantes para a sociedade gaúcha na época, implica verificar como essas posições procuravam se diferenciar daquelas expressas por políticos de partidos adversários. De acordo com a teoria bourdieusiana, um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças (Bourdieu, 2000: 61). A disputa no campo político assume “a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer”, pois necessita mobilizar o maior número de pessoas (Bourdieu, 1989: 174).<sup>84</sup> Desse modo, as opiniões e as ações das lideranças do nascente Partido Trabalhista Brasileiro deveriam atender a demandas que brotavam da experiência do cidadão comum – aquele que, afinal, lhes garantirá reconhecimento e legitimidade – e, ao mesmo tempo, considerar a relação de polaridade – na forma de um jogo de oposições e distinções – entre as suas opiniões e ações e as de lideranças do PSD, da UDN, do PL, etc. Nas palavras de Bourdieu (1989: 178):

---

<sup>83</sup> No original: “Une des grandes différences entre un champ comme le champ littéraire (ou le champ des mathématiques, qui est aussi très fermé) et le champ politique, c’est que les politiques sont justiciables du verdict populaire: périodiquement, il faut bien qu’ils aillent devant les électeurs et, bien qu’ils soient toujours préoccupés par les relations qu’ils ont entre eux, il faut bien qu’ils entrent en relation avec ceux qui leur donnent délégation et, de ce fait, une partie de leurs actions restent tournées vers le public, ils ne peuvent pas rêver de la fermeture totale”.

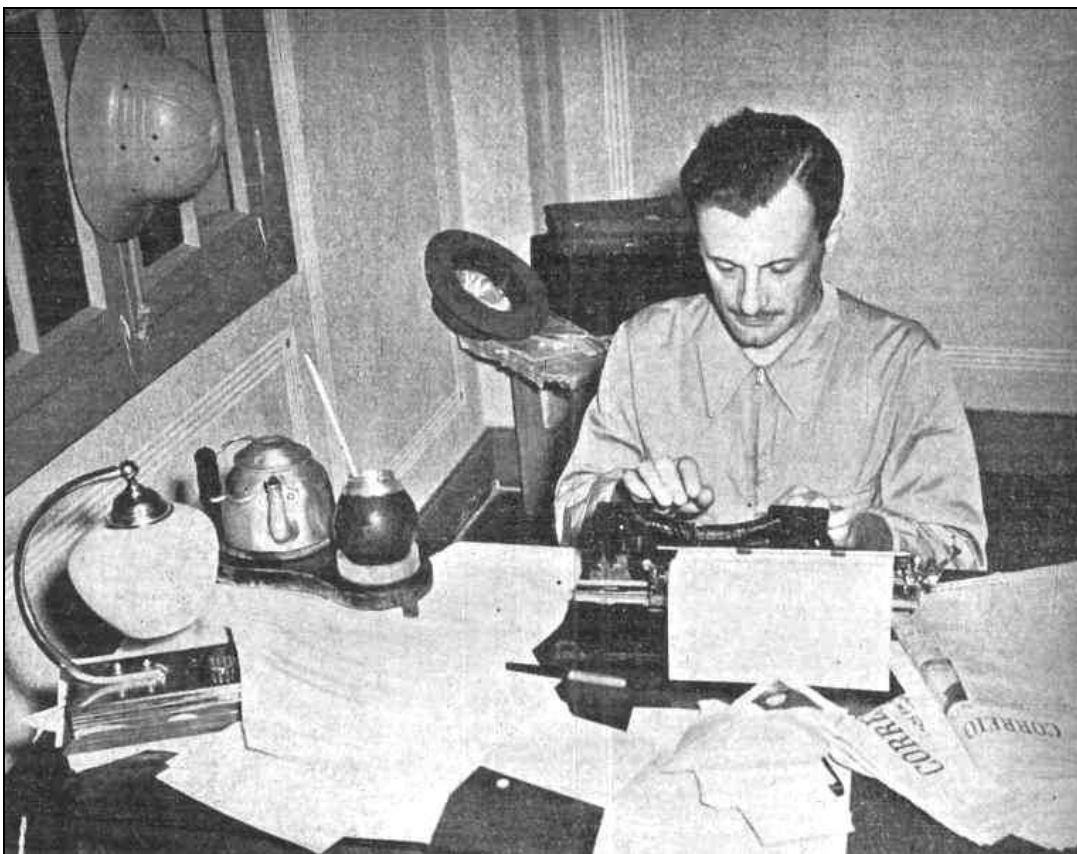
<sup>84</sup> De acordo com Bourdieu, “a política é uma luta por ideias, mas por um tipo de ideias inteiramente particular, a saber, as ideias-força, ideias que produzem a força funcionando como força de mobilização. Se o princípio de divisão que proponho é reconhecido por todos, se meu *nomos* se torna o *nomos* universal, se todo o mundo vê o mundo como eu o vejo, eu teria então como apoio toda a força das pessoas que compartilham minha visão” (2000: 63; tradução nossa). No original: “La politique est une lutte pour des idées mais pour un type d’idées tout à fait particulier, à savoir les idées-forces, des idées qui donnent de la force en fonctionnant comme force de mobilisation. Si le principe de division que je propose est reconnu de tous, si mon *nomos* devient de le *nomos* universel, si tout le monde voit le monde comme je le vois, j’aurais alors derrière moi toute la force des gens qui partagent ma vision”. Para o sociólogo francês, *nomos* quer dizer o princípio de visão e de divisão fundamental que é característico de cada campo.

Concretamente, a produção das tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da *problemática política* como campo de possibilidades estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efetivamente ocupadas e das tomadas de posição efetivamente propostas no campo. Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente do que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo.

A ênfase da investigação, daqui para adiante, recairá sobre a disputa majoritária pelo executivo estadual. Por conseguinte, neste capítulo conheceremos os agentes principais envolvidos no pleito em questão, isto é, os três candidatos e a imagem pública que, a partir do capital de que dispunham, cada um construía. Além deles, apresentaremos ainda as candidaturas ao Senado e examinaremos o papel desempenhado por Vargas, pois, dado o grande prestígio político do ex-presidente e a sua permanente influência, ele igualmente tornou-se um agente central. O terceiro capítulo versará a respeito dos meandros da campanha eleitoral, abordando particularmente as estratégias, a plataforma e as posições assumidas pelo concorrente petebista. Aprofundaremos também um eixo específico que, a nosso entender, teve relevância na disputa: a postura dos candidatos frente ao anticomunismo pregado pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Encerraremos com a análise em torno do resultado das urnas.

## 2.1. IMAGENS EM CONSTRUÇÃO

### 2.1.1 O filósofo Pasqualini



Fotografia 1 – Alberto Pasqualini em sua chácara em Porto Alegre.  
Fonte: “Pasqualini de corpo inteiro”, *Revista do Globo*, nº 424, 07/12/1946, p. 25.

Nos meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947, a *Revista do Globo* ofereceu aos seus leitores uma série de reportagens acerca dos três candidatos ao governo estadual.<sup>85</sup> O objetivo da revista era mostrar não apenas a trajetória política de cada um deles, mas também suas histórias de vida em sentido geral. Alberto Pasqualini, o primeiro a ser retratado, aparecia como um homem de origem interiorana que travava uma luta penosa naquela eleição. Conforme o periódico, Pasqualini afigurava-se como o mais forte oponente

---

<sup>85</sup> Embora façamos ao longo do texto referência genérica à “reportagem” da *Revista do Globo*, cabe acrescentar que todas as matérias sobre os três candidatos são assinadas por Justino Martins, que era também o diretor daquele periódico.

ao candidato situacionista, Walter Jobim, e representava então o colono que vira ser preso, vários anos antes, por tentar votar contra o poderoso Partido Republicano Rio-Grandense:

Seus propagandistas poderiam dizer – tanto por analogia como por demagogia – que Pasqualini representa atualmente aquele colono da infância a lutar contra o Partido Republicano moderno que é o Partido Social Democrático, governista.<sup>86</sup>

A reportagem aborda, a seguir, sua origem familiar modesta no interior do município de Júlio de Castilhos<sup>87</sup>, de onde, por sugestão de um pároco local, saiu para estudar no Seminário Provincial de São Leopoldo. Por não cogitar a possibilidade de vir a ser um sacerdote católico, aos dezessete anos Pasqualini abandonou o Seminário com o intuito de ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre.<sup>88</sup> A partir de então, para custear seus estudos, precisou trabalhar como professor no Ginásio Anchieta e dar aulas particulares. Não por esse motivo, contudo, deixou de ser um aluno brilhante, laureado por aquela escola superior em 1929 e escolhido para ser o orador da turma. A reportagem ressalta, ainda, sua inclinação para a política desde o período estudantil, bem como suas ideias e aspirações de justiça social. Assim, o candidato petebista Alberto Pasqualini, aos seus 45 anos, “soma a essas ideias cultivadas desde a juventude uma boa dose de experiência humana e política adquirida tanto na sua vitoriosa carreira de advogado como no exercício de diversas e importantes funções da administração pública”.<sup>89</sup>

No ano de 1944, durante a interventoria de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, Pasqualini foi Secretário do Interior e Justiça por um período, segundo a revista, de seis meses, tempo suficiente para revelar “uma surpreendente capacidade de ação”.<sup>90</sup> Três atos de sua gestão teriam se destacado: (a) foi contrário, no estado, à censura ditatorial à imprensa que ocorria em todo o país; (b) sugeriu ao governo um imposto mínimo sobre vendas e consignações, o qual seria aplicado em assistência social, proposta retomada e ampliada em seu programa de governo para o pleito de 1947; e (c) criou e estruturou, no auge da crise de alimentos, a Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), órgão com poderes para estabilizar o preço dos gêneros de primeira necessidade. Tal conjunto de ações consistiria em “atividade demasiado forte para o regime

<sup>86</sup> “Pasqualini de corpo inteiro”, *Revista do Globo*, nº 424, 07/12/1946, p. 23.

<sup>87</sup> Pasqualini nasceu, mais precisamente, no local onde hoje se localiza o município de Ivorá.

<sup>88</sup> Após transferir-se para Porto Alegre, Pasqualini estudou, ainda antes de ingressar na Faculdade de Direito, nos ginásios Anchieta e Júlio de Castilhos, tendo também cursado um ano de Medicina (Dutra, 1986: 9-10).

<sup>89</sup> “Pasqualini de corpo inteiro”, p. 24.

<sup>90</sup> Na verdade, Pasqualini foi secretário do Interior e Justiça durante pouco mais de um ano, de 11/09/43 a 18/09/44.

do homem que hoje apadrinha sua candidatura”, em referência à ditadura de Getúlio Vargas.<sup>91</sup> Mas foi a solução que o então secretário encontrou para uma contenda no interior que resultou em sua saída do governo: concordou com que fosse realizado um plebiscito na cidade de Cachoeira do Sul, a fim de escolher um substituto para o prefeito municipal que se havia exonerado. Era uma solução democrática que ia de encontro às normas ditatoriais daquele momento. Ao ser desautorizado pelo interventor Ernesto Dornelles, Pasqualini demitiu-se de seu cargo e voltou às tarefas de advogado.<sup>92</sup>

Objetivando, em seguida, “um contato pessoal” com Pasqualini, a matéria trata de aspectos de sua vida privada. O candidato é apresentado como um homem solteiro, “simples e acessível, apesar de falar pouco e de procurar ouvir muito”, que vive uma rotina agitada e encontra raros momentos de refúgio em sua chácara no “arrabalde” da Tristeza, em Porto Alegre.<sup>93</sup> Sua imagem é a de um intelectual afeito ao estudo e à leitura e cercado por papéis, livros e jornais... um apreciador de matemática, ciência da qual “é um profundo conhecedor, comprazendo-se, desde os tempos da Universidade, em discutir esportivamente com professores e especialistas problemas e equações dos mais intrincados”.<sup>94</sup> Em seu escritório há “muitos armários de livros técnicos e literários”, e sobre seu “birô” surge uma obra que surpreende o repórter, pois foi escrita por “um antigo militante comunista que, como uma ovelha desgarrada, está atirando por conta própria na agitação ideológica dos dias atuais”.<sup>95</sup> Esse seria o intróito para uma importante questão de ordem política: Luiz Carlos Prestes declarou a impossibilidade de apoio do PCB a Pasqualini em função de o candidato ter, em outros tempos, nas palavras do comunista, “elogiado em prosa, verso e latim a Carta fascista de 37”.<sup>96</sup> Julgando tais palavras como “um tanto apressadas” e carentes de fundamento exato, o petebista responde:

---

<sup>91</sup> “Pasqualini de corpo inteiro”, p. 25.

<sup>92</sup> Conforme aduz René Gertz (2007: 56-57), em julho de 1944, Cyro da Cunha Carlos, prefeito de Cachoeira do Sul, pediu afastamento do cargo. Como não havia um vice (cargo originalmente ocupado por Cunha Carlos, até outubro de 1939, quando substituiu o prefeito Reinaldo Moesch, que se afastara) ou um prefeito-substituto para Cachoeira (uma vez que o advogado Fabrício Pillar recusou, em abril de 1944, o convite de Alberto Pasqualini para ser prefeito-substituto do município), entidades locais enviaram um representante a Porto Alegre para conferenciar com o secretário do Interior. Pasqualini teria autorizado a formação de um colégio eleitoral para realizar a escolha de um prefeito para Cachoeira do Sul, fato que gerou grande contrariedade ao interventor Ernesto Dornelles e, por isso, ensejou o pedido de demissão do secretário, sendo substituído por Cylon Rosa.

<sup>93</sup> “Pasqualini de corpo inteiro”, p. 25-26.

<sup>94</sup> *Ibid*, p. 75.

<sup>95</sup> *Ibid*, p. 26. Referência ao livro *O Zero e o Infinito*, do escritor húngaro Arthur Koestler.

<sup>96</sup> As declarações de Prestes serão retomadas no terceiro capítulo.

Sempre me pareceu que a melhor forma de corrigir o autoritarismo da Carta de 1937, seria dar-lhe uma interpretação democrática, e isso precisamente num momento em que a própria palavra “democracia” era suspeita. As leis são aplicadas de acordo com o sentido, o espírito e os objetivos que se lhes atribuem. Este pensamento está claro em todo o meu discurso como a ideia de que a função da Carta de 37 seria, necessariamente, transitória. Elogiei os princípios sociais da Carta de 37, mas critiquei em vários artigos de imprensa as suas disposições políticas. Esta é a verdade.<sup>97</sup>

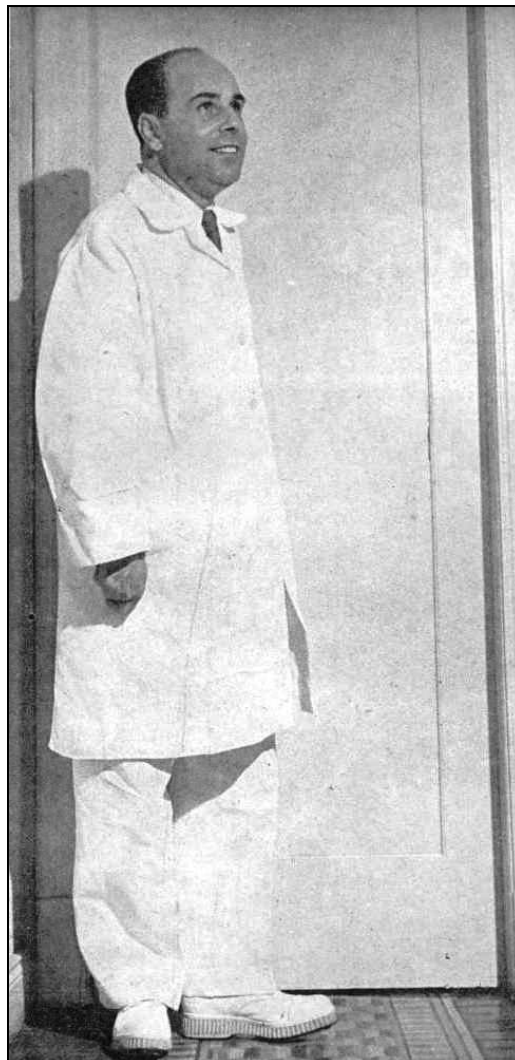
A partir da imagem, em suma, de um intelectual possuidor de ideias sociais avançadas, a revista nomeia Pasqualini como “um filósofo sentimental”, capaz de expor ao povo um programa de governo “baseado numa filosofia tão sentimentalmente humana quanto sincera e esperançosa”, e finaliza sua reportagem com palavras extraídas de um discurso do candidato: “O voto pode ser a arma com que o povo se liberta, como também pode ser a arma com que o povo se suicida”.

---

<sup>97</sup> “Pasqualini de corpo inteiro”, p. 75.



### 2.1.2. O Doutor Décio



Fotografia 2 – Décio Martins Costa em seu consultório médico.  
Fonte: “Doutor Décio”, *Revista do Globo*, nº 425, 21/12/1946, p. 25.

A fotografia de um homem sorridente, vestido com roupas e sapatos brancos e trazendo ao lado o título “Doutor Décio”, indica o modo como a *Revista do Globo* apresenta o concorrente Décio Martins Costa: “um conceituado pediatra porto-alegrense e atual candidato a governador do Rio Grande do Sul pela coligação UDN-PL”.<sup>98</sup> Um médico de “gentis atitudes”, como oferecer condução em seu automóvel a pessoas desconhecidas que encontra na rua, “a espera do bonde numa esquina”. Sem pedir votos em troca da gentileza, podendo até mesmo disfarçar seu nome junto ao caroneiro, tal comportamento, segundo a

<sup>98</sup> “Doutor Décio”, *Revista do Globo*, nº 425, 21/12/1946, p. 25.

reportagem, ajuda a definir sua personalidade: “ele é um homem franco, muito agradável, liberto de afetação, quase parecendo ingênuo”. Mas, logo a seguir, pondera que “por trás da sua aparente ingenuidade, o Dr. Décio revela um espírito decidido, o mesmo que o mantém aferrado aos tradicionais princípios liberal-conservadores do mestre Assis Brasil”.<sup>99</sup> O apreço a tais princípios, aliás, ajudariam a garantir a preferência da Liga Eleitoral Católica por sua candidatura, posto que seu programa “é o que melhor atende, por todos os aspectos, àqueles três intolerantes pontos da carta publicada na semana passada”.<sup>100</sup>

Filho de um reconhecido advogado, Décio Costa era natural de Porto Alegre, cidade em que fez seus primeiros estudos, no Ginásio Anchieta, e onde cursou a Faculdade de Medicina. Foi no período universitário que iniciou sua atividade política, participando da campanha de Nilo Peçanha à presidência e, em seguida, integrando a Aliança Libertadora, em oposição ao governo de Borges de Medeiros. Depois de formado, foi clinicar no interior do estado, onde manteve a atividade política e chegou a ser candidato a prefeito no município de Lajeado, em 1927, quando foi derrotado. No ano seguinte, candidatou-se a deputado estadual pelo PL, e após outra derrota seguiu para o Rio de Janeiro – e posteriormente Europa – a fim de se aperfeiçoar na área médica. Dois anos depois de retornar ao Brasil, de novo engajou-se em um movimento político: apoiou a revolta constitucionalista de 1932, liderada no estado por políticos libertadores e, ironicamente, por Borges de Medeiros. Conforme a matéria, a partir de 1934, ao ser eleito deputado estadual, o concorrente teria vivido o principal momento de sua carreira política, caracterizado “por uma tenaz luta em prol da melhoria de vida e saúde do povo”, quando combateu a criação do Entreposto do Leite de Porto Alegre, que causaria a elevação do custo do produto e “iria furtar o leite a milhares de lares pobres”.<sup>101</sup>

Consoante ao apresentado no capítulo anterior, em 10 de novembro de 1937 o Congresso Nacional foi fechado e o país assistiu à entrada em vigor de uma nova carta constitucional, apelidada de “Polaca”, caracterizada por dispositivos autoritários e centralizadores: era o início do Estado Novo. O presidente Getúlio Vargas tinha agora

---

<sup>99</sup> A última afirmativa diz respeito ao fato de que Décio Martins Costas, filiado ao Partido Libertador, integra essa agremiação desde sua fase anterior a 1945, ano em que fora reorganizado. O antigo PL, surgido a partir da Aliança Libertadora, foi fundado por Assis Brasil em março de 1928, e extinto em dezembro de 1937 com o advento do Estado Novo. Dentre seus quadros, destacavam-se figuras como Raul Pilla, Armando Tavares, João Batista Luzardo, Walter Jobim e Alberto Pasqualini.

<sup>100</sup> “Doutor Décio”, p. 27. No dia 08 de dezembro, o *Diário de Notícias* (p. 24) noticiou os postulados apresentados pela LEC aos três candidatos ao governo estadual. Entre outras coisas, a Liga “aconselhava” aos candidatos, se eleitos, a colaboração entre Igreja e Estado, o seguimento das diretrizes contidas nas encíclicas dos Sumos Pontífices e a rejeição ao “comunismo ateu”. Esse tema será melhor tratado no próximo capítulo.

<sup>101</sup> “Doutor Décio”, p. 28.

poderes para ratificar ou não o mandato dos governadores eleitos, que poderiam ser substituídos por interventores. Diante do golpe, conclui a *Revista do Globo* que os políticos gaúchos dançaram a “valsa da tentação”:

Nesse tempo, além de deputado, o Dr. Décio era, assim como Batista Luzardo, Walter Jobim, Máximo dos Santos, Oscar Fontoura, Alberto Pasqualini, Orlando Carlos, Renato Guimarães, Firmino Torelly e Raul Pilla, – membro do diretório central do Partido Libertador. O que iriam fazer? Raul Pilla, vice-presidente do partido, promoveu uma discussão para decidir se o PL devia ou não colaborar com o governo forte de Getúlio. Postos os votos na mesa, somente Pilla, Décio e Orlando Carlos tinham votado contra. Os demais, se distribuíram pelas secretarias de Estado e cargos públicos, ou aquiesceram contemplativamente.<sup>102</sup>

Décio Costa, no transcurso do Estado Novo, afastou-se da política e passou a se dedicar integralmente às funções de médico, atuando também como livre-docente da cadeira de pediatria na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Para a reportagem, é como médico que se “avulta a personalidade do candidato libertador”, que fala sobre suas atividades na medicina “com muito mais entusiasmo do que dos seus feitos na política”. Um homem que soube casar “maravilhosamente bem” em seu discurso-plataforma a democracia assistida e o socialismo de Leão XIII, e que, “mais católico que os outros candidatos” e “endereçando-se menos aos seus partidários que aos membros da LEC”, assim se define:

Somos dos que pensam que o princípio da separação da Igreja e do Estado, vigente em nossa Constituição política, deve ser penetrado, na sua genuína significação materialista e ateia, por um salutar espírito de simpatia e de cooperação entre o temporal e o espiritual, nascido no reconhecimento de que não é possível separar o cidadão do crente, e de que a chamada ética civil há de falir sempre que não se vivifique e não se ampare na moral religiosa.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> *Ibid*, p. 62.

<sup>103</sup> *Ibid*, p. 62-63.

### 2.1.3. O gaúcho Jobim



Fotografia 3 – Walter Jobim em seu apartamento no Centro de Porto Alegre.  
Fonte: “O Gaúcho Jobim”, *Revista do Globo*, nº 426, 11/01/1947, p. 21.

Mesmo com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, ao presidente eleito nas eleições de dezembro desse ano, general Dutra, ainda caberia nomear interventores nos estados até a realização de eleições para escolha dos novos governadores. No dia 05 de fevereiro de 1946, o *Correio do Povo* (p. 12) noticiou dois decretos assinados no dia anterior pelo presidente Dutra: o primeiro, exonerava o desembargador Samuel Silva do cargo de interventor federal no Rio Grande do Sul; o seguinte, nomeava o pessedista Cylon Rosa para assumir aquele ofício. Dois dias depois, o novo interventor anunciou, entre outros

cargos, que Walter Só Jobim ficaria à frente da importante Secretaria do Interior<sup>104</sup>, função que desempenhou por pouco mais de dois meses, até seu afastamento visando à disputa eleitoral. Eventos dessa natureza esclarecem porque a *Revista do Globo*, ao encerrar sua série de matérias acerca dos candidatos ao governo gaúcho, narra as observações de “um desses argutos analistas políticos de [roda de] café” com quem o repórter conversou dias antes e que na ocasião a ele afirmou: “Walter Jobim é o candidato que reúne o maior número de probabilidades de vir a ser eleito a 19 de janeiro...”. Dada a curiosidade demonstrada pelo repórter em torno da afirmativa, tal analista enumerou suas razões, das quais destacamos algumas:

Primeiro: – disse ele – É Walter Jobim candidato que conta com o até hoje infalível argumento da “máquina eleitoral”. Segundo; com a sua candidatura lançada um ano e meio antes que as de Pasqualini e Décio Martins Costa, teve ele tempo suficiente para realizar a mais intensa e profunda propaganda eleitoral, percorrendo por duas vezes todo o estado nos seus menores recantos. Terceiro; a declaração de amor de Walter Jobim aos três pontos da famosa carta da Liga Eleitoral Católica, embora tenha sido, não mais que a dos outros, uma medida de visível e razoável interesse eleitoral, foi a mais apaixonada de todas e lhe valerá uma boa parcela dos divididos votos católicos (...) Sétimo; tendo sido secretário das Obras Públicas por alguns anos, Walter Jobim conhece, de fato, os problemas do estado e, como uma parte do eleitorado sabe, foi o homem que iniciou ou concretizou alguma coisa dos três falados planos básicos do nosso progresso: estradas, saneamento e aproveitamento do potencial hidráulico...<sup>105</sup>

O analista ainda arrematou dizendo que Jobim “se tem feito conhecer como um homem prático, sensato e realizador”. O único “perigo” de sua candidatura seria o de que

Alguns homens que cercam Walter Jobim são de amargar! O PSD é o partido mais heterogêneo que temos aqui. Dentro dele há reacionários, fascistas, democratas e até esquerdistas ocultos. Mas há, principalmente, políticos sujos, aproveitadores de todas as horas, indivíduos desacreditados perante o povo, elementos que é preciso afastar da administração pública por uma questão de higiene primária [*sic*].<sup>106</sup>

Embora sem a possibilidade de saber se a existência do analista (mantido anônimo) era uma invenção da reportagem que, na verdade, expressava sua visão acerca da candidatura Jobim – e sutil maneira encontrada para narrá-la –, acreditamos que as opiniões expostas acima são interessantes para a compreensão da imagem e do capital político do concorrente naquele momento. De fato sua candidatura estava colocada já desde meados de

<sup>104</sup> *Correio do Povo*, 07/02/1946, p. 10.

<sup>105</sup> “O Gaúcho Jobim”, *Revista do Globo*, nº 426, 11/01/1947, p. 21-22.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 22.

1945, da mesma forma que acumulava em seu currículo importantes funções, como a de secretário de Obras Públicas durante a administração de Ernesto Dornelles, entre 1943 e 1945, ou a já citada Secretaria do Interior no governo de Cylon Rosa, aparecendo, assim, como aquele que melhor poderia usar a “máquina eleitoral” pessedista organizada a partir da interventoria local.<sup>107</sup> Um pouco adiante no texto, pondera a revista sobre os reais lucros políticos das razões antes enumeradas, afirmando que somente os resultados das urnas iriam ou não confirmá-los. Se Jobim goza de tais “vantagens” – que, além de tudo, estavam agora “azeitadas pelo verde óleo integralista”, em referência ao apoio do PRP –, Alberto Pasqualini desfruta da força de suas ideias sociais e da “prestigiosa” recomendação de Getúlio Vargas. Décio Martins Costa, por seu turno, conta com a divisão dos eleitorados pessedista e trabalhista, esperando superá-los com a centralização oposicionista ao redor de seu nome.<sup>108</sup>

Assim se configurava, portanto, parte do cenário político estadual no pós-Estado Novo, onde uma das atuações destacadas foi a deste homem “alto, com quase 2 metros de altura, corpulento, de gestos calmos mas deixando perceber um nervosismo controlado, [e que é] pelo menos fisicamente, o mais gaúcho dos nossos três candidatos”.<sup>109</sup> Walter Jobim, segundo a reportagem, possuía um jeito muito simples, “de campeiro”, e mantinha residência fixa em uma “fazendola” em Santa Maria, ficando às vezes “acantonado” em um apartamento em Porto Alegre. Era filho de um funcionário público da prefeitura da capital, e, como Pasqualini, custeou com seu próprio trabalho a faculdade de Direito, envolvendo-se com política já no período acadêmico, quando participou ativamente da campanha civilista de Rui Barbosa. Outra semelhança com o candidato petebista, e agora também com Décio Martins Costa, era o fato de que os três foram líderes libertadores até 1937.<sup>110</sup> Trazia ainda no currículo o apoio ao movimento revolucionário que levou Vargas ao poder em outubro de 1930; a eleição para deputado federal pela FUG em 1934, cargo ao qual renunciou dias depois de assumir, em maio de 1935, em favor de João Neves da Fontoura<sup>111</sup>; o cargo de secretário de Obras Públicas entre os anos de 1937 e 1939, no período em que estiveram no

---

<sup>107</sup> O PSD iniciou sua estruturação nos estados a partir da liderança dos interventores, dos membros das administrações estaduais e dos prefeitos, sendo os últimos, importante salientar, todos nomeados pelos primeiros.

<sup>108</sup> Lembremos que o PSD e o PTB eram os partidos nascidos “de dentro” do Estado Novo. Como veremos, durante boa parte do processo de definição das candidaturas, a intenção de Vargas era um acordo político PSD-PTB, o que acabou não ocorrendo.

<sup>109</sup> “O Gaúcho Jobim”, p. 23.

<sup>110</sup> Jobim integrou o antigo Partido Libertador desde seu início, em março de 1928.

<sup>111</sup> De acordo com Moreira (2001b: 2848), a renúncia de Jobim resultou de uma decisão da direção da FUG, que alterou sua representação na Câmara Federal, objetivando com isso manter a igualdade numérica e o equilíbrio de forças entre o PL e o PRR.

controle do governo gaúcho, sucessivamente, os generais Daltro Filho e Osvaldo Cordeiro de Farias<sup>112</sup>; e, como já foi dito, o retorno às Obras Públicas em 1943, na interventoria de Ernesto Dornelles, tendo acumulado por três meses, juntamente com essa, a Secretaria do Interior, em substituição a Alberto Pasqualini.

Conforme a revista, algumas realizações de Jobim no tempo em que foi secretário “constituem uma apreciável credencial de administrador para a sua candidatura”. Com a criação do DAER, em sua gestão, foram construídos cinco mil quilômetros de estradas no estado, isso a partir de um plano rodoviário que, nos termos do candidato, “tem que ser terminado (...) independentemente das ocorrências políticas”. Sobre seu entusiasmo ao relatar o andamento dos principais encargos da Secretaria de Obras Públicas, diz a reportagem que “não parecia um político falando, mas um administrador apaixonado pela possibilidade de ver terminados os seus planos, enquanto também revelava uma notável memória topográfica, referindo-se a inúmeros lugares, rios, pontes, vales e regiões do estado, como se estivesse com um mapa à sua frente”.<sup>113</sup> Além das estradas, Jobim fala do plano de saneamento em curso em 72 municípios do interior, com as instalações de água e esgoto já concluídas em cidades como São Gabriel e Rosário do Sul; e menciona, por fim, aquele que seria o “apanágio de sua candidatura”: o plano de eletrificação do Rio Grande do Sul, descrito como “um trabalho de vulto”, porquanto “não é com discursos nem com política vã que chegaremos a conquistar essa grande vitória para o desenvolvimento da nossa economia, da nossa organização social”.<sup>114</sup>

A *Revista do Globo* encerra a matéria com uma descrição sobre o escritório de Walter Jobim, onde “havia apenas uma poltrona, uma mesinha cheia de papéis e um minúsculo armário de livros”. Era o lugar em que estava a “biblioteca essencial” do candidato, com “uns 200 volumes”. Daí o diálogo:

E quando lhe perguntei se alguma vez se dedicou à literatura, ele me respondeu com o seu riso breve e calmo:  
– Nunca. Apenas escrevi alguns artigos para uns jornais. Política, nada mais.<sup>115</sup>

<sup>112</sup> Nesse espaço de tempo, ainda segundo Moreira (2001b: 2849), “Walter Jobim concentrou sua atuação nas deficiências do setor rodoviário que entravavam o desenvolvimento da economia gaúcha. Com a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem [DAER] durante esse período, responsável pela importação de maquinaria que possibilitou a pavimentação de antigas e a construção de novas estradas-tronco, o escoamento da produção foi regularizado”.

<sup>113</sup> “O Gaúcho Jobim”, p. 24.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>115</sup> *Ibid.*

#### 2.1.4. O capital político e a imagem pública dos candidatos

Dois foram os motivos que nos levaram a abordar as reportagens da *Revista do Globo*. Por um lado, pela possibilidade de apresentar alguns aspectos das trajetórias pessoais e políticas dos candidatos envolvidos no pleito de 1947. Por outro, porque as matérias nos dão a ver um processo de construção de imagens públicas naquele contexto, quer dizer, não apenas o que aqueles agentes eram até então, mas também o que eles estavam buscando vir a ser.<sup>116</sup> Uma oposição evidente entre as imagens públicas de Alberto Pasqualini e de Walter Jobim assentava-se no fato de que, se o primeiro aparecia como um intelectual, um teórico político, o segundo apresentava-se como um homem prático, sugerindo ser essa uma característica essencial do “bom administrador”. Não entendemos que seja ocasional a alusão da reportagem ao volume de livros existente em seus escritórios: o petebista dispondo de “muitos armários de livros técnicos e literários”, à medida que o pessedista possuía apenas “um minúsculo armário” com “uns 200 volumes”. Afinal, Jobim “nunca” se dedicara à literatura, apenas escrevera alguns artigos sobre “política, nada mais”.

A imagem de Décio Martins Costa parecia estar menos relacionada com a condição de ser ele um intelectual ou não. Claro que a ideia de “preparo intelectual” – distinto do “preparo administrativo” adquirido pela ocupação de postos na esfera do Estado – estará quase sempre presente em uma disputa política por cargos, visto como decorrente, entre outros fatores, da trajetória escolar do indivíduo, na forma de diplomas. No caso do candidato libertador, sua formação acadêmica em Medicina, além da noção de preparo intelectual que podia lhe emprestar, lhe fornecia igualmente uma imagem de cuidado, proteção e humanitarismo.<sup>117</sup> Tal imagem, de um “Doutor” que, nos termos da reportagem, “a gente percebe que, apesar de passar a vida lidando com crianças, ou talvez por isso mesmo, ele tem sabido preocupar-se também com os adultos”<sup>118</sup>, não era contrária ou distante daquela que, por exemplo, a Liga Eleitoral Católica esperava de um homem público.

---

<sup>116</sup> Importa aqui fazer duas considerações: primeiro, que muitas das conclusões a que chegamos sobre as imagens públicas dos candidatos também advêm da leitura de outras fontes jornalísticas da época, como as coberturas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* sobre o processo eleitoral; segundo, que a análise da trajetória desses três agentes que ora realizamos atende à necessidade requerida por nosso objeto de estudo, mas a própria riqueza de suas atuações permitiria um aprofundamento muito maior.

<sup>117</sup> Nas fotografias que compõem a reportagem da *Revista do Globo*, o candidato aparece sempre com roupas brancas e, em uma ocasião, prestando atendimento a uma mãe com seu bebê e, em outra, cercado por crianças.

<sup>118</sup> *Revista do Globo*, nº 425, p. 27.



Conforme nos mostra Pierre Bourdieu, “em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”, assim como “a verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade” (Bourdieu, 1989: 185-186).<sup>119</sup> Dessa forma, uma noção que julgamos ser útil no momento é a de capital político, pois, como uma forma de capital simbólico, sua convicção de verdade está assentada na crença e no reconhecimento: “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (Bourdieu, 1989: 188). Alberto Pasqualini, Walter Jobim e Décio Costa eram políticos que dispunham, na ocasião em que disputavam o executivo estadual, de grande volume de capital político acumulado ao longo de suas trajetórias.<sup>120</sup> A imagem pública de cada um deles estava firmada, fundamentalmente, no capital pessoal que possuíam. Cabe retomar alguns elementos que ajudam a compreender em que consistia esse capital.

---

<sup>119</sup> Donde a proposição evidente: “O que seria um ‘discurso irresponsável’ na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro” (Bourdieu, 1989: 186).

<sup>120</sup> A utilização da noção de capital exige, em nosso caso, um aprofundamento. Bourdieu define duas espécies básicas de capital político: “(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político (...) à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes *ligados* a esses postos. O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no fato de ser *conhecido* e *reconhecido* na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência” (Bourdieu, 1989: 190-191). Portanto, o capital político pode ser obtido a título pessoal (de notoriedade ou de popularidade) ou por delegação. Sobre o segundo caso, diz Bourdieu: “Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade* (...)” (Bourdieu, 1989: 191). Nesse sentido, no caso do capital político delegado, é o partido que realiza a investidura, sobre um agente, de um capital que lhe pertence, daí a necessidade da exatidão: como pode, no caso em análise, o PTB investir determinado agente de um capital que ainda não possui, pois recém está se formando? Vejamos novamente o que diz Bourdieu: “A delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em ‘máquinas políticas’ (...) Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objetivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos” (Bourdieu, 1989: 194). O tipo de capital que o partido irá acumular *ao longo do tempo* é justamente o que o nosso trabalho, esperamos, ajudará a verificar, tomando como recorte os anos iniciais e, especialmente, o contexto das eleições de 1947. Assim, em função do nosso recorte temporal, podemos averiguar apenas o capital político obtido a título pessoal pelos três concorrentes, afinal, uma ordem autoritária recém findara no país.

Mercedes Cánepa, em seu estudo sobre os partidos e a representação política entre os anos de 1945 e 1965 no Rio Grande do Sul, ao abordar a conjuntura da redemocratização e a formação do sistema partidário no estado, sublinha o fato de que a legislação eleitoral surgida em 1945 obrigava as novas siglas partidárias a se constituírem como partidos nacionais, o que “forçará a elite política rio-grandense, como aliás as demais elites regionais, a combinar alguns elementos importantes da conjuntura nacional com ‘antigas’ e ‘novas’ clivagens regionais” (Cánepa, 2005: 95). Por antigas clivagens, a autora entende a disputa entre republicanos e federalistas (depois libertadores) na Primeira República; as novas clivagens se localizariam no contexto da Revolução de 30 e das mudanças sociais que essa gerou, quando Vargas passou a atuar como divisor de águas. Neste caso, as posições adotadas pelas elites políticas rio-grandenses devem ser percebidas em principalmente dois momentos: em relação à Revolução Constitucionalista de 1932 e diante do golpe do Estado Novo (Cánepa, 2005: 95-100).

Assim, se o pleito de 1947, de acordo com o que afirmamos anteriormente, foi uma situação nova no estado, ele manteve, no entanto, estreita associação com o passado, uma vez que foi a configuração das divisões partidárias anteriores ao golpe de 1937 (PRR, PL e PRL), e sobretudo a postura frente ao próprio golpe, que orientaram o direcionamento de parte significativa dos agentes no transcurso da repartidarização de 1945.<sup>121</sup> No caso dos três candidatos ao governo estadual em 1947, ao observarmos suas trajetórias, veremos que todos estiveram ligados ao antigo Partido Libertador, onde permaneceram até pelo menos 1937, quando a “valsa da tentação” trazida pelo Estado Novo redefiniu as posições por eles ocupadas no espectro político.

Décio Costa, tal qual Raul Pilla, contrapôs-se à colaboração do PL com o regime autoritário que se iniciava. Desde o início do Estado Novo, portanto, esteve na oposição, mas permaneceu afastado das articulações políticas até o cenário da redemocratização, quando houve a reestruturação do partido sob a liderança de Pilla. Em um manifesto lançado pelas oposições no início de novembro de 1946, PL e UDN, “solidários na áspera campanha empreendida com o patriótico objetivo de extirpar a Ditadura no Brasil, e restaurar o regime das franquias democráticas”, anunciaram o nome de Décio Costa como candidato ao governo estadual, assim dizendo:

Portador de um nome ilustre, que representa uma tradição de cultura, de honorabilidade e de devotamento aos interesses públicos, com uma larga e

---

<sup>121</sup> Cánepa sugere que o Estado Novo constituiria um grande “parêntese” nesse processo.

brilhante folha de serviços prestados ao Estado, como representante à Assembleia e como destacado professor da Faculdade de Medicina e do Instituto de Educação; médico humanitário, eminente entre os eminentes, habituado assim a sentir e a compreender os anseios e as necessidades de todas as camadas do povo; espírito de primorosa formação cristã; caráter firme de exemplar fidelidade aos ideais democráticos – reúne o candidato todos os predicados para o exercício do mandato.<sup>122</sup>

A passagem evidencia três aspectos: primeiro, a centralidade que a defesa da democracia assumia no discurso dos dois partidos; em seguida, que o eixo de articulação desse discurso era o antigetulismo; por fim, que Décio Costa, por sua trajetória, acumulava um capital que lhe facultava apresentar-se como um candidato de *firme caráter democrático*.

De outro modo, símbolos diferentes desses eram manipulados por Pasqualini e Jobim, na medida em que “dançaram a valsa” ao lado do regime de Vargas e da interventoria local – embora se considere a singularidade da atuação de Pasqualini nesse contexto. Suas ações nas pastas que ocuparam durante o Estado Novo é que lhes forneciam grande parte do capital pessoal com que contavam na disputa de 1947.

A imagem de intelectual, destacado já desde o período em que frequentava o curso de Direito, acompanhou Alberto Pasqualini por toda a vida e assim permaneceu após sua morte. Ele é sempre lembrado, seja por políticos ou por pesquisadores, como o teórico e doutrinador do trabalhismo.<sup>123</sup> Essa imagem de intelectual, ao qual comumente é acrescido o epíteto “possuidor de ideias sociais avançadas”<sup>124</sup>, no contexto de 1946/47 aparece ao lado – e também como consequência – de um capital pessoal adquirido em decorrência de suas ações como secretário do Interior na interventoria de Ernesto Dornelles. Ter autorizado a realização de um plebiscito em Cachoeira do Sul, por exemplo, é uma atitude manipulada positivamente por Pasqualini, permitindo ao candidato afigurar-se como democrata. Cabe recordar que ao petebista recaía, proferida pelos mais diversos adversários, a acusação de ter “elogiado em prosa, verso e latim a Carta fascista de 37”. Além de contrapor essa acusação com o episódio do plebiscito, Pasqualini poderia lembrar ainda que quando integrou o Departamento/ Conselho Administrativo de Estado (DAE/CAE) – entre 1939 e 1943, momento pouco mencionado na reportagem da *Revista do Globo* –, atuou na direção

<sup>122</sup> *Correio do Povo*, 10/11/1946, p. 24.

<sup>123</sup> A formação intelectual de Pasqualini foi analisada por Grijó (2007).

<sup>124</sup> A criação, analisada no capítulo anterior, da União Social Brasileira (USB), agrupamento político em torno das ideias de Pasqualini e que depois se fundiu ao PTB, reforçou profundamente esta sua imagem de intelectual progressista.

contrária do excessivo controle, fruto da Segunda Guerra Mundial, estabelecido contra os cidadãos de origem italiana e alemã, como aponta Gertz (2007: 46):

Apesar de os próprios membros do DAE/CAE sempre terem destacado suas preocupações exclusivamente administrativas, suas neutralidades técnicas, pronunciaram-se, em alguns momentos, também sobre questões claramente políticas. Assim, Alberto Pasqualini e Gaston Englert saíram em defesa dos cidadãos de origem italiana e alemã no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Considerando que o interventor Cordeiro de Farias era claro adepto da tese do *perigo alemão*, preocupadíssimo com a situação *etnográfico-internacionalista* do estado, não há dúvida de que a manifestação expressa de conselheiros do DAE/CAE no sentido de que deveria ser feita uma clara distinção entre os regimes alemão e italiano, mais eventuais agentes seus no Rio Grande do Sul, por um lado, e a massa da população gaúcha de origem alemã e italiana, por outro lado, pode ser vista como uma crítica ao Executivo.

Em termos mais amplos, é possível dizer que o ano de 1946, quando Pasqualini passou a integrar o PTB, representou uma espécie de divisor de águas em sua trajetória. Até aquela data, a atuação de Pasqualini esteve ligada, com graus variados de proximidade, ao antigo PL, onde ingressou em fins dos anos 1920. Nesse espaço de tempo, sua atuação poderia ser descrita como a de um “intelectual independente”, tendo formulado um conjunto de ideias bastante original sobre temas políticos e sociais do país e do estado. Com a estruturação da União Social Brasileira (USB) – analisada no primeiro capítulo – e a posterior fusão desse agrupamento ao PTB, inicia-se uma nova fase na atuação de Pasqualini, agora ligada a este partido e comprometida com a elaboração de seus contornos doutrinários. O fato de ele ter sido alçado à condição de candidato a governador pelo PTB em 1946/47 pode ser visto como um ato inaugural desta sua nova condição de “teórico e doutrinador do trabalhismo brasileiro”, conforme ficou conhecido. Tal momento seria igualmente um divisor de águas em seu pensamento, mais maduro e melhor elaborado nessa segunda fase.

Quanto a Walter Jobim, ele “se tem feito conhecer como um homem prático, sensato e realizador”. Tal frase, pronunciada pelo interlocutor do repórter da *Revista do Globo*, exemplifica muito bem o capital pessoal do candidato pessedista em 1947. Nos anos imediatamente anteriores ao pleito, Jobim esteve à frente de nada menos que duas das principais pastas do executivo estadual: a Secretaria de Obras Públicas (de 1937 a 1939 e de 1943 a 1945) e a Secretaria do Interior (nos últimos três meses de 1944 e em 1946). Da ocupação da primeira pasta provinha a imagem de “bom administrador”, especialmente por

suas ações, já referidas, no setor dos transportes, com a criação do DAER e a execução do plano rodoviário estadual.

A Secretaria do Interior era uma das que mais prestígio e lucros políticos trazia ao seu gerenciador, entre outras razões, porque funcionava como uma espécie de ponte entre a interventoria e os prefeitos nomeados, bem como entre aquela e políticos interioranos. Sua ocupação poderia garantir uma poderosa rede de apoios em diferentes municípios. Talvez tenha sido essa a intenção de Cylon Rosa e do PSD – eis “o infalível argumento da máquina eleitoral” sugerido pelo interlocutor – ao indicar Jobim para a pasta, no início de fevereiro de 1946, tendo em vista que sua candidatura ao governo gaúcho estava oficializada já desde a primeira convenção do partido no Rio Grande do Sul, realizada em julho do ano anterior. O *Correio do Povo*, ao noticiar a posse de Cylon Rosa junto à interventoria, teceu “*Considerações à margem dos rumos do novo governo*”, e entre as secretarias anunciadas, destacou a do Interior:

(...) Pasta de vital importância no mecanismo político regional, a Secretaria do Interior estava constituindo um alvo de expectativa de todos e as demarches encetadas pelo novo interventor federal foram seguidas com vivo interesse pela imprensa. Assim, já se pode estimar a permanência do sr. Walter Jobim à testa daquela secretaria em menos dois meses que seus demais colegas, dois meses esses que constituem o prazo de desincompatibilização para candidatar-se ao próximo pleito à governança do Rio Grande do Sul (...) A participação do ex-titular das Obras Públicas no atual governo significa que muitos caminhos começarão a ser desbravados, como passo inicial às obras a serem encetadas em futuro próximo. Entre eles a eletrificação do Estado.<sup>125</sup>

Uma pesquisa mais detida nos jornais referentes à etapa final do Estado Novo e anos seguintes permite localizar, não raras vezes, notícias de secretários do Interior atuando diretamente na nomeação dos prefeitos ou intermediando indicações e convites para o desempenho de funções junto ao governo estadual. Os lucros políticos decorrentes disso podem ser ilustrados através da notícia a seguir, publicada pelo *Correio do Povo* em 16 de fevereiro de 1946:

PREFEITURA DE TAQUARI – O Dr. Nestor Azambuja Guimarães, como se sabe, exerceu por largo tempo e a contento de seus munícipes, as funções de prefeito de Taquari. Após o golpe de 29 de outubro e com a destituição dos governadores municipais, viu-se s. s., como os demais seus colegas da época, afastado do cargo. Agora, entretanto, o novo secretário do Interior, Walter Jobim, enviou-lhe o seguinte telegrama: “Dr. Nestor Azambuja Guimarães. Taquari – Apraz-me convidar o prezado amigo a retornar às funções de Prefeito Municipal, em cujo desempenho revelou

<sup>125</sup> *Correio do Povo*, 07/02/1946, p. 10.

seu grande espírito público, nobres qualidades morais que ornaram o seu caráter. Outrossim, transmito com autorização do sr. interventor convite para o desempenho de função mais graduada junto ao governo do Estado, solicitando sua espontânea deliberação. Cordiais Saudações. (a.) Walter Jobim, Secretário do Interior”. Em resposta, o dr. Nestor enviou o seguinte despacho: “Dr. Walter Jobim. Secretário do Interior. Palegre. Tenho a satisfação de acusar o fonograma de v. excia. de ontem datado e que me honra com o convite de retornar às funções de prefeito deste município e transmite outro para o desempenho de nova função junto ao governo do Estado. Tendo cumprido com honra, desassombro e esforço o mandato do cargo de prefeito e executado integralmente o programa administrativo que me havia traçado aqui, aceito o honroso convite para nova função que me oferece o governo do Estado. Agradeço, desvanecido, as generosas expressões do eminente e muito prezado amigo a quem me sinto ligado por laços morais indissolúveis. Saudações atenciosas. (a.) Nestor Azambuja Guimarães”.<sup>126</sup>

A expressão “laços morais indissolúveis” serve como alegoria para compreendermos um dos dividendos trazidos pelo gerenciamento da Secretaria do Interior, ou seja, a formação de uma ampla rede de lealdades pessoais.<sup>127</sup> Convém lembrar que isso é válido tanto para Jobim quanto para Pasqualini, à medida que este ocupou a pasta entre 1943 e 1944, tendo sido substituído justamente por seu agora adversário pessedista.

Em síntese, retomando a questão central, as imagens públicas dos concorrentes ao governo estadual em 1947 assentavam-se sobretudo no grande volume de capital pessoal de cada um. O “filósofo sentimental” Alberto Pasqualini, intelectual progressista que apoiou os princípios sociais do Estado Novo mas condenou, inclusive por meio de ações concretas, seu caráter autoritário; o “gaúcho” Walter Jobim, que além de possuir um jeito simples “de campeiro”, conhecia a realidade do estado e figurava como bom administrador; e o “Doutor” Décio Martins Costa, médico humanitário, cidadão católico e firme opositor da ditadura varguista. Através do aprofundamento de alguns eixos, veremos, no próximo capítulo, como essas imagens públicas combinavam-se aos programas dos nascentes partidos, objetivando, dessa maneira, disputar legitimidade política no Rio Grande do Sul. Antes, porém, vamos conhecer os postulantes à terceira senatoria rio-grandense e examinar

<sup>126</sup> *Correio do Povo*, 16/02/1946, p. 04.

<sup>127</sup> Mais amplamente, a notícia elucida algumas implicações práticas da estreita vinculação entre o PSD e a estrutura administrativa do Estado Novo. Nessa direção, já em plena campanha eleitoral, Raul Pilla, presidente do PL, protestou contra a nomeação de prefeitos no interior do estado. Em telegrama enviado ao interventor Cylon Rosa, Pilla denunciou o que para ele seriam irregularidades e abusos cometidos em determinados municípios, onde prefeitos eram substituídos por presidentes de diretórios locais do PSD. Tais dirigentes estariam diretamente empenhados na eleição de candidatos pessedistas. Como exemplos, citou as cidades de Cruz Alta e Carazinho. Já para o caso de São José do Norte, as denúncias iam além: “(...) nos chegamos novas reclamações contra o abusivo emprego dos automóveis oficiais na campanha política. São nominalmente acusados desta prática o sub-prefeito e o coletor estadual”. *Diário de Notícias*, 13/12/1946, p. 02.

a atuação de Getúlio Vargas naquele processo eleitoral, à medida que o ex-presidente também teve, a nosso ver, um papel de destaque.

## 2.2. OS CANDIDATOS AO SENADO FEDERAL

A entrada em cena dos candidatos ao Senado foi um pouco posterior em relação aos três concorrentes ao executivo estadual. Conquanto integrassem as chapas majoritárias, boa parte das siglas definiu os nomes de seus postulantes à senatoria algumas semanas antes do pleito. Entretanto, uma apresentação mais detida faz-se necessária porque, tratando-se de agentes com trajetórias públicas pregressas, eles igualmente agregariam identidade e capital político aos seus respectivos partidos.

O maior exemplo, nesse sentido, foi o nome indicado pelo PTB para disputar a representação gaúcha no Senado. Nada menos que Joaquim Pedro Salgado Filho, figura de relevo na política nacional e que ocupara postos importantes ao longo do primeiro governo Vargas, inclusive e em especial o de ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Salgado Filho nasceu em Porto Alegre no ano de 1888. Depois de bacharelar-se, em 1908, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, exerceu algumas funções na área judiciária, como auxiliar de auditor ou suplente de juiz. A partir do começo dos anos 1920, trabalhou em diversos escritórios de advocacia, ingressando posteriormente, via concurso, na Justiça Militar (Moreira, 2001a: 5207).

Adepto da Revolução de 1930, no início do ano seguinte foi interinamente designado chefe da Polícia do Distrito Federal, sendo efetivado no cargo em março de 1932. Dentro de poucas semanas, no entanto, Vargas o nomeou ministro do Trabalho, em substituição a Lindolfo Collor. À frente da pasta, Salgado Filho executou medidas de grande repercussão. Entre elas, sobrelevam-se a instituição das comissões mistas de conciliação, destinadas a resolver os dissídios entre empregados e empregadores, a regulamentação das condições de trabalho das mulheres, a organização dos sindicatos profissionais, a regulação sobre o horário de trabalho na indústria e no comércio e a instituição da carteira profissional. Além disso, transformou a área previdenciária no país, estruturando sua organização em torno de categorias funcionais de trabalhadores. Assim, desde 1933, o ministério criou diversos institutos de aposentadorias e pensões, como o dos Marítimos (IAPM), o dos comerciários

(IAPC) e o dos bancários (IAPB). Sobre o período em que permaneceu no cargo, até julho de 1934, aponta Angela de Castro Gomes:

Foi durante a administração Salgado Filho que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores), quer em termos das compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões de Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho). Trata-se de um período-chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando através dela desenvolver uma série de contatos com “empregados” e “empregadores”. Seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do ministério (Gomes, 1988: 164).

Salgado Filho desempenhou, portanto, papel central na formulação de um dos eixos fundamentais do primeiro governo Vargas, isto é, o progressivo controle que o Estado passou então a exercer sobre o mercado de trabalho no Brasil, efetivado através de um conjunto de leis e pela criação de um novo aparato institucional. No mesmo ano em que deixou o ministério, elegeu-se deputado federal classista, representando os profissionais liberais. Seu mandato foi marcado, entre outras coisas, pela atuação em favor do pedido governamental de decretação do Estado de Guerra. A justificativa que usou para tal postura foi a suposta existência de uma conspiração comunista contra o país.<sup>128</sup>

Em março de 1938, já em plena vigência do Estado Novo, foi empossado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), cargo que ocupou até janeiro de 1941, quando se aposentou. Dias depois, Getúlio o nomeou para o recém-criado Ministério da Aeronáutica, tendo sido o primeiro titular da pasta. Com a Segunda Guerra Mundial em curso, em fins de 1943 o governo brasileiro decidiu enviar um contingente expedicionário à Europa, para lutar ao lado das forças estadunidenses. Salgado Filho determinou, naquela ocasião, que a Força Aérea Brasileira (FAB) acompanhasse a tropa do Exército às áreas de operações do Mediterrâneo. Após um período de treinamento nos EUA, o contingente da FAB desembarcou na Itália em outubro de 1944 e integrou-se à Força Aérea Aliada do Mediterrâneo. Salgado Filho permaneceu no comando desse ministério até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945 (Moreira, 2001a: 5207-5208).

---

<sup>128</sup> Depois conhecida como Plano Cohen, a conspiração tratou-se, na verdade, de uma história forjada desde o interior do Estado Maior do Exército e apoiada por militares integralistas, com o objetivo de causar temor na população e justificar uma intervenção armada do governo. Logo viria o golpe do Estado Novo.



O essencial, enfim, é compreendermos que o postulante à senatoria pelo PTB gaúcho era uma figura destacada na política nacional e possuidor de uma trajetória estreitamente vinculada à liderança de Getúlio Vargas. No final de dezembro de 1946, às vésperas do pleito, o partido ainda não havia definido o seu candidato ao Senado. Entre os nomes cogitados, estavam o do ex-prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, e o de José Diogo Brochado da Rocha, que há pouco deixara o PSD. Todavia, o próprio Vargas encarregou-se de indicar seu ex-ministro do Trabalho para a tarefa, indicação essa de pronto aceita pelos dirigentes petebistas.

No dia 27 de dezembro, o PTB divulgou o manifesto lançando a candidatura de Salgado Filho ao Senado e do médico Jorge Braga Pinheiro à suplência. No documento, ressaltava-se a lealdade daquele ao ex-presidente desde 1930, seu papel na elaboração da legislação trabalhista e seu protagonismo pessoal à frente do Ministério da Aeronáutica, tendo ainda contribuído, na condição de presidente da Companhia Nacional de Aviação, para a estruturação da aviação comercial brasileira.<sup>129</sup>

Indefinição semelhante processou-se no PSD. Antes da resolução final quanto aos candidatos a governador, os correligionários de Jobim, visando desarticular o crescente movimento petebista em favor de Alberto Pasqualini, aventaram inclusive o lançamento do líder da USB para concorrer à terceira senatoria rio-grandense. Malogradas as negociações, cogitou-se o nome de João Neves da Fontoura para a empreitada. Como iria assumir o cargo de embaixador do Brasil em Paris, Fontoura recusou o convite.<sup>130</sup> Dessa maneira, a escolha do postulante pessedista manteve-se em aberto até o fim de dezembro.

Desde o mês anterior, porém, vinha sendo ventilada no PSD a indicação do então presidente do Conselho Administrativo do Estado, Osvaldo Vergara. Advogado, professor e jornalista, Vergara trazia igualmente no currículo funções como delegado de polícia, presidente do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul e do Conselho Municipal de Porto Alegre (1928-1930). Em 1933 foi eleito segundo suplente de deputado federal na legenda da FUG, tendo mais tarde renunciado ao seu mandato. No pleito de 1945, elegeu-se suplente a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, pelo PSD. Vale notar, também, que procedia de uma família de políticos influentes no estado: Pedro Vergara, seu irmão, foi deputado federal de 1935 a 1937, sufragando-se novamente para o posto em 1945; seu primo, Luís Vergara, foi secretário da Presidência da República de 1936 a 1945 (Abreu et

---

<sup>129</sup> *Correio do Povo*, 27/12/1946, p. 05.

<sup>130</sup> *Correio do Povo*, 20/10/1946, p. 24.

al., 2001a: 6024). Em 30 de dezembro, a Comissão Executiva do PSD decidiu-se pela candidatura de Osvaldo Vergara ao Senado, oficializando-a na mesma data.<sup>131</sup>

As oposições (UDN-PL), por sua vez, anunciaram oficialmente seus concorrentes através de um manifesto publicado em 10 de novembro.<sup>132</sup> Além de Décio Martins Costa, foi lançado o nome de João Carlos Machado à senatoria. Advogado e antigo integrante do PRR, Machado foi um dos articuladores da Aliança Liberal, representando o Rio Grande do Sul. Com a nomeação de Flores da Cunha como interventor, após a vitória da Revolução de 1930, Machado foi alçado ao comando da Secretaria do Interior e Justiça. Em 1934 elegeu-se deputado federal pela legenda do PRL. Forte opositor do golpe do Estado Novo, foi um dos parlamentares presos logo depois da instauração do regime. Com o término da ditadura, em 1945, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, filiando-se então à UDN (Moreira, 2001c).

Ligados aos principais partidos e participando das chapas majoritárias que tinham concorrentes ao executivo, as notícias acerca desses três nomes, por decorrência, foram mais constantes nas páginas dos jornais ao longo do processo eleitoral. Os demais candidatos apareceram com frequência bem menor.

Encerrada em 16 de novembro, a Convenção Estadual do PRP definiu que Félix Contreiras Rodrigues seria o postulante da sigla ao Senado.<sup>133</sup> Já a Esquerda Democrática indicou o advogado e diretor da Faculdade de Direito de Pelotas, Bruno de Mendonça Lima. Os comunistas lançaram André Trifino Correia à senatoria, um ex-integrante da Coluna Prestes e um dos líderes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos anos 1930. Correia havia sido eleito suplente de deputado federal em 1945, pela legenda do PCB do Rio Grande do Sul, tendo assumido o cargo entre março e julho de 1946 (Coutinho, 2001).

---

<sup>131</sup> *Diário de Notícias*, 31/12/1946, p. 16.

<sup>132</sup> *Correio do Povo*, 10/11/1946, p. 24.

<sup>133</sup> *Correio do Povo*, 17/11/1946, p. 22.

### 2.3. “ELE DISSE: VOTE EM ALBERTO JOBIM E WALTER PASQUALINI!”: O PAPEL DE VARGAS E O GETULISMO COMO CAMPO DE POSIÇÕES

Se os candidatos que antes apresentamos foram os atores principais em 1947, as palavras de José Vecchio, sindicalista e fundador do PTB gaúcho, ajudam-nos a compreender porque ao ex-presidente Getúlio Vargas também coube um papel destacado. “A queda do Estado Novo”, disse Vecchio, “nós a recebemos com uma restrição e uma mágoa muito profunda, porque achávamos que a derrubada de Vargas periclitava os nossos direitos adquiridos por intermédio dele. A maior parte dos nossos direitos veio durante o Estado Novo” (Vecchio, 1986: 45). Vejamos, pois, como se deu a atuação de Getúlio naquele processo eleitoral, e igualmente de que forma os partidos se posicionaram em relação à sua liderança política.

Antes de tudo, é essencial retomarmos a abordagem feita no primeiro capítulo acerca dos termos *trabalhismo* e *getulismo*. Deliberadamente associado à política pública estado-novista voltada aos assalariados, o trabalhismo pode ser entendido como a ideologia principal daquele período. Já o getulismo foi um movimento de opinião pública favorável à figura de Vargas também criado no decurso do Estado Novo. A confusão por vezes gerada a respeito dos dois termos explica-se porque ambos aludem à legislação social que regulamentou o mercado de trabalho no Brasil. Se apareciam como complementares no contexto ditatorial, no período democrático, entretanto, o trabalhismo ganhou novos expoentes e contornos doutrinários diferenciados, ao passo que o getulismo manteve seu cunho personalista (Pandolfi, 1990: 275).

Um paradoxo a ser notado no processo de redemocratização, concerne ao grande apoio popular com que Getúlio saía de um regime que não mais se sustentava em termos políticos, ou, nas palavras de Gomes e D’Araújo (1989: 21), a assimetria de um movimento onde “caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio do ditador”. Pronunciada às vésperas das eleições de dezembro de 1945, a palavra do ex-presidente em favor da candidatura Dutra foi fundamental para a vitória do general. No tocante ao PTB, assinalam as autoras que o partido “nascera *de e para* Vargas, ainda no Estado Novo, e se firmara nas eleições de 1945 *com* Vargas” (Gomes e D’Araújo, 1989: 33). Em nível nacional, a tendência de crescimento eleitoral da sigla foi confirmada nos pleitos de 1947. Tal sucesso nas urnas provinha de duas ordens de fatores, isto é, da liderança de Getúlio e do trabalhismo, devendo-se ainda

considerar outro elemento de grande importância para o desempenho político que apresentava: suas bases sindicais (Gomes e D'Araújo, 1989: 36).

Mesmo que a ocorrência de tais fatores (liderança de Vargas, trabalhismo e sindicatos) no desempenho eleitoral e na própria constituição do PTB gaúcho fosse igualmente inequívoca, os marcos da formação do partido em âmbito regional foram um tanto peculiares em relação a outros estados, conforme examinado no capítulo anterior. A aproximação de um grupo social-reformista, vinculado a Pasqualini e organizado na USB, garantiu bastante cedo um caráter progressista à atuação local da sigla. Ademais, como demonstra a bibliografia, talvez apenas no Distrito Federal o partido tenha se estruturado de maneira tão sólida, à diferença de que lá foi a UDN seu principal adversário, enquanto aqui seria o PSD. A seção gaúcha tornou-se uma das mais importantes do país.

A retomada desses aspectos é necessária para a compreensão do papel de Vargas nas eleições de 1947 no Rio Grande do Sul. As especificidades regionais imporiam rumos distintos daqueles almejados pelo ex-presidente, o que não minimiza, contudo, a grande liderança que exerceu. Vários são os indícios a confirmar que a união PSD-PTB ao redor de apenas um candidato a governador era por ele desejada, tendo se mostrado favorável a Walter Jobim durante grande parte do processo eleitoral. (As razões dessa sua opção veremos adiante.) Ainda em julho de 1945, por exemplo, o *Correio do Povo* divulgou um telegrama enviado pelo ditador a Jobim felicitando-o “pela honrosa e merecida indicação” feita pelo PSD, que haveria de “encontrar nas urnas livres a aprovação da maioria das forças políticas do estado”.<sup>134</sup> Um conjunto de cartas trocadas entre Getúlio e diversas lideranças ligadas a ambos os partidos revela muitos dos movimentos e articulações que marcavam o jogo político no Rio Grande do Sul.<sup>135</sup> Vejamos, então, alguns acontecimentos relevantes.

Por meio do exame desse conjunto de cartas, pode-se compreender a importância da palavra de Vargas na definição dos rumos do PTB. Em fins de outubro de 1945, com a aproximação das eleições presidenciais, a Executiva Estadual do partido, naquele momento comandada pelo sindicalista Sílvio Sanson, enviou uma correspondência solicitando “conselho e orientação” de Getúlio em relação à campanha eleitoral no estado:

Cabe-nos adiantar, para elucidação de possíveis confusões, o que se está tornando comum nas hostes do PTB, que a Comissão Executiva Estadual não tem nenhuma orientação firmada e não assumiu compromissos de

<sup>134</sup> *Correio do Povo*, 24/07/1945, p. 10.

<sup>135</sup> Documentação existente no CPDOC-FGV.

espécie alguma. Só depois de conversarmos com V. Excia. é que firmaremos nossa conduta.<sup>136</sup>

À medida que avançava o ano de 1946, aumentavam as mensagens pedindo a orientação política do ex-presidente, muitas delas inclusive pressionando-o por uma posição clara sobre os dois partidos. Tornava-se evidente o progressivo afastamento entre PSD e PTB. Nesse sentido, Affonso de Assumpção Vianna, em meados de 1946, informou Vargas sobre os esforços que vinham sendo empreendidos para a organização e o fortalecimento do PTB gaúcho, assim referindo-se ao PSD e ao papel de Vargas:

Sentimos de perto que o PSD está se desintegrando, pois os que em nome do partido estão governando o estado, realizam uma administração completamente divorciada das aspirações e dos desejos do povo. Se essa agremiação política ainda não foi completamente desbaratada, é porque seus dirigentes, através da imprensa, têm procurado manter confusão quanto ao verdadeiro partido a que pertence V. Excia. (...)  
Durante toda a nossa gloriosa campanha, abafada pela força das armas, sempre afirmamos que V. Excia. era a nossa bandeira e que aguardávamos vossa palavra de ordem. Sendo dada tal palavra, o PTB tornar-se-á o partido de 80% dos brasileiros.<sup>137</sup>

Para o período do Estado Novo, René Gertz (2007: 42-44) destaca a presença e a interferência que familiares de Getúlio, bem como outros políticos a ele ligados, tiveram junto aos negócios políticos do Rio Grande. Isso é válido também para o contexto que ora analisamos, como demonstra o grande número de correspondências trocadas entre o ex-presidente e seus parentes. A estratégia era manter familiares seus vinculados a uma ou outra sigla. O principal interlocutor de Vargas foi seu irmão, Protásio, um dos fundadores do PSD. Dinarte Dornelles, seu primo, era ligado ao PTB.<sup>138</sup> Tais vinculações, porém, não devem ser vistas apenas como estratégia ou cálculo político. O conteúdo das cartas, como veremos, deixa claro um real envolvimento desses agentes com seus respectivos partidos.

As cartas enviadas por Protásio Vargas ao seu irmão dão conta tanto de temas políticos em geral quanto de problemas de ordem privada relacionados, por exemplo, à fazenda Itu, em São Borja. Embora Getúlio não manifestasse uma posição pública clara sobre o cenário político estadual, como muitos desejavam, a visão que tinha fica evidenciada através do que escreveu a Protásio, em 19 de novembro de 1945: “Quando estava no governo, havia aconselhado acordos parciais nos estados entre o PSD e o Partido

<sup>136</sup> GVc45.10.29/1.

<sup>137</sup> GVc46.08.02/1.

<sup>138</sup> Com relação ao PTB gaúcho, destacamos ainda o ex-interventor federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, primo de Getúlio. Dornelles passou a integrar o partido em 1950, mesmo ano em que se elegeu governador do estado.

Trabalhista para as eleições”. “Após o golpe militar de 29 de outubro”, diz ele ao irmão, “tu e o Walter Jobim vieram procurar-me para tratar do pleito eleitoral à vista dos novos acontecimentos. Opinei que o Rio Grande não deveria ficar isolado do resto do país nesse movimento político”. “Quanto a mim”, prossegue, “considerava-me desobrigado de qualquer compromisso, a não ser o de apoiar a candidatura do Walter Jobim à presidência do estado”.<sup>139</sup>

Protásio, por sua vez, continuamente intervinha junto a Getúlio pela manutenção desse apoio, julgando tal atitude como a mais acertada. Foi incisivo nesse aspecto ao escrever para o irmão no início de julho de 1946, quando um acordo PSD-PTB no estado ficava cada vez mais difícil: “Será posta fora, lastimavelmente, talvez a última oportunidade para nós, do Rio Grande unido”. Na mesma carta, relatou o que Jobim, dias antes, teria lido: “Que se for governo, ele será teu amigo, mesmo porque só tem motivos de te ser grato. Lastima que Loureiro tenha impedido que o Rio Grande continuasse unido em torno de ti, como ainda, aliás, poderia voltar a ser”.<sup>140</sup>

Do lado dos petebistas, porém, os movimentos eram em outro sentido, particularmente em função das atuações de José Vecchio, de Dinarte Dornelles e de Loureiro da Silva. Suas articulações em favor da candidatura de Alberto Pasqualini se intensificaram em meados de 1946.<sup>141</sup> Quais seriam os motivos que os levaram a movimentarem-se na direção contrária à que orientava o “chefe de Itu”?

Até a fusão definitiva com a USB, já no contexto da campanha eleitoral em fins de 1946, havia dois tipos de dirigentes no PTB. Como mostramos no primeiro capítulo, o PTB foi fundado no Rio Grande do Sul, em 1945, por lideranças sindicais que antes integraram a chamada ala trabalhista do PSD. A eles agregar-se-ia, ao longo de 1946, um conjunto de “políticos profissionais” também originários do PSD, que atendiam diretamente às orientações de Vargas. Entre os últimos, destacam-se Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha.

Com a USB, comporiam os quadros petebistas, do mesmo modo, vários intelectuais progressistas – em grande parte profissionais liberais – adeptos das ideias de Pasqualini. Dinarte Dornelles, de acordo com Vecchio (1986: 72), era originário do PSD, mas, por sua trajetória de libertador, que o ligava a Pasqualini, participara algumas vezes da USB.

---

<sup>139</sup> GVc45.11.19/2.

<sup>140</sup> GVc46.07.07.

<sup>141</sup> *Correio do Povo*, 03/07/1946, p. 10.

Dessa maneira, em relação aos “políticos profissionais”, uma razão inicial para que tenham se articulado em prol da candidatura Pasqualini reside nas circunstâncias que envolveram sua transferência do PSD para o PTB. Aconselhada por Vargas, tal migração obedeceu ao intuito de fortalecer esta sigla para o pleito de 1947 no estado. Logo, seus movimentos – sobretudo no caso de Loureiro – visavam à estruturação do PTB gaúcho, mesmo que isso impusesse divergências com o partido de Jobim.

A nosso ver, uma prática relatada por Miguel Bodea deve ter constituído, muito provavelmente, um fator de discórdia. No transcurso de 1946 e princípios de 1947, graças ao trabalho persistente realizado por Loureiro e José Diogo, inúmeros políticos e até mesmo diretórios inteiros teriam se trasladado do PSD para o PTB, em um movimento lento mas constante. Entre outros, incluía-se aí o estancieiro são-borjense João Goulart, que, filiado ao PSD em 1945, igualmente mudara de partido (Bodea, 1992: 30).

Ademais, o exame das correspondências trocadas por figuras próximas a Getúlio aponta que os petebistas estavam descontentes quanto ao tratamento que seus correligionários recebiam da cúpula pessedista, especialmente devido à divisão de cargos na interventoria. A esse respeito, a carta abaixo, enviada em 25 de fevereiro de 1946 por Dinarte ao filho de Getúlio, Manuel Antônio (conhecido como Maneco Vargas), é exemplar:

Manuel Antônio,  
 Unicamente a título de informação mando o seguinte:  
 Depois da publicação da última nota do PSD tenho recebido inúmeros pedidos de esclarecimento dos diretórios do interior a respeito do apoio ao Walter.  
 Acham eles que sendo este candidato do PSD, que por todos os meios tem hostilizado o PTB, não é aconselhável o apoio pretendido.  
 Há muita gente resolvida a abandonar o PTB se isso se concretizar.  
 Não querem um partido para trabalhar unicamente por candidatos de outro partido. O governo do Rio Grande está mais intransigente que o próprio Dutra. Não entregou ao PTB nem a prefeitura de Carazinho, onde tivemos grande maioria. Acho que nesse município, de acordo com o que de lá mandam dizer, o partido se esfacelará se insistirmos no Walter. O mesmo acontecerá em alguns outros.  
 Mandem dizer algo. Estou apertado.  
 Um abraço do Dinarte<sup>142</sup>

Em função da “hostilidade” pessedista, portanto, germinavam no PTB atitudes de recusa a um eventual apoio. Mas se os políticos petebistas de Porto Alegre e do interior do estado sentiam-se desprestigiados na distribuição dos cargos na interventoria e na nomeação de prefeitos, as razões dos sindicalistas liderados por Vecchio e Sanson iam um pouco além.

<sup>142</sup> GVc46.02.25/1.

Apoiemo-nos no depoimento de Vecchio para entender porque essa ala do partido rejeitava uma aproximação com o partido de Walter Jobim.

Desde quando integravam a ala trabalhista do PSD, em 1945, os sindicalistas já identificavam nesse partido contornos conservadores. Sobre sua permanência no PSD, Vecchio teria dito a Sanson: “Vamos servir só de máquina de bater palma para meia dúzia de políticos corrompidos que se vêm aproveitando do prestígio do Getúlio e do irmão do Getúlio, para nos botar o pé no pescoço” (Vecchio, 1986: 52). Em fins de novembro de 1945, já fundado o PTB no Rio Grande do Sul, seus dirigentes, apesar de contrariados, julgaram que seria melhor acatar a proclamação de Vargas para que os trabalhistas aderissem à candidatura presidencial do general Dutra, pois temiam perder o apoio do ex-ditador se não o fizessem. Eles viam em Dutra um dos responsáveis pelo golpe a partir do qual teve fim o Estado Novo. Vecchio conta que, na mesma ocasião em que decidiram seguir a orientação de Getúlio, propôs que fosse lançado o nome de Alberto Pasqualini como candidato a governador. Procurava, com isso, evitar uma proclamação semelhante, pró-PSD, quanto à futura eleição para o governo gaúcho. Sua proposição teria sido aplaudida e aprovada (Vecchio, 1986: 60).

Embora Pasqualini ainda não integrasse o PTB, ele era visto por aquele grupo de sindicalistas como integrante de uma “elite avançada”. Questionado sobre o porquê da opção por Pasqualini, disse Vecchio: “Porque não tínhamos outro que se aproximasse de nós. O Pasqualini era socialista, mas era um socialista tipo trabalhista (...) Era um homem avançado!” (Vecchio, 1986: 61). Na avaliação dele, o partido, para que se viabilizasse eleitoralmente, necessitava transpor os marcos de sua formação inicial. Por isso, conclui:

E eu, quando fiz aquilo, disse: ‘Bom, agora o Pasqualini vem, é uma elite também, e nós vamos botando todos aqui dentro, vamos puxando todos e vamos depois começar a fichá-los dentro do partido. Quer dizer que PTB, trabalhistas, quemistas e USB se vão fundir em um só organismo político. Aqui está uma elite formada para enfrentarmos as eleições de 47’. E foi o que aconteceu (Vecchio, 1986: 63).

Isto posto, voltemos à atuação de Vargas. Como antes dissemos, ele era um político que gozava de grande prestígio popular no pós-Estado Novo, notadamente entre os trabalhadores, tendo acumulado enorme volume de capital político. Por essa razão, dois fatores estavam em disputa por PSD e PTB a nível local: de um lado, a liderança pessoal do ex-presidente, de outro, qual deles teria melhor sintonia com o movimento de opinião pública favorável à sua imagem, ou seja, quem estaria mais bem vinculado ao getulismo.



Tomemos como exemplo o lançamento da candidatura de Vargas ao governo gaúcho por parte de alguns líderes e militantes petebistas entre agosto e início de setembro de 1946. Ao redor desse objetivo, um comício chegou a ser realizado em Santa Maria.<sup>143</sup> Em viagem a Porto Alegre, nos primeiros dias de setembro, Vargas negou com veemência tais cogitações. Questionado em uma entrevista sobre os objetivos da viagem, o senador respondeu, sem esclarecer: “Vim a serviço”.

Durante sua estada na cidade, Vargas manteve postura ambígua acerca das articulações políticas estaduais, inclusive recebendo integrantes de ambos os partidos. No entanto, sua visita apenas à sede do PTB, oportunidade em que declarou a necessidade de os trabalhadores “se organizarem em partidos com programas concretos”,<sup>144</sup> foi referida pelo jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, conforme reprodução do *Correio do Povo*:

A viagem do Sr. Getúlio Vargas ao sul parece contudo estar criando uma atmosfera de novas relações entre o PTB e o PSD. O fato de o senador rio-grandense haver recebido homenagens exclusivas do PTB, a visita que fez unicamente à sede desse partido, os termos do discurso que proferiu, tudo isso está a indicar a marcha do Sr. Getúlio Vargas no sentido do Partido Trabalhista, não excluída, é bom acentuar, a hipótese de representarem essas circunstâncias manifestações comuns ao gosto do senador rio-grandense.<sup>145</sup>

Ainda em setembro seria ventilada no PTB a possibilidade de Loureiro da Silva vir a ser candidato a governador pelo partido.<sup>146</sup> A edição do dia 25 de setembro do *Correio* é singular para a compreensão do que até agora argumentamos, uma vez que os dois partidos atribuíram-se ali o apoio do ex-presidente. Dizendo-se “um simples soldado do partido”, por meio de entrevista Loureiro contestou uma possível candidatura sua: “Quando ingressei nas hostes do PTB (...) limitei-me tão somente a cumprir as determinações do meu grande chefe Getúlio Vargas, isto é, reestruturar o PTB, dar-lhe consistência política, unidade de ação e uma consciência partidária definida”. Afirmando não ter dúvidas de que Vargas iria apoiar os candidatos petebistas no pleito de 1947, sobre as chances de vitória do partido, argumentou: “Se as massas trabalhadoras se arregimentarem e seguirem a palavra de Getúlio Vargas, não resta a menor dúvida de uma vitória”.<sup>147</sup>

Na mesma página, uma reportagem deu conta de informações obtidas acerca de uma reunião realizada pelo Diretório Estadual do PSD. Na ocasião, teria sido tratada a recente

<sup>143</sup> *Correio do Povo*, 25/08/46, p. 24.

<sup>144</sup> *Correio do Povo*, 03/09/1946, págs. 04 e 14.

<sup>145</sup> *Correio do Povo*, 08/09/1946, p. 16.

<sup>146</sup> *Correio do Povo*, 24/09/1946, p. 06.

<sup>147</sup> *Correio do Povo*, 25/09/1946, p. 10.

passagem de Getúlio por Porto Alegre, quando ele teria encaminhado ao partido “demarches no sentido de uma pacificação da política rio-grandense, reafirmando seu propósito de apoiar a candidatura Walter Jobim à presidência do estado (...)”. Seria esse, aliás, o “serviço” que motivou sua vinda? De qualquer modo, prosseguiu a matéria discorrendo a respeito das eleições vindouras. Informou sobre indícios convergentes de que PSD e PTB visavam a um mesmo candidato à vaga da terceira senatoria rio-grandense: Alberto Pasqualini. Com isso, obviamente a tentativa pessedista era neutralizar a ala do PTB favorável ao nome de Pasqualini para governador, ampliando bastante as possibilidades de acordo entre os dois partidos. Questionado no dia seguinte, Pasqualini, a exemplo de Vargas, foi ambíguo em sua resposta, dizendo entender a lembrança de seu nome apenas como manifestação de amizade.<sup>148</sup>

Em suma, os movimentos eram contrários. Enquanto a estratégia pessedista era o acordo com o PTB, no que tinham a concordância de Getúlio, os petebistas – liderados principalmente por Loureiro, Dinarte e Vecchio – articulavam-se pela candidatura própria.<sup>149</sup> Mas quais seriam as razões que pautaram essa atuação de Vargas em favor de apenas uma candidatura, e, nesse caso, a opção por Walter Jobim? Um primeiro motivo seria o de que muito cedo o pessedista foi indicado para disputar o cargo, já em julho de 1945, durante a Convenção Estadual do seu partido. Além disso, a candidatura que encontrava crescente acolhida entre os petebistas desde fins de 1945 era a de Alberto Pasqualini, justamente aquele ex-secretário do Interior que, como vimos, levantou-se em muitos momentos contra o regime do Estado Novo.

Acreditamos, contudo, que os motivos de Vargas estavam igualmente relacionados a um horizonte político mais amplo. Em suas memórias, Sereno Chaise, na época integrante

---

<sup>148</sup> *Correio do Povo*, 26/09/1946, p. 10.

<sup>149</sup> Nesse sentido, é relevante a nota publicada pela Executiva Estadual do PTB: “Reuniu-se hoje à tarde a Comissão Executiva Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, a fim de examinar a situação política regional, em face dos recentes acontecimentos, tendo deliberado tornar público que resolveu: 1º – Declarar que as tentativas de envolver o PTB como interessado em conchavos políticos não passam de manobras de adversários, concitando, por isso, o eleitorado trabalhista a não dar o menor crédito a tais rumores; 2º – Reafirmar que dos responsáveis pela direção do partido não foi e nem será sugerida proposta de acordo a qualquer corrente política; 3º – Declarar que o partido volta-se, inteiramente, à defesa dos interesses das classes trabalhadoras, não fazendo, por isto, política de imediatismo por negociações em nome de cargos ou posições. Entretanto, se porventura foram apresentadas propostas que visem os interesses das classes trabalhadoras estas serão recebidas e estudadas pelos órgãos competentes; 4º – Repelir, formalmente, declarações de pseudos correligionários que, em benefício de outras correntes políticas, pretendem dar a entender que os membros da Comissão Executiva estiveram ou estão interessados em acordos, numa inqualificável tentativa de estabelecer a desconfiança do eleitorado trabalhista. Porto Alegre, 28 de setembro de 1946. José Vecchio, Presidente; Affonso de Assumpção Vianna, Secretário Geral”. *Correio do Povo*, 29/09/1946, p. 24.

da Ala Moça do PTB<sup>150</sup>, aduz a ideia de que Getúlio, a partir do imediato momento em que fora retirado do poder, em 1945, imbuíu-se do propósito de voltar ao governo. Para tanto, considerava fundamental o apoio do PSD. Nas palavras de Chaise:

No PSD, Getúlio tinha muitos amigos. Além disso, era o partido mais forte, dos grandes empresários, dos políticos de renome e, se não bastasse, do presidente do Brasil, o general Dutra (...) Como é que ele ia romper com tudo por um partido como o PTB, que era uma promessa ainda, composto por um grupo de sindicalistas e de estudantes inexperientes? Como é que o velho ia largar um transatlântico para subir em uma canoinha? (Klöckner, 2007: 17).

Dessa maneira, o que estava em jogo naquele momento – e isso as articulações e os movimentos de Vargas ajudam a revelar – era mais do que a definição de uma candidatura ao executivo estadual. Estava em jogo o próprio processo de reorganização partidária no Rio Grande do Sul, ou seja, as posições que muitos daqueles agentes passariam a ocupar de agora em diante. No caso de Getúlio, seu projeto situava-se em âmbito nacional, e em seu horizonte político a *razão de ser* do PTB era dar-lhe sustentação para um possível retorno à presidência, agora pela via eleitoral. O PTB era o partido nascido *dele e para ele*, mas não tinha força suficiente para sozinho respaldá-lo nas urnas. Assim, estamos de acordo com as considerações de Thomas Skidmore (1975: 103) a respeito da estratégia de Vargas em nível nacional: “manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB”. É principalmente nesses termos que se deve compreender as razões de sua atuação em favor de um acordo PSD-PTB para as eleições de 1947 no Rio Grande, bem como sua opção por Walter Jobim.

Todavia, no estado sulino, o curso dos acontecimentos fugiria ao controle do ex-presidente. No decorrer de outubro de 1946, ocorreram os preparativos para as convenções do PSD e do PTB. Oficialmente, permanecia indefinida a posição petebista quanto às candidaturas majoritárias. Vargas, a essa altura, buscava intermediar uma negociação que envolvesse termos mais específicos, como a composição numérica das chapas ou a divisão de cargos ante uma provável vitória.

Através de uma sequência de cartas e telegramas trocados entre Dinarte, Pasqualini, Protásio e Getúlio, pode-se acompanhar aquela que foi a derradeira tentativa de acordo.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> A Ala Acadêmica do PTB, surgida nos primeiros meses de 1946, passou a ser chamada posteriormente de Ala Moça.

<sup>151</sup> Documentos reunidos em: GVc46.10.28/1, GVc46.10.28/2, GVc46.10.28/5 e GVc46.10.29/2.

Uma proposta petebista exigindo, entre outras coisas, a inclusão de 15 nomes seus em uma chapa comum à deputação, a indicação do concorrente ao Senado, duas secretarias de Estado (Educação e Cultura e Assistência Social) e a concessão ao PTB da terça parte das prefeituras em que os prefeitos fossem de nomeação, foi recusada pelo PSD.<sup>152</sup> A contraproposta do partido de Jobim, por sua vez, assentava-se em termos bem mais modestos, como informou Pasqualini a Vargas no dia 29 de outubro. Ela excluía a possibilidade de uma chapa comum à deputação e condicionava as secretarias ao contingente eleitoral petebista.

Nesse mesmo dia, Dinarte enviou telegrama ao primo:

Senador Getúlio Vargas  
São Borja  
Partido Trabalhista julga ridícula contra proposta. Iniciaremos campanha imediatamente. Tempo não comporta mais protelações. Aguardamos urgente sua palavra. Temos como por certa nossa vitória. Abraços.  
Dinarte<sup>153</sup>

Getúlio, diante do impasse, escreveu para o irmão:

Dr. Protásio Vargas  
Porto Alegre  
Contra proposta PSD inaceitável. Meu sincero desejo conciliação não deve ser confundido; receio enfrentar luta. Confio tua ação. Abraços. Getúlio Vargas<sup>154</sup>

Tais palavras demonstram que, para o senador, o entendimento almejado não deveria ser confundido com uma simples imposição. No PTB estavam inúmeras figuras que lhe eram de fato fiéis, e não seria conveniente que saíssem em excessiva desvantagem de uma negociação com o PSD. Protásio precisaria agir no sentido de contornar a situação.

Entretanto, a candidatura de Pasqualini a governador, há meses acalentada, agora se tornava quase irreversível. Insatisfeito, Vargas veio a Porto Alegre no início de novembro, procurando intervir pessoalmente nos assuntos políticos. Hospedado na Granja do Esteio, fazenda de Osvaldo Kroeff, o senador manteve reuniões com líderes das duas siglas. Em

---

<sup>152</sup> É difícil precisar quem formulou os termos da proposta petebista. O certo é que ela teve o aval de Getúlio antes de ser encaminhada ao PSD. Ademais, pode-se conjeturar que eram alguns dos “políticos profissionais” aqueles que ainda consideravam a hipótese de um acordo. Conquanto Pasqualini fosse um dos negociadores, os pasqualinistas e os sindicalistas mantinham-se contrariados em relação ao apoio a Walter Jobim.

<sup>153</sup> GVc46.10.29/2.

<sup>154</sup> *Ibid.*

paralelo, a imprensa divulgava declarações de Vecchio e Loureiro sobre a impossibilidade do acordo.<sup>155</sup>

Sereno Chaise participou de uma dessas reuniões, e sua narrativa ilustra muito bem o clima imperante. Segundo ele, por volta de 40 petebistas foram ao encontro do ex-presidente, que os atendeu na frente da casa, no gramado. Formou-se um círculo, com Vargas no meio. Recorda Chaise:

De repente, fez-se silêncio, e o José Vecchio, comandante do PTB, iniciou entusiasmado um *speak*, como se chamavam os discursos em inglês: ‘O PTB não abria mão de candidatura própria, que o Pasqualini era nossa alternativa, etc., etc.’. Getúlio, ali no meio, mirou os olhos para um lado, para o outro... Fez-se novamente silêncio, e achamos que ele ia falar alguma coisa. Deu alguns passos e furou a roda, caminhando em direção à casa, sem dar um simples alô. Ficamos todos parados, olhando. Ele chegou ao alpendre, onde estava uma guriazinha. Pegou-a no colo, deu uma maçã para ela e ficou lá. Nem nos olhou mais. Ninguém, naquele momento, entendeu nada. Sequer havíamos recebido um cumprimento dele... quanto mais um sim ou um não...” (Klöckner, 2007: 16-17).

No dia 09 de novembro, Hugo Borghi e Baeta Neves, dirigentes nacionais do PTB, chegaram de forma inesperada à capital gaúcha. Somando-se a lideranças locais, entre as quais Loureiro, Dinarte, Vecchio, Assumpção Vianna, Egydio Michaelson e Ajadil de Lemos, eles convenceriam Getúlio a presidir a segunda Convenção Estadual do partido, marcada para os dois dias seguintes.<sup>156</sup>

O ponto alto da convenção trabalhista foi sua sessão de encerramento, realizada no Teatro São Pedro. Na oportunidade, coube a Loureiro da Silva fazer o lançamento oficial da candidatura Pasqualini. Ao mesmo tempo, referindo-se a Vargas, asseverou: “A presença de V. Excia. neste importante conclave marca um momento histórico. Define uma orientação. Quer dizer que V. Excia., como um dia prometeu, e que nunca deixei de crer, não decepcionou àqueles que confiaram”.<sup>157</sup> Nas entrelinhas, a fala de Loureiro incluía uma tentativa de colocar o ex-ditador contra a parede.

Getúlio, no entanto, foi mais ambíguo do que nunca em seu pronunciamento: “Não importa quem seja o construtor da felicidade do Rio Grande. O importante é que ela seja construída”. E ainda: “Os dois candidatos são dignos e representam suas correntes com um

<sup>155</sup> *Diário de Notícias*, 08/11/1946, p. 10; 09/11/1946, p. 10.

<sup>156</sup> *Correio do Povo*, 10/11/1946, p. 24.

<sup>157</sup> *Diário de Notícias*, 12/11/1946, p. 11.

passado de serviços ao povo. Walter Jobim, nobre caráter (...) Alberto Pasqualini, um idealista empolgado pela bondade humana”.<sup>158</sup>

Diante da indefinição, que se encerraria somente no final de novembro, como veremos no capítulo seguinte, os opositores ridicularizavam Vargas com panfletos parafraseando a conhecida frase de 1945: “Ele disse: vote em Alberto Jobim e Walter Pasqualini!”.<sup>159</sup>

O essencial, de todo modo, é que a candidatura de Alberto Pasqualini estava agora oficializada. A crescente aproximação entre os getulistas pragmáticos e os doutrinários, iniciada ainda no ano anterior e levada a termo no transcorrer de 1946, conduziu o PTB gaúcho por um caminho alternativo naquele processo eleitoral. A campanha pasqualinista ao governo do Rio Grande constituía o próximo passo.

---

<sup>158</sup> *Ibid.*

<sup>159</sup> Com base na entrevista de Lidovino Fanton, ex-assessor de Pasqualini, concedida a Bodea (1992: 38).

### **3. O PTB GAÚCHO E SEUS ADVERSÁRIOS NO JOGO POLÍTICO: PLATAFORMAS, PROPAGANDAS E RESULTADOS ELEITORAIS**

Quais foram os aspectos que marcaram a primeira campanha eleitoral ao governo do Rio Grande do Sul no pós-Estado Novo? Que elementos balizaram a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no pleito estadual de janeiro de 1947? Como mostramos anteriormente, a disputa pelo voto representava um desafio novo colocado aos agentes naquele momento. Na democracia que se inaugurava, eles teriam que lidar, por exemplo, com um cenário de ampliação da participação política formal, inclusive e em especial no caso dos trabalhadores urbanos. Sob pena de perderem o eventual respaldo dos assalariados nas urnas, os nascentes partidos não poderiam desconsiderá-los em suas propostas e discursos. Assim, atentos a tal contexto é que buscaremos, neste capítulo, responder às perguntas acima.

Já vimos, também, os contornos da formação do PTB gaúcho. Fundado por um grupo de sindicalistas getulistas, muito cedo contou com o apoio de um setor progressista da elite intelectual e política local, além do ingresso de “políticos profissionais” que atendiam diretamente às orientações de Vargas. Juntos, eles conduziram a sigla à participação com candidatura própria nas eleições estaduais em questão.

O PTB, forjado desde o interior do Estado Novo, nasceu vinculado ao getulismo e abarcou a institucionalização da ideologia trabalhista “inventada” durante a vigência daquele regime ditatorial. Entretanto, o trabalhismo petebista, como resultado de sua trajetória no decorrer dos anos e do surgimento de novos expoentes, extrapolou seu sentido original e constituiu-se em um projeto para o país. Segundo Lucilia Delgado,

O trabalhismo como experiência histórica realizou-se através de um entrecruzamento de ideias, concepções, proposições e práticas que se converteram em códigos e signos, fortemente ancorados em um discurso que traduzia as expectativas e proposições dos próprios trabalhistas e de expressivo segmento da população brasileira. Mas efetivou-se, principalmente, por práticas políticas e sociais que amalgamaram à realidade seus projetos apresentados sob a forma de discurso. Ou seja, o trabalhismo só alcançou a dimensão e a projeção que marcaram sua história nos anos 50 e 60, por não apresentar um discurso descolado da realidade, mas sim por ter incorporado à prática política de seus adeptos as proposições que constituíam o suporte de seu programa (Delgado, 2001: 193-194).

Vale salientar que o PTB foi a forma de organização por excelência do trabalhismo brasileiro no pós-45. Nesse sentido, os enfrentamentos eleitorais levados a cabo pelo partido compuseram, não resta dúvida, parte crucial da prática trabalhista. A nosso ver, uma eleição configura tanto um momento privilegiado para a criação de símbolos políticos quanto uma possibilidade – ou necessidade – de formular discursos e propostas que atendam às demandas reais de segmentos da população.

Portanto, examinaremos adiante a propaganda e a plataforma petebistas no transcurso da campanha para o pleito de 1947. Fundamentados por elementos da teoria bourdieusiana do campo político, procuraremos identificar o tipo de capital que o partido então acumulou. Igualmente, visando a melhor compreender a atuação dos agentes, a análise levará em conta a dinâmica de concorrência que caracteriza o campo. Ou seja, além de atender a demandas concretas da sociedade gaúcha, a propaganda e a plataforma do PTB tinham de ser elaboradas considerando, do mesmo modo, o permanente jogo de oposições e distinções efetuado entre os adversários.

O pleito de 1947 foi uma espécie de apresentação dos partidos ao povo do Rio Grande do Sul. Muitas das ideias ali lançadas continuariam repercutindo ao longo de boa parte do período democrático sustado pelo golpe civil-militar de 1964. Aquele processo eleitoral também circunscreveu o tempo da estreia, na vida política, de inúmeras lideranças que em breve se destacariam nos âmbitos regional ou nacional. Uma delas, inclusive, chegaria a ocupar o cargo máximo da República.

### 3.1. A CAMPANHA ELEITORAL

Em meados de novembro de 1946, os três concorrentes ao governo gaúcho já haviam sido oficializados. A campanha eleitoral começava agora a ganhar tons mais definidos. Os roteiros dos candidatos pelo interior do estado adquiriam maior frequência, sempre seguidos de *a pedidos* nos jornais destacando as “estrandosas” recepções que lhes eram oferecidas nos diferentes lugares. Seus discursos e plataformas também passavam a ser seguidamente publicados.

Em linhas gerais, pode-se dizer que os temas essenciais da retórica de Décio Martins Costa (UDN-PL), durante a campanha, eram o antigetulismo, a defesa das liberdades



democráticas, o anticomunismo e a aclamação dos valores cristãos. No seu discurso de lançamento, em referência ao Estado Novo, por exemplo, afirmou ele: “Vencido o pesadelo de 8 anos, aqui nos encontramos vigilantes como sempre, pertinazes e obstinados na prossecução da rota democrática”.<sup>160</sup> De sua plataforma, a propaganda divulgada pelo PL estampava a seguinte passagem: “Porque em verdade, o problema primacial, não resolvido no Brasil, continua sendo o político, ainda que tenha a subestimá-lo os demagogos de todos os matizes”.<sup>161</sup>

Já o pessedista Walter Jobim tinha como eixos fundamentais de sua plataforma as questões infra-estruturais do Rio Grande do Sul. Beneficiado pela intrínseca vinculação de seu partido com a máquina administrativa local, o concorrente apresentava-se como o único que poderia dar continuidade aos planos setoriais que vinham sendo executados no estado, notadamente três deles: o Plano Rodoviário (iniciado em 1938 sob o comando do próprio Walter Jobim), o Plano de Saneamento Urbano (iniciado em 1943) e o Plano de Eletrificação (datado de 1945, mas em fase de implementação).<sup>162</sup> Este constituía a grande proposição de Jobim, como ilustra sua propaganda:

O Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul, que só a cegueira partidária pode negar; que é uma bandeira de redenção econômica do estado, que porá o trabalho gaúcho sob novas condições de progresso e rendimento; que solucionará crônicos problemas da indústria rio-grandense – o Plano de Eletrificação é um dos pilares fundamentais da obra administrativa a ser realizada pela clarividência de Walter Jobim.

Os adversários, entretanto, fazem questão de pouco falar sobre esse plano. Nem sempre silenciam de todo, porque parece que temem a enormidade do contra-senso. Porque enorme contra-senso é que é negar este plano.<sup>163</sup>

Nessa perspectiva, aprofundemos o exame da campanha eleitoral de Alberto Pasqualini, buscando entender quais foram suas principais propostas e em que medida elas atenderam à dinâmica de concorrência característica do campo político.

<sup>160</sup> *Correio do Povo*, 28/11/1946, págs. 04, 05 e 10.

<sup>161</sup> *Correio do Povo*, 03/12/1946, p. 05.

<sup>162</sup> A respeito do planejamento setorial no Rio Grande do Sul, ver: Dalmazo (1992: 51-66).

<sup>163</sup> *Correio do Povo*, 28/12/1946, p. 06.

### 3.1.1. “De pé pelo Rio Grande com Alberto Pasqualini!”<sup>164</sup>

Poderia parecer, à primeira vista, que trabalhismo e capitalismo são posições antitéticas. Não obstante, nossa atitude perante o regime capitalista é clara e definida: não somos contra o capital privado, não o combatemos e não pretendemos suprimi-lo, porque entendemos mais conveniente que a coordenação dos meios de produção continue sendo de iniciativa privada. Pensamos ainda que não se deve procurar instituir um regime onde se tente o bem-estar material com o sacrifício da liberdade, que é o supremo bem. Mas, julgamos também que essa liberdade não pode e não deve ser usada para oprimir as massas proletárias ou para negar-lhes o direito elementar de viver ao abrigo da necessidade, de viver com decência, com conforto e com um pouco de alegria que não deve estar ausente em nenhum coração humano (...).<sup>165</sup>

A passagem acima é parte do primeiro discurso proferido por Alberto Pasqualini na condição de candidato a governador do Rio Grande do Sul, durante a segunda Convenção Estadual do PTB. No trecho estão sintetizados alguns aspectos importantes da postura do concorrente naquele momento. A expressão “trabalhismo”, por exemplo, era ineditamente utilizada por Pasqualini como sinônimo de elementos do ideário que ele próprio vinha formulando. A seu ver, o sistema capitalista deveria assumir um sentido mais solidário, ancorando-se em uma lógica distributiva. Isso não implicaria, no entanto, abdicar de normas democráticas quanto ao funcionamento da sociedade. A liberdade, sobretudo em sua vinculação com a democracia – mas também na acepção mais ampla do termo –, era por ele exaltada como “o supremo bem”.

Para uma melhor compreensão, precisamos ter em conta as posições de Pasqualini a respeito do Estado Novo: por um lado, dizia-se defensor dos princípios sociais do regime; por outro, condenava seu caráter autoritário e centralizador. Assim, em seu discurso, a menção à ideia de liberdade encerrava, entre outras coisas, uma crítica à ditadura de Vargas. Pode-se presumir, dessa maneira, a contrariedade do ex-presidente que, presente à convenção do PTB, além de assistir ao lançamento de uma candidatura alternativa, a ele praticamente imposta, ainda teve de ouvi-la criticá-lo.

Desde fins de 1945, conforme mostramos no segundo capítulo, o lançamento de Pasqualini a governador era almejado por inúmeros petebistas, em particular pelo grupo

<sup>164</sup> Slogan de campanha utilizado em diversos *a pedidos* do PTB nos jornais.

<sup>165</sup> “Discurso do candidato do PTB”, *Correio do Povo*, 12/11/1946, págs. 04 e 24. In: SIMON, Pedro (Org.), *Op. Cit.*, p. 23. (Volume 2)

ligado a José Vecchio. Os sindicalistas, de fato empenhados na construção do PTB, avaliaram os prejuízos que a sigla teria se permanecesse a reboque de um partido conservador como o PSD. Por isso, apesar de adeptos do getulismo, contrariaram a orientação do “chefe de Itu” e investiram esforços na aproximação com um setor “avançado” da elite intelectual gaúcha, que tinha exatamente no ex-secretário do Interior e Justiça seu representante político de maior expressão.

Nessa direção, no começo de novembro de 1946, PTB e USB divulgaram um programa comum a ser defendido ao longo da próxima campanha ao executivo estadual.<sup>166</sup> Tal programa, dias depois referendado pela convenção petebista, tornou-se a base da plataforma eleitoral de Pasqualini. Estruturado em 20 tópicos, seus pontos principais eram os seguintes:

- (a) nas suas relações com as empresas privadas, o Estado não deveria considerar o capital como mero instrumento produtor de lucro, mas sim como meio de expansão econômica e de bem estar coletivo, observando-se que somente sob tais condições essas empresas receberiam estímulo e apoio do poder público;
- (b) a ampliação e o melhoramento das vias de comunicação e a solução do problema dos transportes configurariam temas fundamentais da futura administração estadual;
- (c) o governo prestaria auxílio eficaz às cooperativas e associações de trabalhadores legalmente reconhecidas;
- (d) o Estado incentivaria a produção de gêneros de primeira necessidade, a fim de barateá-los à população, podendo instalar granjas cooperativas nas proximidades dos grandes centros consumidores;
- (e) haveria a ampliação dos serviços de assistência às populações rurais, com o objetivo de facilitar-lhes o acesso aos meios de produção e de trabalho e proporcionar-lhes conforto e bem estar, evitando a fuga do campo e a emigração dos colonos. Para tanto, deveriam ser multiplicadas as escolas públicas, eficazmente auxiliadas as particulares e disseminadas escolas técnico-agrícolas; estimulado o cooperativismo; instaladas estações de máquinas e equipamentos, postos de distribuição de insumos agrícolas e depósitos para armazenamento da produção; melhoradas as vias de comunicação e organizados serviços de assistência técnica e médico-hospitalar;

---

<sup>166</sup> *Diário de Notícias*, 10/11/1946, págs. 07 e 24.

(f) diminuição ou mesmo isenção de determinados impostos a operários urbanos ou trabalhadores rurais. Logo que as condições orçamentárias do Estado permitissem, seria extinto o imposto sobre vendas e consignações pago pelo colono. Igualmente, reduzir-se-ia de forma gradativa, até a total extinção, o imposto incidente sobre a produção agrícola;

(g) a receita do imposto sobre vendas e consignações teria de ser exclusiva e integralmente aplicada em obras e serviços de assistência social. Os recursos dessa verba seriam ampliados de acordo com a capacidade contributiva das classes mais favorecidas;

(h) o Estado, no limite de suas possibilidades, e em conexão com iniciativas de igual natureza, promoveria a organização do crédito popular destinado ao financiamento, sem juros, da casa própria, das cooperativas de consumo de trabalhadores e das cooperativas de produção agrícola formadas por pequenos agricultores ou colonos. Nas mesmas condições, poderiam ser financiadas a construção de habitações para trabalhadores, a aquisição de pequena propriedade rural e também os demais meios de produção. Os fundos viriam, quer da verba de assistência social, quer de outras contribuições mais tarde instituídas;

(i) prover-se-ia a universidade dos necessários recursos para seu reaparelhamento e para o contrato de cientistas, técnicos e especialistas de renome, a fim de preparar professores e transformá-la em centro de pesquisas técnico-científicas e de expansão cultural;

(j) a administração pública teria de ser exercida imparcialmente no interesse exclusivo da coletividade, desvinculada de quaisquer injunções partidárias, estranhas ao programa de administração. O estado e os municípios ampliariam as garantias e os serviços de assistência aos seus funcionários, exigindo de cada um, contudo, o exato cumprimento de suas obrigações funcionais.

Tal conjunto de propostas estava claramente apoiado nos textos de fundação da USB (o Manifesto e o Programa). Os eixos principais do programa agora divulgado eram muito próximos daqueles estabelecidos nos documentos de fundação da entidade, notadamente em relação aos seguintes pontos: amparo e assistência aos trabalhadores em geral (do campo e da cidade); socialização parcial dos lucros, efetuada por meio da taxação dos mais ricos; e

criação de um sistema de crédito com caráter social. Essa tríade irá compor a estrutura dorsal da pregação pasqualinista durante todo o processo eleitoral, conforme veremos.

Assim, apresentada a plataforma básica e oficializada a sua candidatura, a campanha de Pasqualini a governador precisava agora ganhar as ruas. Seus apoiadores sabiam do grande desafio que seria enfrentar nas urnas uma agremiação tão poderosa como o PSD, composta por políticos influentes e beneficiada pelo controle da máquina administrativa local. Os petebistas deveriam agir com celeridade.

Sem demora, portanto, organizaram uma comissão central e variadas subcomissões para o comando da campanha. À frente da comissão central estavam José Vecchio, Arthur Fischer, Leocádio Antunes, Egydio Michaelsen, Leopoldo Machado, José Loureiro da Silva, Dinarte Dornelles, João Monteiro dos Santos e Tristão Sucupira Vianna. Na secretaria encontravam-se, entre outros, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, o economista Fernando Ferrari (já então integrante do PTB) e Nilo Ruschel. A arrecadação dos “fundos” de campanha ficou a cargo do empresário Aníbal di Primio Beck. Ao advogado e antes líder queremista Affonso de Assumpção Vianna coube a preparação dos comícios.<sup>167</sup>

As referências à candidatura Pasqualini, quer favoráveis ou contrárias, não tardaram a chegar. O lançamento do ex-secretário teve repercussão inclusive no centro do país. O *Correio do Povo* destacou, por exemplo, uma crônica do jornalista e político carioca Carlos Lacerda, um dos maiores adversários de Vargas. Segundo o periódico, “apesar das críticas candentes que faz indistintamente aos políticos brasileiros”, Lacerda teceu elogios a Pasqualini, lamentando, porém, sua aproximação com os getulistas. Nas palavras do político, conforme reprodução do *Correio*:

Mas o certo é que sua candidatura significa a exata compreensão dos problemas e das necessidades do povo gaúcho, ao qual a seção local da UDN não abre perspectivas, nem oferece uma saída (...) Pode ser que a convivência com os Borghi e a proteção de Rebeco [referência pejorativa a Vargas] venham a poluir o ímpeto renovador do senhor Pasqualini. Mas a significação de sua candidatura não poderia ser desfigurada, nem por palavras facciosas, nem por habilidades verbais que não modificam a realidade.<sup>168</sup>

Dias depois, viriam as declarações de Luiz Carlos Prestes a respeito do concorrente petebista. De acordo com o comunista, “o sr. Alberto Pasqualini foi adepto fervoroso da carta fascista de 37, que exaltou em prosa e verso e até em latim, demonstrando, assim, não

<sup>167</sup> *Correio do Povo*, 17/11/1946, p. 22.

<sup>168</sup> *Ibid.*

ser um democrata como o Partido Comunista desejaria que o fosse”. A ele, o ex-secretário respondeu: “Nada temos que ver com o Partido Comunista. Eles que defendam as suas ideias que nós defenderemos as nossas”. Quanto ao questionamento de Prestes em torno de suas convicções democráticas, disse Pasqualini: “Acredito que toda minha modesta atuação pública é um formal desmentido às suas afirmações. A essência do sentimento democrático reside no respeito à opinião alheia. Sempre segui invariavelmente essa norma, a ponto de jamais haver feito uma referência hostil a qualquer partido”.<sup>169</sup>

As manifestações de apoio ao candidato do PTB igualmente chegaram logo. Nos jornais, os *a pedidos* publicados pela sigla davam conta de inúmeros telegramas em solidariedade a Pasqualini, enviados dos mais diferentes lugares. Vejamos alguns: “DE SÃO SALVADOR, 6º Distrito de Montenegro – São Salvador, de pé pelo Rio Grande, felicita o ilustre patrício pelo lançamento de sua candidatura ao governo do Estado. É a voz do colono e do operário que se levanta para dizer que a vitória do vosso nome é uma esperança para o Rio Grande e uma conquista para o Brasil, porque significa a segurança de paz, de trabalho, de amor e de justiça”; “DE CAÇAPAVA – Solidariedades com a vossa candidatura a governador do Estado. Enviamos entusiásticos e calorosos cumprimentos pelo vibrante e patriótico discurso ontem pronunciado. Envidaremos todos os esforços no sentido de ver vitorioso nas urnas o vosso nome impoluto”; “DE NOVO HAMBURGO – O povo de Novo Hamburgo, reunido em praça pública, ouviu entusiasmado o seu discurso-plataforma. Congratulamo-nos com o grande líder pela sua vitoriosa candidatura. Unidos com Pasqualini até a vitória!”; “DE CARAZINHO – Saudamos o ilustre patrício pela magnífica mensagem transmitida ao povo. Ontem assistimos ao início da caminhada cívica na qual a eleição de 19 de janeiro, vitoriosa ou não, será um simples acidente necessário em meio da trajetória. Caminharemos juntos nessa gloriosa jornada”. Havia ainda telegramas de Porto Alegre, Venâncio Aires, Lagoa Vermelha, Pelotas, Pedras Altas, Bento Gonçalves, Alegrete, Erechim, Bagé, Triunfo, entre vários outros. Ao final de cada uma das mensagens, seguia-se uma lista com as assinaturas dos respectivos apoiadores.<sup>170</sup>

O primeiro grande comício do PTB realizou-se em 29 de novembro, no Largo da Prefeitura de Porto Alegre. Esse evento acabou por configurar um dos pontos mais altos da campanha pasqualinista, principalmente em função do inesperado pronunciamento feito por Vargas, que ali compareceu. O discurso do ex-ditador foi marcado por posições um tanto

<sup>169</sup> “Declarações em resposta a Luiz Carlos Prestes”, *Correio do Povo*, 23/11/1946, p. 10. In: SIMON, Pedro (Org.), *Op. Cit.*, p. 38. (Volume 2)

<sup>170</sup> *Correio do Povo*, 23/11/1946, p. 03; 26/11/1946, p. 03; 27/11/1946, p. 03.

radicais, em especial pelos fortes ataques que desferiu aos adversários. Criticando o que chamou de “democracia burguesa”, asseverou: “De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social”. Conquanto não citasse nominalmente as siglas, a referência às oposições coligadas (UDN-PL) era evidente. “Do outro lado”, continuou, “está o Partido Trabalhista Brasileiro, um verdadeiro partido nacional, integrado na comunidade do continente americano”. A seguir, Vargas carregou sua fala de acentuado tom antiimperialista, atribuindo o golpe de 29 de outubro aos “agentes da finança internacional, que pretende manter nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias-primas e compradora de mercadorias manufaturadas no exterior”.<sup>171</sup>

Tais palavras serão melhor interpretadas se tivermos em mente que o ex-ditador, a essa altura, lançava-se na tarefa de atrair ainda mais as massas populares, adotando uma perspectiva mobilizadora (Fausto, 2006: 161). Daí resulta, diga-se de passagem, sua nova escolha retórica, de filiação ao que então denominou como “democracia socialista”:

A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com o rótulo diferente e a mesma substância (...) A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade. E já que as nossas atividades na vida pública, por imposição legal, devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista.<sup>172</sup>

Com efeito, a recomendação de Getúlio para que os trabalhadores aderissem ao PTB não era novidade; ele já o fazia desde 1945. A diferença é que agora a bandeira antiimperialista e mesmo o socialismo – embora o termo soasse bastante vago em sua fala – passavam a integrar a argumentação varguista. Note-se que o antiimperialismo era um tema inexistente na retórica do próprio Pasqualini até aquele momento.

Mas se o ex-presidente radicalizara no conteúdo político de seu pronunciamento, surpreendendo a todos, foi uma súbita frase dita por ele, no entanto, que causou verdadeiro alvoroço nos petebistas gaúchos. Presentes ao comício, tanto Sereno Chaise, em suas memórias, quanto Antônio de Pádua, na entrevista a nós concedida, recordam que não

---

<sup>171</sup> *Correio do Povo*, 30/11/1946, p. 10.

<sup>172</sup> *Ibid.*

estava incluída no discurso original de Vargas, escrito com antecedência, qualquer resolução acerca das candidaturas de Jobim ou Pasqualini. No texto a ser lido, permanecia a postura pública ambígua dos últimos meses. Descreve Chaise: “O velho veio com um discurso datilografado, em espaço duplo. Ele era baixinho, e eu ia lendo antes dele. Tinha uma frase assim: ‘Alberto Pasqualini, filho ilustre, com um programa social realmente adequado para o estado’. Parava e vinha um parágrafo novo”. Porém, lembra o então integrante da Ala Moça do PTB, Getúlio “se entusiasmou, viu que o povo estava ali e incluiu, por conta própria, a frase, que não estava no discurso escrito: ‘É o candidato que eu indico’” (Klöckner, 2007: 18).

A nosso ver, é improvável que a frase resultasse apenas de um impulso do ex-ditador. Tratando-se de um político com tamanha experiência, é mais certo que a indicação de Vargas tenha derivado sobretudo de um cálculo que fizera ao longo do tempo, no qual pesaram aspectos como o grau de influência que ele poderia ter, dali em diante, sobre cada uma das siglas. No Rio Grande, a vinculação do PTB com o getulismo era claramente maior, a despeito inclusive da postura crítica de Pasqualini a esse respeito.

De qualquer modo, o essencial foi a ocorrência da tão almejada definição. Após o comício, de imediato o comando de campanha reuniu-se a fim de encaminhar a divulgação da fala de Getúlio. Duas comissões foram designadas por Vecchio para ir aos jornais. No dia seguinte, o *Correio* estampou a notícia: “*Declara o senador Getúlio Vargas: ‘Alberto Pasqualini é o candidato que eu indico!’*”.<sup>173</sup>

Isto posto, cabe ainda destacar o discurso de Pasqualini naquele comício. Ele se aproximou ao do ex-presidente no tocante às críticas aos adversários. O candidato sugeriu que a campanha eleitoral estaria operando uma “divisão de águas” na política do estado. “De um lado”, afirmou, “permanecem estagnadas as águas do passado (...) De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista, que cada dia mais cresce e cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças do povo”.<sup>174</sup>

O pronunciamento de Pasqualini dá a ver com muita nitidez o jogo de oposições e distinções de que se ocupam os agentes na luta política. Nessa direção, é possível mesmo identificar um encadeamento na construção dos argumentos do concorrente. Em primeiro lugar, como dissemos, ele preconizou a “divisão de águas” entre os partidos. Nas “águas do passado” estariam “as chamadas correntes tradicionalistas ou conservadoras”, correntes essas “que dão a entender, em suas proclamações eleitorais e em suas gazetas, que a miséria,

<sup>173</sup> *Correio do Povo*, 30/11/1946, p. 05.

<sup>174</sup> *Ibid.*



as aflições do povo e as profundas desigualdades sociais são ‘meras contingências da espécie’, isto é, uma fatalidade da natureza”. A seguir, Pasqualini apresentou-se como opositor de tal postura: “Nós não podemos aceitar essa concepção. Não podemos admitir essa lei do individualismo agressivo, porque seria ele a negação da justiça social e da solidariedade humana, a negação do direito e da moral, a negação da caridade e do próprio cristianismo”.

Assim, estabelecidos os termos mais amplos da distinção e nela situados os agentes, o petebista passou a atacar as posições dos adversários, rebaixando-as. Para tanto, lançou mão de elementos centrais e/ou objetivos das pregações dos demais concorrentes. Asseverou Pasqualini:

Uns, na ausência de uma doutrina e de uma orientação social objetiva e consistente, continuam a investir contra uma situação que já não existe, a debater temas exclusivamente políticos, a repetir, talvez não sem razão, que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Oxalá redobrem essa vigilância para que não se torne demasiadamente elevado o preço da liberdade. Outros, prometem grandiosos e louváveis empreendimentos materiais, barragens e usinas elétricas, que hão de alagar o Rio Grande de fartura e acender os fochos do progresso.

As críticas, em tom irônico, voltavam-se tanto para a candidatura de Décio Martins Costa (“uns”) quanto para a de Walter Jobim (“outros”). No caso do pessedista, cujas propostas giravam em torno quase que exclusivamente dos problemas infra-estruturais do Rio Grande do Sul (entre eles, o da eletrificação), Pasqualini foi ainda mais enfático:

Fora de qualquer discussão está também a necessidade prover o estado de energia motriz, a fim de acelerar o ritmo de seu desenvolvimento econômico (...) [Esse] É um problema de administração e não uma diretriz ou uma característica partidária. Seja o governo futuro pessedista, petebista ou coligadamente opositorista, terá que cuidar desse assunto e resolvê-lo do melhor modo possível. O que poderá variar será a forma de solução (...) Mas, só com barragens e usinas elétricas, não se resolvem os problemas econômicos e sociais do estado. A energia elétrica, sem dúvida, é um dos mais altos índices de civilização. Seríamos insinceros se o negássemos. Mas, se a força motriz se destina principalmente a movimentar fábricas e se as fábricas visam à produção de utilidades, de que adiantarão as usinas e as fábricas se a grande maioria do povo, pelo seu ínfimo padrão de vida, não puder adquirir essas mesmas utilidades?

A oposição entre as propostas deveria restar evidente. Sua candidatura distinguia-se das demais porque era a única que tinha alcance social. Jobim possuía um plano que se limitava a enfrentar as questões infra-estruturais do estado, mas não englobava os problemas econômicos e sociais de maior alcance. Dessa maneira, Pasqualini valia-se da combinação

entre seu capital político e elementos do programa petebista para arrogar-se o atributo de que apenas ele e seu partido ofereciam respostas concretas para aquela última pergunta.

De nada adiantariam as usinas e as fábricas se não fossem melhoradas as condições de vida do povo em geral, e dos trabalhadores em particular. Na pregação pasqualinista, era preciso democratizar o acesso aos bens econômicos, o que, no país, já havia sido conquistado em parte com a legislação social. Mas seria necessário adotar medidas que ampliassem essa democratização, quer na esfera nacional de ação, quer no âmbito em questão, do governo estadual. Daí a conclusão de seu discurso:

O governo do presidente Vargas deu aos trabalhadores todo o sistema de suas garantias. Aqui está agora o preclaro e eminente senador Getúlio Vargas para nos dizer, com a sua presença neste comício, que é necessário completar a extraordinária obra de nossa legislação social com outras medidas que assegurem o funcionamento não apenas de uma democracia política, mas também de uma democracia econômica.

Em resumo, a escolha retórica de Pasqualini articulava, naquele momento específico do jogo político, dois elementos fundamentais. Em primeiro lugar, ele reafirmava a condição de que seu partido era justamente o maior herdeiro do projeto trabalhista dos anos anteriores e, por decorrência, dos direitos sociais associados a tal projeto. O trabalhismo, nessa direção, era utilizado pelo candidato como uma ideia-força capaz de mobilizar segmentos do eleitorado, sobretudo porque remetia ao intervencionismo de um Estado protetivo. Lembremos que o trabalhismo, enquanto ideologia, foi produto do Estado Novo, quando passou a envolver um conjunto de ideias, práticas, crenças e símbolos comuns. Entre os aspectos principais que o caracterizavam, estavam tanto a dita remissão a um Estado interventor e protetivo quanto a vinculação desse modelo estatal, no caso brasileiro, à figura pessoal de Getúlio Vargas.<sup>175</sup> Contudo, é preciso deixar claro que Pasqualini, nos primórdios de sua atuação junto ao PTB, em relação a esses dois aspectos, realçava e defendia o primeiro, mas evitava, ao máximo possível, vinculá-lo a qualquer tipo de personalismo, mesmo o varguista. Por isso, acreditamos que o trabalhismo aparecia na retórica pasqualinista, naquela circunstância, mais como uma ideia-força dotada de amplo poder mobilizatório e menos como uma ideologia ou doutrina a orientar sua prática política.

Além da defesa dos direitos sociais, o candidato também preconizava a consecução de melhorias nas condições de vida do povo. Para ele, era necessário “completar a

---

<sup>175</sup> Esses dois aspectos são apontados por Gomes (2005: 38), além, evidentemente, de uma terceira característica: a vinculação da ideologia trabalhista, em seu nascedouro, a um modelo de organização sindical de extração corporativa.

extraordinária obra de nossa legislação social com outras medidas”. Exatamente aí surgia um segundo elemento central na escolha retórica de Pasqualini: sua plataforma era a única que atendia a esse objetivo, pois só nela constavam medidas de natureza distributiva e de assistência social. Com a ênfase, ficava subentendido que essa condição não era acidental, mas resultava, entre outros fatores preponderantes, do empenho que o próprio concorrente tivera, no decorrer de grande parte de sua trajetória intelectual, no rumo de formular um programa com tal caráter. Ele se valia, portanto, de sua imagem de intelectual progressista, ao mesmo tempo em que a reafirmava.<sup>176</sup>

É importante destacarmos, igualmente, a repercussão e as consequências do discurso de Vargas no jogo político. Ele abriu caminho para o terminante afastamento do PSD gaúcho em relação ao ex-ditador. Nos dias que se seguiram ao comício, houve uma reunião

---

<sup>176</sup> Os elementos de escolha retórica de Pasqualini restarão mais claros se nos reportarmos a um texto por ele publicado após o processo eleitoral, no livro *Bases e sugestões para uma política social*, de 1948. Seu título é “*Partidos políticos e objetivos do trabalhismo*”. Nele, o autor refletiu, entre outras coisas, sobre o próprio processo eleitoral de 1947 e também acerca do programa do PTB. Argumentou que, pelo fato de o partido não ter surgido de uma campanha ideológica ou de um movimento de massas – uma vez que os trabalhadores não conquistaram a legislação social no Brasil, mas essa lhes foi *outorgada* –, não poderia haver no PTB, àquela altura, “uma cristalização ideológica ou idealística, que fosse o substrato das vontades e atividades partidárias”. Segundo ele, isso tornava necessário, naqueles anos, inclusive no momento em que escrevia, “realizar o trabalho de doutrinação que deveria ter sido feito no decurso do processo histórico de formação do partido”. Nessa direção, afirmou: “A campanha eleitoral para as eleições de 19 de janeiro de 1947 poderia constituir uma oportunidade. Convinha aproveitá-la, dada a grande receptividade popular para certas ideias e soluções e dada a incapacidade de outros partidos de aglutinarem e absorverem politicamente as massas trabalhadoras, de representarem os seus interesses e as suas aspirações”. A esse respeito, portanto, pode-se concluir um primeiro ponto: uma das intenções de Pasqualini, durante a campanha eleitoral, era fazer dela, igualmente, uma oportunidade para realizar um trabalho de doutrinação política. Um segundo ponto refere-se à significação – tratada pelo autor na sequência do texto – então atribuída, na visão dele, à palavra trabalhismo: “Antes de tudo era necessário [durante a campanha eleitoral] fixar a posição do partido no quadro dos sistemas econômicos e sociais. Muitos, por exemplo, lhe auguravam grande futuro em razão do movimento trabalhista mundial e do seu recente êxito eleitoral na Inglaterra. *Sem dúvida, ‘trabalhismo’ era uma palavra de grande poder sugestivo. Quem fosse trabalhador deveria ser, forçosamente, ‘trabalhista’* [grifos nossos]. Adiante, sustentou a impossibilidade de assemelhar o trabalhismo brasileiro ao inglês. Isso porquanto o trabalhismo nacional apresentaria um programa “capitalista e, paradoxalmente, conservador”. De acordo com ele, na concepção desse programa, as aspirações máximas do trabalhismo encontrariam sua realização no Estado Novo: “Não se pode negar que, sob esse regime, os trabalhadores urbanos foram beneficiados com grande número de garantias, mas seria erro supor que com a outorga das garantias jurídicas nas relações de trabalho, o problema social tenha sido resolvido”. Chegamos, assim, a um terceiro ponto importante: Pasqualini entendia que o programa petebista quase se limitava a defender a manutenção da legislação social. Tal questão fica explicitada nesta passagem: “O programa do Partido Trabalhista Brasileiro está consubstanciado em 27 proposições um tanto vagas e tímidas. Observa-se mais a preocupação de *preservar* as conquistas da legislação trabalhista, do que de fazer novos avanços. Eis porque no item nº 4 se declara: ‘Defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, aprimoramento dos seus dispositivos e maior rigor na sua aplicação’. Na realidade, não há nenhum partido que pretenda coisa diversa e, não obstante se notem, em certos setores da classe capitalista, murmúrios contra a legislação trabalhista, sob o fundamento de que o país não estava preparado para ela, ninguém se atreveria a propor a sua modificação no sentido de diminuir as garantias asseguradas aos trabalhadores. Um partido, portanto, que se organizasse para manter a legislação trabalhista não teria, em nosso país, objetivo algum. Sobretudo, um partido ‘trabalhista’, não pode ficar em atitude *estática* de contemplação do passado, mas deve antes formar como vanguarda na batalha de outras conquistas para o progresso social. A função de um partido não pode ser *cultivar* a história, mas *fazê-la*” (Pasqualini, 1948: 247-253).

da bancada pessedista gaúcha na Câmara dos Deputados. A bancada então decidiu propor a expulsão de Getúlio ao diretório local do partido. Informado, o presidente Dutra teria se mostrado simpático à proposta.<sup>177</sup>

No dia 5, sob a presidência de Osvaldo Vergara, reuniu-se a Comissão Executiva do PSD gaúcho, a qual, logo após, divulgou a seguinte proclamação:

A palavra do senador Getúlio Vargas, definindo-se, finalmente, a favor do Partido Trabalhista Brasileiro, o afastou, livre e espontaneamente, por ato exclusivo seu, do nosso convívio.

Não mais, portanto, pertence ele ao Partido Social Democrático.

Conclamados por S. Excia., tocamos a rebatê-lo no Rio Grande em 1945, formando o glorioso Partido Social Democrático, que, em 2 de dezembro, o elegeu senador da República, no mesmo pleito memorável que elevou à Chefia da Nação a figura austera e nobre do presidente-general Eurico Gaspar Dutra.

Temos a perfeita consciência do dever cumprido.

Não abandonamos ninguém, não atiramos sobre os companheiros de ontem a nossa crítica e a nossa censura injustas. (...)<sup>178</sup>

Ainda nesse dia, o Diretório Municipal de Porto Alegre realizou uma sessão em que, por unanimidade, deliberou pelo apoio à proclamação acima. Além disso, resolveu sugerir à Comissão Executiva que enviasse “um apelo veemente ao senador Getúlio Vargas, no sentido de que resigne o mandato que os votos do Partido Social Democrático lhe outorgaram, porque o senador Getúlio Vargas não mais pertence aos quadros do partido e, conseqüentemente, não pode representar o seu pensamento no Senado Federal”.<sup>179</sup>

Frente a tais fatos, o PTB publicou na imprensa um documento em defesa do ex-presidente. Intitulado “*Uma atitude estranhável*”, dizia:

Os nossos antagonistas do Partido Social Democrático, no seu afã de combater, de atacar e de criar ondas, muitas e agitadas ondas, acabam combatendo e atacando a si próprios, ameaçados de submergir, inapelavelmente, nas mesmas ondas que eles levantaram.

Não é outra coisa a atitude assumida por aquele partido, em relação ao senador Getúlio Vargas. Compreendemos, perfeitamente, a raiva impotente dos nossos adversários, ao constatarem que o seu grande eleitor, sintonizando com o desejo do povo rio-grandense, decidiu-se a apoiar, iniludivelmente, a candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Rio Grande do Sul. Compreendemos o gesto tardio dos nossos adversários, que “expulsaram” de seus quadros aquele que, em praça pública, anunciou pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro, e tão somente ao Partido Trabalhista Brasileiro. Compreendemos ainda que, quando por mais não fosse, até por uma simples lógica, de raposa que desdenha os saborosos cachos de uva colocados fora do alcance de seu apetite, os nossos opositores passassem a subestimar o prestígio do sr. Getúlio Vargas. Mas

<sup>177</sup> *Diário de Notícias*, 04/12/1946, p. 14.

<sup>178</sup> *Correio do Povo*, 06/12/1946, p. 12.

<sup>179</sup> *Ibid.*

daí a iniciarem um ataque desabrido contra a pessoa do presidente de honra do PTB e ao seu governo, vai um passo demasiadamente longo e perigoso, que a opinião pública do Rio Grande aprecia profundamente estarecida. E essa atitude é tanto mais estranhável, é tanto mais grotesca, quando todo o Rio Grande sabe, perfeitamente, que os nossos opositores ainda ontem endeusavam o homem que hoje procuram profligar. Ainda ontem, o seu candidato a governador e a maioria dos seus candidatos à Assembleia Legislativa, integravam, como figuras de proa, o governo do sr. Getúlio Vargas. (...)<sup>180</sup>

É muito provável que uma das intenções dos petebistas, com o texto, fosse estimular a contenda a fim de desvincular, em definitivo, o PSD do getulismo. Todavia, conscientes do enorme prestígio de Vargas, os pessedistas sabiam que uma postura declaradamente antigetulista lhes traria prejuízo nas urnas. Por conseguinte, ao menos durante a campanha, suspenderam os ataques abertos ao ex-presidente. Como corretamente observou Bodea (1992: 43), Jobim evitaria, ao máximo, conferir qualquer tom antigetulista à sua retórica.

No começo de dezembro, Pasqualini deu início à campanha pelo interior do estado. O primeiro roteiro, talvez não por acaso, teve lugar na região serrana. Nascido em um ambiente rural, o petebista descendia de imigrantes oriundos da península itálica, razão pela qual mantinha grande identificação com as zonas de colonização italiana. Ademais, tempos antes escrevera textos em favor dos colonos em geral, nos quais atacara especialmente os pesados tributos que lhes eram cobrados.<sup>181</sup> Tal questão, inclusive, mereceu atenção em sua plataforma eleitoral.

A comitiva que acompanhou Pasqualini foi composta por Ajadil de Lemos (consultor jurídico da campanha), Affonso de Assumpção Vianna, Leopoldo Machado, Sílvio Sanson, Leonel Brizola e Antônio de Pádua da Silva.<sup>182</sup> O roteiro abarcou Farroupilha, Veranópolis e Bento Gonçalves. Segundo Pádua<sup>183</sup>, a campanha pasqualinista de fato empolgou setores da população. Como ilustração, ele recorda que a comitiva deparou-se com um “invento” em Veranópolis: para saudar o candidato, os apoiadores locais colocaram rojões dentro de calhas e atearam fogo. “Aquilo era um estrondo enorme, parecia um tiro de canhão”, lembra. Por consequência, lá mesmo deram a esses rojões o apelido de “Pasqualini”. Diz Pádua que, depois copiados em outros lugares, “durante muito tempo os ‘Pasqualini’ comandaram os comícios por aí”.

<sup>180</sup> *Correio do Povo*, 13/12/1946, p. 05.

<sup>181</sup> Ver, por exemplo: “Em defesa do colono”, *Correio do Povo*, 28/04/1945, p. 04. In: SIMON, Pedro (Org.), *Op. Cit.*, p. 381-384. (Volume 1)

<sup>182</sup> *Correio do Povo*, 1º/12/1946, p. 24.

<sup>183</sup> Entrevista ao autor, já citada.

No dia 4 de dezembro, o PTB divulgou a nominata que indicaria à deputação estadual, lista à qual foram acrescentados novos nomes dias depois.<sup>184</sup> No total, a chapa oficial do partido apresentou 55 postulantes à Assembleia Legislativa. Note-se a predominância de bacharéis na chapa (27), sem contar os três profissionais do jornalismo. Dentre os bacharéis, 17 eram advogados, aí incluído João Goulart, que na listagem aparece apenas como ruralista. (É provável que alguns dos professores também tivessem formação jurídica.) Os operários eram somente 8, além dos 4 funcionários públicos e de um bancário. Havia 3 agricultores e 3 ruralistas. Constavam ainda 2 industriais. Assim, prevaleciam elementos de classe média na nominata petebista, sendo que boa parte desses provinha das fileiras da USB.

Vale observar, igualmente, que entre aqueles postulantes estavam futuros expoentes do trabalhismo gaúcho e brasileiro. Estreavam eleitoralmente figuras como Leonel Brizola, João Goulart, Fernando Ferrari e Egydio Michaelsen, só para citarmos os mais conhecidos. Sem esquecer, por óbvio, que a eles somava-se José Diogo Brochado da Rocha, um político influente que acabara de renunciar ao mandato de deputado federal pelo PSD, trocara de partido e agora disputava uma vaga no legislativo estadual pelo PTB.

Brizola, em específico, acompanhou Pasqualini em muitos dos roteiros de campanha pelo interior gaúcho, sempre fazendo uso da palavra. Indicado à deputação pela Ala Moça, o jovem líder estudantil começou a ganhar notabilidade naquele contexto. Tanto que o PTB realizou, em sua sede, uma sessão solene para o lançamento de Brizola, a qual contou com o

---

<sup>184</sup> A nominata indicada pelo PTB à deputação estadual era a seguinte: Ataliba Figueiredo Paz (agrônomo), José Diogo Brochado da Rocha (militar), Adão Paulo de Brum Viana (advogado e ruralista), Leonel Brizola (estudante de Engenharia), Berenice Lamaison (pela Ala Feminina), Odílio Martins de Araújo (funcionário público), João Nunes de Campos (ruralista), Guilherme Mariante (agricultor), César Santos (médico), Álvaro Ribeiro Pereira (advogado), Fernando Ferrari (economista), Paulo Costa da Silva Couto (promotor público), Manoel Mac-Mahon Pontes (ferroviário), Alfredo Leandro Carison (agricultor), Jorge Germano Sperb (advogado), Nilo Ruschel (jornalista), Guido Giacomazi (agricultor), João Belchior Marques Goulart (ruralista), Adílio Martins Viana (fonografista), Leopoldo Machado Soares (panificador), Clodomiro Marques Batista (operário metalúrgico), Walter Roesche (delegado de polícia), Antônio A. Chemale (construtor), José Sampaio Marques da Luz (engenheiro), Luiz de Almeida Bastos (operário gráfico), Valdomiro Domingues (dentista), Manoel Fernandes de Lima (operário), Francisco Silveira Santos (operário), Humberto Gobbi (industrial), Rodrigo Magalhães dos Santos (advogado), Flávio Castro (jornalista), Unírio Carrera Machado (advogado), Egydio Michaelsen (advogado), Celeste Gobbato (agrônomo), Carlos Maria Ruschel (advogado), Aquiles Mincaroni (advogado), Aníbal di Primio Beck (industrial), Almiro Veiga Seibert (varejista), João Lino Braun (professor), Álvaro Batista Magalhães (funcionário público), Íris Ferrari Valls (jornalista), Ildefonso Alves de Carvalho (advogado), Saul Irineu Farina (funcionário público), Norival Paranaguá de Andrade (funcionário público), Érico Alves Lourenço de Lima (advogado), Ernani Cardoso (professor), Ajadil de Lemos (advogado), Affonso de Assumpção Vianna (advogado), José Francisco Dias da Costa (advogado e professor), Oibrecy Verney da Silva (advogado) e Antônio Domingos Pinto (advogado). *Diário de Notícias*, 04/12/1946, p. 14. No dia 20 daquele mês, foi divulgada a chapa oficial, com o acréscimo dos seguintes nomes: Corací Cavalheiro de Oliveira (ferroviário), Derville Reatti (bancário), Floriano Neves da Fontoura (ruralista) e Raimundo Fiorello Zanin (médico). *Diário de Notícias*, 21/12/1946, p. 09.

comparecimento de importantes dirigentes do partido, entre eles José Vecchio e o próprio Pasqualini.<sup>185</sup>

Na primeira metade de dezembro, certas matérias eram recorrentes nos *a pedidos* do PTB nos jornais: a “estrondosa recepção” obtida na região colonial; os “comícios relâmpago” em bairros de Porto Alegre; os inúmeros telegramas de apoio que continuavam chegando; e a convocação para o grandioso comício marcado para o dia 14 em Caxias do Sul. Igualmente, diversos atos eram realizados em cidades da área metropolitana da capital, alguns deles com a presença do candidato a governador.

O pronunciamento de Pasqualini em Caxias do Sul é o que melhor traduziu, naquela campanha, o que se pode chamar de “pensamento pasqualinista”.<sup>186</sup> Com poucas alterações, esse discurso foi transformado – sob o título “*Trabalhismo e Solidarismo*” – no segundo capítulo do livro *Bases e sugestões para uma política social* (Pasqualini, 1948). De saída, deve-se ressaltar que não houve uma referência sequer à figura de Getúlio Vargas ao longo de todo o pronunciamento.

Conforme o candidato, o objetivo maior do discurso era esclarecer sua posição em relação aos dois “mundos extremos” da época: o capitalismo individualista e o socialismo comunista. Caracterizado pelo egoísmo, o capitalismo individualista seria dirigido exclusivamente para o lucro e para a acumulação de riqueza. Já o socialismo comunista apresentaria, na prática, a tendência para a formação de duas classes: uma, dos que mandam, e outra, dos que obedecem. Disse ele: “E o pior é que, dispondo os primeiros de todos os meios de coerção, os outros não têm para quem apelar. Numa humanidade cheia de imperfeições, um regime dessa natureza pode levar o homem à escravidão”. E também: “Creio que a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos de liberdade e não os processos da violência e da coerção”.

Como se vê, Pasqualini condenava ambos os sistemas. Sugeriria, por isso, uma forma alternativa de capitalismo, a qual denominava de “solidarista”. Esse, diferentemente do capitalismo individualista, estaria inspirado pelos princípios da cooperação e da solidariedade social. Segundo ele, o capitalismo solidarista

Parte da ideia de que toda forma de produção visa satisfazer necessidades humanas e que deve, em consequência, existir um nexo de solidariedade entre essas necessidades, os que detêm ou coordenam os meios de produção e os trabalhadores que acionam esses meios. Entende, por isso,

<sup>185</sup> *Correio do Povo*, 17/12/1946, p. 18.

<sup>186</sup> “Trabalhismo e socialismo – Discurso em Caxias do Sul”, *Correio do Povo*, 17/12/1946, p. 07-08. In: SIMON, Pedro (Org.), *Op. Cit.*, p. 47-62. (Volume 2)

que se deve instituir um sistema de cooperação social em que, adjudicando embora, aos coordenadores dos meios de produção ou capitalistas a parte que lhes é devida na produção da riqueza, se atenda, por outro lado, à contribuição prestada pelo trabalhador e aos interesses gerais da coletividade.

Preconiza esse sistema que as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha na devida conta o reforço e a cooperação do trabalhador na produção dos bens que formam a riqueza nacional. (...)

A essa forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes nela se assenta, damos o nome de capitalismo solidarista.

Ele exclui, de um lado, o capitalismo individualista e, de outro lado, a socialização dos meios de produção ou o comunismo. Sua concepção fundamental é de que o capital não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas, principalmente um meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Esta é, também, senhores, a ideia substancial do nosso programa. Para nós, trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes.

O trecho é expressivo acerca do que antes argumentamos: Pasqualini, nesse momento, procura aproximar a palavra “trabalhismo” de elementos do ideário que ele mesmo vinha elaborando no decorrer dos anos. Se o trabalhismo, àquela altura, já remetia à noção de um Estado interventor e protetivo, o esforço pasqualinista, dali em diante, seria por ampliar a significação do termo e oferecer-lhe um caráter de doutrina social.

A seguir, o candidato fez uma conexão entre sua postura doutrinária e o jogo político mais prático: “É nesse um dos pontos de diferença entre o nosso e os outros partidos, que também pregam a solidariedade social para encantar o eleitorado, mas que não se animam a traduzi-la em fatos concretos para não opor-se aos interesses que eles, na realidade, representam, ou aos interesses que temem”. Nesse sentido, sua posição, consubstanciada em sua plataforma eleitoral, é a de que não poderia existir solidariedade social sem a ideia de uma contribuição dos mais ricos em benefício dos mais pobres. Assim, concluiu: “Eis porque à justiça social distributiva deve seguir-se, como consequência lógica, a justiça social contributiva”.

A ida a Caxias configura o segundo roteiro de Pasqualini pelo interior, realizado novamente na zona colonial italiana. Essa investida obedecia, em grande medida, à dinâmica do jogo político. Os petebistas sabiam que estava em curso na região uma intensa campanha contra seus candidatos, quer pela atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC), como mostraremos na sequência, quer pela forte penetração do PRP – solidário a Jobim – entre esses contingentes populacionais. Daí a preocupação do concorrente, ainda que o negasse, em reafirmar os “princípios cristãos” de sua plataforma, posto que ali a vinculação ao catolicismo constituía-se em fator político preponderante. Paralelo a isso, vinha o esforço



por afastar-se da “pecha” de comunista. Tais questões ficam evidentes na seguinte passagem:

Infelizmente, a doutrina dos Pontífices nem sempre tem sido seguida por aqueles mesmos que deveriam ter obrigação de fazê-lo. Eis porque Pio XI deplora “que muitos que se dizem católicos tenham esquecido a lei sublime da justiça e da caridade, a qual não somente prescreve dar a cada um o que lhe é devido, mas ainda socorrer nossos irmãos como a Cristo mesmo. E coisa ainda mais grave, diz o Papa, por cobiça de lucros, não receiam de oprimir os trabalhadores, havendo também os que, abusando da religião, para vexame da própria religião, fazem do seu nome um anteparo com o fim de se subtraírem às reivindicações plenamente justificadas dos trabalhadores”. (...)

Cito, católicos que me ouvis, a palavra dos Pontífices não para afagar as vossas crenças, mas para que conheçais a verdadeira doutrina social da Igreja e compreendais que é engano supor que ela defenda o capitalismo individualista.

Nosso programa é fundamentalmente humano e essencialmente cristão. Nada tem que ver com o comunismo para o qual nenhuma conveniência existe em que o executemos, pois acabaria perdendo a freguesia. O comunismo está, sim, interessado em que permaneça a situação atual, em que continuem predominando os métodos da política tradicionalista a serviço do individualismo para que, por essa forma, se agravem os atritos entre as classes e o povo afinal se convença de que não há soluções dentro do regime capitalista.

Os próximos roteiros de Pasqualini, já perto do Natal, foram na zona de colonização alemã. Visitou o município de São Leopoldo, no dia 20, onde ocorreu um comício. Nos dois dias seguintes, esteve na região do Alto Taquari, tendo igualmente participado de comícios, como em Estrela e Lajeado. Nesta cidade, ainda presidiu uma convenção do PTB, na qual compareceram delegações de várias localidades vizinhas.<sup>187</sup>

Depois do Natal, o candidato rumou para Carazinho, terra de Leonel Brizola (que o acompanhou) e dito – conforme *a pedido* da sigla – “baluarte do trabalhismo no Rio Grande do Sul, pois já na eleição de 2 novembro do ano passado, o PTB venceu o pleito naquele município”.<sup>188</sup> Nesse mesmo roteiro, o candidato também visitou Getúlio Vargas, Passo Fundo e Erechim. Em Getúlio Vargas, Pasqualini foi recebido na entrada da cidade por mais de trezentos cavalarianos, que o escoltaram, “sob indescritível entusiasmo”, até o local em que houve um grande comício.<sup>189</sup>

Os ânimos da disputa eleitoral, a essa altura, acirravam-se cada vez mais, sobretudo entre PTB e PSD. Em página comprada pelo PTB no *Correio*, por exemplo, foi publicado um texto intitulado “*Algumas verdades precisam ser ditas*”, assinado por Orando Loureiro.

<sup>187</sup> *Correio do Povo*, 22/12/1946, p. 24; 25/12/1946, p. 05.

<sup>188</sup> *Correio do Povo*, 27/12/1946, p. 05.

<sup>189</sup> *Diário de Notícias*, 31/12/1946, p. 08.

O autor rebatia supostos ataques dos pessedistas a Pasqualini. Entre as “verdades”, questionava “o excepcional tino administrativo” de Jobim, a quem os “gazeteiros do PSD” atribuíam a “autoria de planos fabulosos, falam na sua formidável plataforma, onde há de tudo, desde barragens e energia elétrica, até colônias agrícolas, tratores para mecanizar a agricultura, suntuosos parques industriais e magníficas estradas de ferro e de rodagem”. E, em tom sarcástico: “se a presente campanha política durasse mais algum tempo, acabariam por associar seu nome [de Jobim] à descoberta da bomba atômica (...)”.<sup>190</sup>

No dia 6 de janeiro, a campanha pasqualinista ganhou um reforço de peso: há pouco escolhido candidato à terceira senatoria rio-grandense (por indicação de Vargas), o ex-ministro do Trabalho Joaquim Pedro Salgado Filho chegou nessa data a Porto Alegre, vindo do Rio de Janeiro. Recebido no aeroporto por uma comitiva liderada por Pasqualini, seguiram em um cortejo de automóveis até o centro da cidade, onde foram saudados por numeroso grupo de populares.<sup>191</sup>

Com o período eleitoral já em sua derradeira etapa, Pasqualini e Salgado Filho intensificariam as viagens ao interior, agora em avião fretado. Em 9 e 10 de janeiro, visitaram a região da Fronteira, passando por Alegrete e Livramento. Estiveram depois em Ijuí, Cruz Alta, Bagé e Santa Maria. O último roteiro realizou-se na região Sul do estado, em Rio Grande (14/01), Jaguarão e Pelotas (15/01).<sup>192</sup>

No dia 15, foi divulgada uma mensagem de Getúlio “*Aos trabalhadores do Rio Grande do Sul*”. Seu portador era Loureiro da Silva, recém-chegado da capital federal. Afirmava o ex-presidente no documento:

A luta que travamos tem um alto ideal: a campanha da renovação da fé e dos destinos da Pátria, tem o sentido da transformação social do nosso país, no ritmo da evolução que os povos hoje exigem. E esta mensagem vos leva minha confiança na firmeza dos vossos propósitos, na decisão de lutar com energia para que o Brasil não se transforme em campo de credos estranhos e para que o trabalhador brasileiro seja sempre o homem puro, dedicado à construção da Pátria, de acordo com as tradições do sentimento religioso dos nossos antepassados.

A campanha materialista que procura reduzir o homem a menos do que coisa, deve ser vencida pelo sentido espiritual da inteligência com que Deus beneficiou a natureza humana.

A votação dos candidatos do PTB é a recomendação que vos faço como um postulador desse idealismo renovador.

Trabalhadores do Rio Grande! Confiai na vossa fé e nos destinos do partido que será transformado no grande movimento de evolução política, social e econômica do Brasil.<sup>193</sup>

<sup>190</sup> *Correio do Povo*, 31/12/1946, p. 07.

<sup>191</sup> *Correio do Povo*, 07/01/1947, p. 06.

<sup>192</sup> *Correio do Povo*, 14/01/1947, págs. 04 e 08; 15/01/47, p. 08.

<sup>193</sup> *Correio do Povo*, 15/01/1947, p. 08.

A mensagem de Vargas, como se percebe, continha um nítido apelo religioso. Ele certamente tinha ciência do papel que a Igreja Católica, sobretudo através da LEC, vinha desempenhando naquele processo eleitoral. A Igreja ajudava a pautar uma determinada disputa simbólica que possuía enorme incidência sobre o jogo político. Tal tema, por isso mesmo, merecerá análise mais detida logo abaixo.

Em 16 de janeiro, um grandioso comício realizado no 4º Distrito de Porto Alegre – área formada por bairros operários – marcou o encerramento da campanha pasqualinista. Na ocasião fizeram uso da palavra diversos dirigentes petebistas, entre os quais Sílvio Sanson, José Vecchio e Leocádio Antunes, além, por óbvio, de Salgado Filho e Alberto Pasqualini.

Após esse ato, o desafio do PTB estava praticamente enfrentado. Chegava ao fim a “apresentação” eleitoral do partido à sociedade gaúcha. Agora era preparar-se para o dia do pleito e depois esperar o resultado das urnas.

### 3.2. A LIGA ELEITORAL CATÓLICA E “OS SUPREMOS INTERESSES DA CONSCIÊNCIA CRISTÃ”

Quando nos apropriamos de certo referencial teórico, devemos sempre considerar o contexto em que ele foi produzido. Uma realidade histórica distinta daquela que ensejou uma teoria não elimina, contudo, a possibilidade de sua utilização. A apropriação quase religiosa é um erro para o qual precisamos estar atentos.<sup>194</sup> Esse pode ser o caso da teoria bourdieusiana do campo político. Não se coloca em discussão o fato de que foi elaborada com vistas ao contexto democrático liberal francês, caracterizado por alto grau de institucionalização. O que temos argumentado ao longo deste trabalho é que isso não impede sua aplicabilidade ao estudo dos fenômenos da política no Brasil. Concordando com Céli Pinto, entendemos que a formalização encontrada na teoria de Bourdieu “(...) não é limite para [que seja] aplicada em realidades como a brasileira, mas, ao contrário, é um instrumento particularmente útil para decantar alguns fenômenos que se apresentam de forma bastante nebulosa” (Pinto, 1996: 226).

---

<sup>194</sup> O que não deve implicar, por outro lado, uma simples instrumentalização.

A atuação da Liga Eleitoral Católica em relação ao jogo político nas esferas nacional ou local é um desses fenômenos “nebulosos” ainda pouco pesquisados. Tal vínculo aparece, primeiramente, como evidência da promiscuidade de interesses e capitais entre agentes de campos distintos, o religioso e o político, no caso brasileiro. A fronteira pouco nítida entre ambos – pois a LEC atuava quase como um partido político, inclusive pautando tomadas de posição das siglas oficializadas –, antes de ser um obstáculo para a análise do nosso caso específico, pode ser vista como uma possibilidade de compreensão de algumas ideias-força que apareciam como campos de posições diante dos agentes.

Em decorrência disso, um dos temas que emergem do contexto 1945-64 é o do anticomunismo, em particular o anticomunismo católico. Cabe lembrar que, no plano internacional, a Guerra Fria era o cenário a oferecer muitos dos elementos que conformavam as visões de mundo dos indivíduos e que pautavam as disputas políticas. O PCB, durante os anos em que esteve na legalidade, entre 1945 e 1947, teve um crescimento vertiginoso, saindo das eleições de 1947 como o quarto mais poderoso partido do Brasil, além de imprimir a mais implacável oposição ao governo Dutra (Skidmore, 1975: 92-93).

Tomando por recorte o Rio Grande do Sul daquele período, Carla Rodeghero (2003), desde o conceito de imaginário, buscou compreender a especificidade do anticomunismo católico, de que argumentos e imagens ele se valia e como se manifestava. No que diz respeito ao processo eleitoral, a autora verifica que o tema perpassou as campanhas das agremiações partidárias, comparecendo seguidamente na propaganda eleitoral. Esta, segundo ela, “pode ser entendida como representação e ação: ao mesmo tempo que o anticomunismo é utilizado como *filtro* de explicação da realidade, pretende instigar os eleitores a um posicionamento, a uma adesão, a uma ação específica: o voto” (Rodeghero, 2003: 111). O anticomunismo presente na propaganda eleitoral caracterizava-se por um constante apelo a textos católicos, daí a necessidade de identificar o papel da Igreja e, em particular, da LEC. A estrutura que possuía a Igreja permitia que seu bem elaborado discurso anticomunista atingisse grande parte da população, logo, dos eleitores. Em função da repercussão, portanto, desse discurso no plano político-eleitoral, vincular-se ao anticomunismo católico traria dividendos aos candidatos (Rodeghero, 2003: 116-117).

Outro ponto a ser destacado é a influência do combate ao comunismo realizado pela Igreja sobre as populações rurais, em especial nas zonas coloniais. No tocante às eleições estaduais de 1947, Bodea (1992: 39) afirma que uma das estratégias do PSD foi tentar confinar a candidatura Pasqualini em uma espécie de “cerco religioso”, através da atuação

do clero sobretudo nas áreas rurais. Na avaliação do autor, essa posição hostil de setores importantes da Igreja consistiu em um dos motivos para a derrota do petebista, somando-se à influência que a aliança PSD-PRP desempenhou frente aos pequenos e médios proprietários agrícolas das regiões de colonização italiana e alemã, dado que o PRP possuía forte penetração entre esses contingentes. Sobre a questão, diz Rodeghero (2003: 119): “Havia, assim, uma identificação do clero e da população rural da zona colonial com o conservadorismo político expresso no anticomunismo; por consequência, os partidos e os candidatos agiam com base nessa crença”.

Quanto ao mundo colonial italiano, os relatos de Antônio de Pádua<sup>195</sup> e de Paulo Brossard são convergentes em alguns aspectos. Ambos recordam que Pasqualini, por descender de imigrantes oriundos da península itálica, encontrava certo trânsito entre segmentos com essa mesma origem. Em função disso, foi notadamente ali que a LEC concentrou esforços a fim de evitar uma maior votação do concorrente. Os dois relatos mencionam os frades Capuchinhos de Garibaldi como os principais executores de tal campanha (Valls, 2004: 42-43).

Isto posto, convém ainda assinalar que estamos preocupados, em função de nossa problemática inicial, menos com o conteúdo das tomadas de posição dos partidos – embora não devam ser desconsideradas – do que com a forma como elas eram manipuladas no sentido da distinção entre os partidos em concorrência. Nesse quadro de disputa política por símbolos, uma “acusação” que recaía sobre a candidatura petebista, por exemplo, era a de que representava o “esquerdismo comunista”, como demonstra um panfleto publicado em idioma alemão pelo PSD e distribuído na zona colonial do estado:

AOS COLONOS – O dia da eleição se aproxima, 19 de janeiro de 1947. Votai em Walter Jobim, candidato do Governo. Não vos deixeis conduzir pelo Partido Trabalhista, fundado por Getúlio Vargas, pois este tem o mesmo programa do Partido Comunista e se porta como um comunista disfarçado. Cuidado com as armadilhas da confusão, que sérias consequências podem ter. Votai no candidato do Governo, Walter Jobim, pois só ele pode nos dar garantia de um governo legal. Com Walter Jobim para nosso presidente.<sup>196</sup>

O panfleto foi fortemente criticado pelo PTB, que publicou sua tradução através de um *a pedido* no *Correio*. Para os trabalhistas, o partido de Jobim valeu-se, nesse caso, de “métodos da camarilha nazista”, pois reconheceu somente em seu candidato um “governo

<sup>195</sup> Entrevista ao autor, já citada.

<sup>196</sup> *Correio do Povo*, 03/01/1947, p. 05.

legal”. Se o PTB foi acusado no panfleto de portar-se como “comunista disfarçado”, a resposta petebista tratou de identificar o PSD com o nazismo: “É a ideia nazista que aí reponta, clara e insofismável. Nada de partidos. O sr. Walter Jobim, tal qual um ‘gauleiter’ do Terceiro Reich, apresenta-se como ‘der Regierungs kandidat’, isto é, candidato do Governo”.

Tal disputa simbólica durante o pleito de 1947 foi, em grande parte, intermediada pela atuação da Liga Eleitoral Católica. Passemos ao seu exame.

Os movimentos do clero em torno da eleição no Rio Grande do Sul eram cada vez mais sentidos à medida que essa se aproximava. No dia 13 de outubro, foi noticiada uma reunião dos bispos gaúchos que tratou da orientação política a ser conferida aos católicos. Uma circular expedida no dia anterior, endereçada aos párocos e fiéis, alertava para a necessidade de reorganização da LEC, “com a maior urgência possível”, em cada uma das paróquias das dioceses do estado, tendo por finalidade “alistar novos eleitores, orientar os que já se achavam inscritos e auxiliar aos que tiverem necessidade de renovar ou reformar seus títulos”. O documento ainda apontava os comunistas, “empenhados, com um ardor digno de melhor causa, em conseguir melhores resultados que nas eleições passadas”, como principais inimigos da religião, sendo, por conseguinte, “preciso advertir, em todas as ocasiões e por todos os meios possíveis, que nenhum católico pode colaborar, de qualquer maneira que seja, com aqueles elementos hostis, sem trair e renegar a sua fé”.<sup>197</sup>

Em 16 de outubro, o *Correio* informava o reinício das atividades da Liga, com a realização de uma grande concentração católica a ocorrer dentro de poucos dias no recinto das obras da catedral, ocasião em que falariam vários oradores, inclusive seu presidente estadual, professor Armando Câmara.<sup>198</sup> Posteriormente, Câmara, então reitor da Universidade de Porto Alegre, enviou mensagem ao periódico esclarecendo não exercer tal cargo – apesar de para ele ter sido convidado pelo episcopado rio-grandense –, pois estaria analisando igualmente o convite que lhe teria sido feito pelas oposições coligadas para ser candidato ao governo estadual.<sup>199</sup> No dia 25, sua recusa em concorrer seria lamentada em nota conjunta dos dois partidos. Esses fatos, conquanto pormenorizados, ajudam a esclarecer a mistura de interesses religiosos e políticos que envolvia os agentes ligados à Liga Eleitoral Católica.

---

<sup>197</sup> *Correio do Povo*, 13/10/1946, p. 20.

<sup>198</sup> *Correio do Povo*, 16/10/1946, p. 08.

<sup>199</sup> *Correio do Povo*, 19/10/1946, p. 08.

Em fins de novembro, a LEC avisava que em poucos dias iria solicitar o pronunciamento dos partidos e dos candidatos sobre alguns pontos considerados essenciais, para, depois, recomendar o voto dos católicos àqueles que se comprometessem, uma vez eleitos, a seguir seus postulados.<sup>200</sup> Antes de conhecer tais postulados e as respostas dos concorrentes, vejamos, para melhor nos situarmos, o que professavam algumas publicações da Liga durante as semanas que antecederam o pleito de 19 de janeiro.

Em “*Nossa responsabilidade*”, publicada no *Diário de Notícias*, a LEC alertava os leitores para a soberania e o poder que o voto então representava: “Seu poder é cada vez mais absoluto, férreo e inapelável, derrubando tronos, desterrando dinastias, instalando novos partidos nos postos governamentais, transformando instituições políticas de longa tradição (...)”. Desse modo, para a omissão dos cidadãos diante do voto, quer dizer, não votar, “não haveria escusa”, ainda mais considerando o panorama do mundo naqueles dias, onde “cada vez mais nitidamente se separam para um lado, cristãos e democratas, e para o outro, o comunismo totalitário e pagão”, e também quando “vemos a nossa própria pátria transformada cada vez mais em campo de batalha de ideologias as mais diversas e opostas”. Para a Liga, avultava-se, portanto, a obrigação do voto frente a ideologias “de todo em todo inaceitáveis”. Se na Europa o comunismo já era uma das maiores forças eleitorais, esse não era o caso do Brasil, “onde a maioria dos partidos e a maioria dos seus candidatos aceitam os nossos postulados e onde, além do mais, o comunismo constitui força eleitoral relativamente fraca”. Assim, a responsabilidade dos cidadãos católicos era evitar que aqui “o cataclismo irrefragável se desencadeie por sobre as nossas cabeças”. Seu dever primordial era influir para que os destinos do país fossem entregues “a partidos e a cidadãos honestos e dignos”. Sua responsabilidade era impedir, ao máximo possível, o crescimento eleitoral dos comunistas.<sup>201</sup>

Outra publicação da LEC, dias depois, continha um conjunto de argumentos voltados ao que chamou de “*Reabilitação da Política*”. Afirmava que “a política pouco edificante”, ou seja, “a politicagem”, tinha por consequência o desinteresse do cidadão pelo alistamento, pelo voto e pela própria política em geral. O combate a esses males constituía um motivo a mais para que os católicos interviessem na vida pública: “O católico deve participar da atividade política, no sentido indicado, por dois motivos: por imperativo de caridade social e por um dever de religião”. Sustentava a ideia de que não se deve praticar apenas a caridade individual, mas também a social, esta entendida como apreço ao bem comum. O texto

---

<sup>200</sup> *Correio do Povo*, 24/11/1946, p. 24.

<sup>201</sup> *Diário de Notícias*, 1º/12/1946, p. 05.

opunha o desinteresse pela boa política (“atitude egoísta”) à caridade social. Quanto ao “dever de religião”, referia-se à circunstância de que “a ausência dos católicos na vida política permitiria que os destinos da sociedade caíssem nas mãos de pessoas hostis à religião”, e deixava claro quem seriam essas pessoas: “Nenhum católico pode ignorar que no campo político estão em jogo os supremos interesses da consciência cristã, que existem correntes políticas de orientação atea e laicista, como o Partido Comunista e a Esquerda Democrática (...)”.<sup>202</sup>

Em 08 de dezembro, conforme havia anunciado, a LEC divulgou nos jornais os postulados que enviara dias antes aos três candidatos, endereçando-os também às direções do PL, UDN, PSD, PTB e PRP. O ofício continha os seguintes quesitos:

- I – Mantida, embora, a separação da Igreja do Estado, propugnará V. Excia. pela colaboração de ambos, em prol do interesse coletivo, maxime no que tange ao ensino e à assistência social?
- II – Seguirá V. Excia. no governo as diretrizes contidas nas encíclicas dos Sumos Pontífices relativamente à proteção da família, à educação da infância e da mocidade, bem como no que diz respeito à natureza e à solução dos problemas econômicos e sociais?
- III – Rejeitará V. Excia. a colaboração, em qualquer terreno, com o comunismo ateu, e impedirá, dentro das leis vigentes, a nomeação de adeptos do Partido Comunista Brasileiro para cargos de direção no governo do Estado e no magistério público?<sup>203</sup>

As primeiras respostas foram de Décio Martins Costa e de Alberto Pasqualini. Ao Dr. Raul Moreira, presidente da Liga, o representante das oposições coligadas posicionou-se afirmativamente em relação aos três quesitos, e declarou sentir-se à vontade para tanto, pois sempre estivera integrado “na benemérita campanha da Liga Eleitoral Católica”. Observou, ainda, que já se manifestara sobre o primeiro dos três itens em seu discurso plataforma, de onde extraiu o seguinte trecho:

A índole confessional dessas entidades (as misericórdias e outras) não deve constituir obstáculo ao franco e decidido apoio que os seus empreendimentos estão merecendo de parte do poder civil. Somos dos que pensam que o princípio da separação da Igreja e do Estado, vigente em nossa Constituição política, deve ser penetrado, na sua genuína significação materialista e atea, por um salutar espírito de simpatia e de cooperação entre o temporal e o espiritual (...) Essa cooperação nós a imaginamos factível e a preconizamos, de modo especial, quanto ao problema de assistência social e aos de instrução pública. Não queremos que as reivindicações religiosas, que são, aliás, as da grande maioria do povo brasileiro, vivam, apenas, no pragmatismo estático do texto constitucional,

<sup>202</sup> *Diário de Notícias*, 10/12/1946, p. 06.

<sup>203</sup> *Diário de Notícias*, 08/12/1946, p. 24.



mas que vivam dinamicamente no terreno das realidades administrativas, frutificando-a na elevação e na dignificação dos indivíduos.<sup>204</sup>

Alberto Pasqualini, por seu turno, respondeu com muita brevidade, afirmando que

(...) a matéria do primeiro e do segundo quesito faz parte do programa que o PTB executará na hipótese de vencer as eleições no Estado. Quanto ao terceiro quesito, o assunto já foi objeto de deliberação partidária, conforme poderá certificar-se V. Excia. pelo teor do documento junto. A essa deliberação estou vinculado como candidato do Partido Trabalhista.

À resposta, Pasqualini anexou o seguinte documento, assinado por José Vecchio, presidente estadual do PTB:

Exmo. Sr. Dr. Alberto Pasqualini. Candidato a Governador do Estado pelo PTB. A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Rio Grande do Sul, hoje reunida para tratar de diversos assuntos de interesse do Partido, tem a honra de transmitir a V. Excia o teor da moção aprovada pela Convenção do Partido, em 2 do mês corrente e em virtude da qual o Partido Trabalhista “jamais poderá aceitar o apoio oficial de partidos previstos no art. 25 do nosso estatuto partidário, isto é, de partidos de feição totalitária e reconhecidamente reacionária, materialistas e ateus”. Em consequência dessa resolução e do espírito que a ditou não poderá o futuro governo, na hipótese de vir a ser vitorioso o Partido Trabalhista, aceitar a colaboração de elementos extremistas, ressalvados os direitos que, por força da Constituição e das leis, assista a cada um quanto ao ingresso nos cargos públicos que não sejam de livre nomeação do governo. Sem mais, vale-se do ensejo para reiterar a V. Excia. seus mais vivos protestos de elevada estima e profundo respeito. Muito atentamente: –  
(a) José Vecchio, presidente.<sup>205</sup>

Quanto a Walter Jobim, retomemos – do segundo capítulo (p. 89) – o que disse o “arguto analista político de [roda de] café”, interlocutor do repórter da *Revista do Globo*, sobre a resposta do pessedista à LEC: “embora tenha sido, não mais que a dos outros, uma medida de visível e razoável interesse eleitoral, foi a mais apaixonada de todas e lhe valerá uma boa parcela dos divididos votos católicos”. Com a justificativa de estar em campanha no interior do estado, sua posição pessoal veio dias depois em relação às dos outros candidatos. Porém, antes dela, através de telegrama enviado à direção da Liga, reafirmou a resposta de seu partido.<sup>206</sup> O PSD, entre outras coisas, julgou “não só útil, mas necessária e imprescindível a colaboração da Igreja como fonte inspiradora de normas de conduta

<sup>204</sup> *Diário de Notícias*, 10/12/1946, p. 14.

<sup>205</sup> *Diário de Notícias*, 10/12/1946, págs. 02 e 14.

<sup>206</sup> *Diário de Notícias*, 11/12/1946, p. 02.

moral”, e igualmente proclamou “o comunismo ateu como ‘essencialmente mau’, não cabendo, pois, com ele ou seus adeptos, qualquer colaboração”.<sup>207</sup>

Em 20 de dezembro, o *Diário de Notícias* noticiou a posição de Jobim:

Exmos. Srs. Drs. Raul Moreira e Edmundo Casado Marques, dd. Presidente e Secretário da LEC.

De posse da atenciosa consulta de VV. SS. (...) devo contestar-lhes que em candidato do Partido Social Democrático a Governador do Estado, outra coisa não pode ser minha atitude que de integral aquiescência e solidariedade aos princípios e medidas ali formulados.

Aliás, o Partido de que sou candidato, já em sua constituição, muito antes de qualquer iniciativa da Liga Eleitoral Católica, inscrevia em seu programa todos os pontos fundamentais da doutrina cristã (...)

E, de minha parte, entendo que além de ser a doutrina social da Igreja a grande solução para os problemas que nos afligem, é ainda, uma barreira decisiva que se ergue contra o moderno paganismo do materialismo histórico, consequência do não menos mau capitalismo absorvente.

Assim, para a tranquilidade da consciência de nossa gente e por um princípio de sã democracia, que exige exponham aos candidatos aos cargos públicos seu pensamento e seu programa de ação, podem VV. SS. estar certos de que, uma vez eleito Governador do Estado, jamais dispensarei a colaboração que a Igreja vem propiciando (...)

Julgando haver, por esta forma satisfeito a solicitação de VV. SS. Firmo-me com elevada estima e consideração. (a) – Walter Jobim.

Essa resposta um tanto tardia de Jobim vale uma consideração. Paulo Brossard, em suas memórias, definiu Jobim como um “divorcista anticlerical” (Valls, 2004: 43), o que, a par de outros indícios, permite identificar certa dose de anticlericalismo na postura do político pessedista à época. É exemplar, nesse sentido, a réplica dada pelo PTB a uma acusação feita por integrantes do PSD em um programa de rádio, no qual Pasqualini foi caracterizado como alguém “contra Deus e a religião”. Se os pessedistas queriam transformar o pleito em uma campanha religiosa, mesmo contrariando a vontade de seu candidato, os petebistas aceitariam o “desafio”. Assim, asseverando possuir “material de sobra para desmascarar os falsos cristãos”, rebateram nos seguintes termos: “Quem é contra Deus, contra a religião e contra o Clero, não é Alberto Pasqualini, mas sim alguém que hoje veste pele de cordeiro para atrair o voto dos católicos e que em outros tempos, em escritos publicados numa revista anticlerical que se editava em Santa Maria, fez virulenta campanha contra a Igreja Católica e seus dignos sacerdotes (...)”.<sup>208</sup> Diante disso, é admissível que Jobim de fato estivesse em campanha pelo interior do Rio Grande, mas também é possível que sua demora em responder os postulados da LEC estivesse ligada a um embaraço resultante da postura que até então mantivera acerca da Igreja Católica.

<sup>207</sup> *Diário de Notícias*, 10/12/1946, p. 14.

<sup>208</sup> *Correio do Povo*, 01/01/1947, p. 05.

Em síntese, os três concorrentes responderam favoravelmente aos postulados da Liga Eleitoral Católica. Entretanto, se não mais “apaixonadas”, as respostas de Décio Costa e Jobim foram certamente mais incisivas que a de Pasqualini. Mesmo que, no caso de Jobim, pudesse resultar de um cálculo eleitoral (como propusera, afinal, o interlocutor do repórter da *Revista do Globo*). No caso do candidato das oposições coligadas, sua afinidade com o discurso católico realmente existia.

Do mesmo modo, como foi possível apreender dos jornais, as direções de UDN, PL, PSD, PRP e PTB posicionaram-se favoravelmente aos três quesitos, razão pela qual a LEC publicou sua “*Proclamação*” dizendo “ser lícito ao católico dar seu voto a qualquer um dos candidatos mencionados”, porém “nenhum católico, sob pena de violar um grave dever de consciência, poderá dar o voto aos candidatos do Partido da Esquerda Democrática e Partido Comunista Brasileiro”.<sup>209</sup>

Dois elementos, portanto, podem ser deduzidos desse contexto eleitoral no Rio Grande do Sul: primeiro, a LEC tinha grande incidência sobre o jogo político, na medida em que exercia influência sobre uma parte significativa do eleitorado; segundo, o anticomunismo funcionava como ideia-força capaz de ditar os termos nos quais a Igreja Católica, através da LEC, pautava diversas posições dos partidos e candidatos.

É importante recordar que, naquele momento, as imagens da Segunda Guerra continuavam intensamente presentes, da mesma forma que o ano de 1947 viria a marcar o início da Guerra Fria. No Brasil, há pouco acabara o regime autoritário do Estado Novo. Assim, vários símbolos – comunismo, fascismo, nazismo, democracia, ditadura, valores cristãos etc. – se confundiam na mente das pessoas. Nesse sentido, Carla Rodeghero (2006) propôs a utilização da *metáfora da encruzilhada* para a análise do período: quando se cruzavam experiências, expectativas e projetos conflitantes, “a encruzilhada se colocava como um momento de parar e decidir por qual caminho o país seguiria”.

Todos os partidos e candidatos, exceto, por óbvio, aqueles “condenados” pela Liga, buscavam, em maior ou menor medida, se afastar da “pecha” de *comunistas* e se afigurar como *cristãos*, em uma constante luta simbólica da qual poderiam ser indícios várias outras notícias e *a pedidos* publicados nos periódicos. Vejamos alguns: as diversas demonstrações de apoio da região da Fronteira “em torno da *bandeira democrática e cristã* levantada por Décio Martins Costa”<sup>210</sup>; a decisão do PRP pelo apoio a Walter Jobim, em fins de dezembro de 1946, considerando, entre outros fatores, “a defesa e o aperfeiçoamento da *ordem social*

<sup>209</sup> *Diário de Notícias*, 22/12/1946, p. 17.

<sup>210</sup> *Diário de Notícias*, 22/12/1946, p. 14.

*cristã*” e “a necessidade de estabilizar o *regime democrático* nascente”<sup>211</sup>; os aplausos de um grupo de senhoras católicas da capital à atitude do professor Armando Câmara, “que retrata tão bem sua retidão de caráter e *fidelidade à doutrina de Cristo*”, de apoiar Décio Costa<sup>212</sup>; o “*Aos católicos*” de Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco, que, “com plena consciência de [sua] *responsabilidade de católicos e deputados*”, recomendaram o nome de Walter Jobim<sup>213</sup>; a “*Mensagem do Senador Getúlio Vargas ao Povo do Rio Grande do Sul*”, onde ele dizia ter conhecimento “que as forças reacionárias do Partido Social Democrático, *nazistas e comunistas*, uniram-se contra a candidatura de Alberto Pasqualini” e fazia votos “para que a consciência cívica do Rio Grande *e a sua tradição religiosa* reajam, assegurando a vitória dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro” [grifos nossos].

Todavia, uma questão ainda requer explicação. Não parece um desacordo afirmarmos que, em um cenário onde o comunismo recaía como acusação, o PSD tenha recebido apoio justamente do PCB? Bodea sustenta que o PSD procurou, desde o início da campanha eleitoral, tecer novas alianças objetivando conter a candidatura Pasqualini. Impossibilitados de aliarem-se a partidos como UDN e PL, que já haviam lançado o nome de Décio Martins Costa, restou aos pessedistas procurar partidos ideológicos mais radicais, como PRP e PCB. Diz o autor: “E de fato, ambos aceitaram o acordo. Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento operário e sindical gaúcho” (Bodea, 1992: 39).<sup>214</sup> Segundo esse autor, ainda, “Prestes participaria ativamente da campanha eleitoral gaúcha, apoiando Jobim e o PSD contra Pasqualini e o PTB”.<sup>215</sup>

O levantamento que fizemos nos periódicos permite-nos afirmar que, de fato, Prestes veio ao Rio Grande do Sul recomendar o apoio dos comunistas a Jobim. Porém, ao menos publicamente, o PSD rejeitou tal apoio, razão pela qual não podemos concluir que tenha realmente havido um acordo entre ambos os partidos.

A orientação definitiva do PCB veio apenas na reta final da campanha. Foi manifestada pelo então senador Prestes em comício realizado no Largo da Prefeitura de Porto Alegre, no dia 12 de janeiro. Conforme noticiou o *Correio*,

<sup>211</sup> *Diário de Notícias*, 29/12/1946, p. 24.

<sup>212</sup> *Correio do Povo*, 04/01/1947, p. 02.

<sup>213</sup> *Correio do Povo*, 12/01/1947, p. 12.

<sup>214</sup> Baseada no estudo de Bodea, Rodeghero (2005) reitera esta proposição de um acordo PSD-PCB.

<sup>215</sup> Sobre o PRP, diz Bodea (1992: 39): “O PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo ‘vermelho’ que representaria a candidatura Pasqualini [sic]”.

Depois de tecer considerações de ordem geral sobre o programa de seu partido, o sr. Luiz Carlos Prestes passou a se referir ao pleito de 19 de janeiro do corrente. Definindo então a orientação do Partido Comunista, aconselhou seus correligionários a votarem nos candidatos à deputação pelo PCB e a sufragarem nas urnas o nome do sr. Walter Jobim, candidato do PSD à presidência do Estado.<sup>216</sup>

Naquela mesma edição, o jornal divulgou uma nota, emitida pelo PCB, por meio da qual o partido esclarecia que o apoio a Jobim não tinha “compromisso com a maioria reacionária do PSD”. O apoio declarado por Prestes “tem a finalidade de unir as forças democráticas para a liquidação definitiva do ‘getulismo’ e para o reforçamento da democracia em nosso Estado”.

Ainda no dia 14, outras duas notas foram publicadas pelo *Correio*. Na primeira, a Junta Estadual da LEC declarava não ter modificado sua atitude em relação ao PSD e à candidatura de Jobim, “tendo em vista o gesto de ENÉRGICA REPULSA com que ambos responderam à manifestação de apoio do Partido Comunista Brasileiro”. Logo abaixo, na segunda nota, a Comissão Executiva do PSD afirmava ter sido surpreendida com o pronunciamento de Prestes, e, “apesar de o próprio orador haver manifestado que este apoio era ESPONTÂNEO E GRATUITO”, declarava:

- 1º – que não fizeram nem farão acordo de qualquer espécie com a corrente comunista;
  - 2º – que muito embora não possam impedir o voto de qualquer eleitor a um candidato, o apoio, ora oferecido pelo PCB, não foi de nenhuma forma solicitado e ora aqui expressamente o recusam em face dos princípios doutrinários que formam o programa do PSD; e se porventura se tornasse necessária a colaboração do PCB, prefeririam a derrota a ver o governo do Rio Grande do Sul sob a influência da orientação comunista;
  - 3º – que confirmam suas reiteradas e públicas declarações de repúdio integral às teorias marxistas, que continuarão, por considerá-las anti-cristãs e intrinsecamente más;
  - 4º – finalmente, que reafirmam em todo o seu conteúdo os termos das suas respostas à Liga Eleitoral Católica, inclusive a respeito do programa comunista.
- Porto Alegre, 13 de janeiro de 1947.  
Ass.: Walter Jobim, Oscar Fontoura e F. Brochado da Rocha

De qualquer modo, a partir desses acontecimentos envolvendo PSD e PCB pode-se concluir o peso da influência exercida pela LEC. Os pessedistas, temendo uma reação dos católicos contrária à candidatura Jobim, viram-se obrigados a tomar uma posição pública clara de repúdio ao apoio dos comunistas. Mas é igualmente certo que o apoio do PCB e a

<sup>216</sup> *Correio do Povo*, 14/01/1947, p. 08.

atuação de Prestes trariam grandes benefícios à candidatura Jobim, como demonstraria o resultado do pleito.

### 3.3. O RESULTADO DAS URNAS

No dia 19 de janeiro, o *Correio* noticiava amplamente o escrutínio e saudava o “magnífico exemplo de disciplina partidária e clima sereno” que havia sido logrado naquele processo eleitoral. No decurso da apuração, a imprensa ia divulgando, dia a dia, o clima de expectativa dos partidos e candidatos diante dos resultados. Se, de início, eles mostravam-se equilibrados, no transcorrer da contagem, porém, Walter Jobim ia consolidando uma leve vantagem sobre Alberto Pasqualini.

O cômputo final para os cargos majoritários foram os seguintes:

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Walter Jobim	PSD	229.129	41,23
Alberto Pasqualini	PTB	209.164	37,54
Décio Martins Costa	PL/UDN	105.062	18,91
Branco	-	10.254	1,85
Nulos	-	2.000	0,37
<b>TOTAL</b>		<b>555.609</b>	<b>100</b>

Quadro 4 – Eleição para governador do Rio Grande do Sul em 19/01/1947.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 117).

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Salgado Filho	PTB	195.658	35,21
Oswaldo Vergara	PSD	155.329	27,95
João Carlos Machado	UDN/PL	85.338	15,35
Félix Rodrigues	PRP	43.436	7,81
Trifino Correia	PCB	28.550	5,13
Mendonça Lima	ED	1.815	0,33
Branços	-	43.611	7,84
Nulos	-	1.872	0,34
<b>TOTAL</b>		<b>555.609</b>	<b>100</b>

Quadro 5 – Eleição para o Senado Federal no Rio Grande do Sul em 19/01/1947.  
 Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 118).

A diferença de votos em favor de Jobim foi de pouco menos que 20 mil. As análises de Cánepa (2005: 119-120) e Bodea (1992: 53-58) são convergentes quanto a dois fatores explicativos da vitória do pessedista: o amplo benefício que o controle da máquina administrativa trouxe ao PSD, inclusive porque possibilitou a organização do partido nos mais diversos locais do estado, mesmo nos pequenos municípios, à diferença do PTB, cuja estrutura era incipiente nessas localidades; e o apoio que lhe foi dado pelo PCB. Note-se, a seguir, que a votação dos comunistas para a Assembleia Legislativa ultrapassou o número de 30 mil (quadro 6), e o seu candidato ao Senado logrou mais que 28 mil. Logo, pode-se conjecturar que Pasqualini teria sido eleito se tivesse contado com o apoio comunista.<sup>217</sup>

De acordo com Cánepa, na zona colonial, não obstante a aliança com o PRP, a votação pessedista foi menor em relação ao esperado. A coligação UDN-PL, entretanto, fez ali uma boa votação. Esse fato, segundo a autora, ensejou a que o PSD, após as eleições, rompesse o acordo com o PRP quanto aos cargos públicos, feito por ocasião da coligação (Cánepa, 2005: 119).

No caso dos postulantes à senatoria (quadro 5), a vitória de Salgado Filho foi mais ampla, superando os 40 mil votos sobre o segundo colocado. Tal diferença explica-se, em boa medida, porque PRP e PCB lançaram candidatos ao Senado, o que gerou uma dispersão

<sup>217</sup> Antônio de Pádua, na entrevista ao autor, fez uma avaliação semelhante quanto ao apoio do PCB. A seu ver, para que ocorresse uma vitória de Pasqualini, sequer seria necessária uma manifestação dos comunistas pró-PTB; bastaria apenas uma posição neutra do partido de Prestes.

na votação. Se os votos do perrepista Félix Rodrigues, por exemplo, fossem somados aos de Osvaldo Vergara, ultrapassariam o total obtido por Salgado Filho.

Quanto a Porto Alegre, especificamente, Pasqualini alcançou uma significativa votação (quadro 6), a despeito inclusive do apoio comunista a Jobim. Esse resultado confirma a capital, já nesse primeiro pleito estadual, como um “reduto” eleitoral do PTB. Conforme Bodea, “nunca mais, até 1964, um candidato a governador pelo PTB perderia as eleições em Porto Alegre” (Bodea, 1992: 57).

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Alberto Pasqualini	PTB	45.548	55
Walter Jobim	PSD	23.271	29
Décio Martins Costa	PL/UDN	12.404	16
TOTAL		79.232	100

Quadro 6 – Eleição para governador em Porto Alegre em 19/01/1947.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Bodea, 1992: 56).

Na eleição para o legislativo gaúcho (quadro 7), o PTB superou o PSD por pequena margem no cômputo geral, menos que mil votos. No entanto, já seria o suficiente para que o partido fosse largamente beneficiado pelo mecanismo das sobras.<sup>218</sup> Dessa maneira, do total de 55 cadeiras na Assembleia, 23 ficaram com o PTB, 7 a mais que o PSD, que constituiria a segunda maior bancada.

<sup>218</sup> Como mostramos no primeiro capítulo, a legislação eleitoral de 1945 estabelecia o seguinte quanto à representação proporcional: o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos e dos votos em branco, dividida pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada por meio da divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia através do *mecanismo das sobras*: as vagas ficariam com o partido de maior votação no respectivo pleito.



PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS	CADEIRAS
PTB	171.605	30,88	23
PSD	170.786	30,73	16
PL	54.832	9,86	5
UDN	47.280	8,50	4
PRP	46.783	8,42	4
PCB	32.009	5,76	3
PSP	2.727	0,49	-
ED	2.543	0,46	-
Branços	25.172	4,55	-
Nulos	1.876	0,35	-
<b>TOTAL</b>	<b>555.609</b>	<b>100</b>	<b>55</b>

Quadro 7 – Eleição para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 19/01/1947

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Cf. Cánepa, 2005: 118).

A bancada estadual eleita pelo PTB ficou assim constituída: Affonso de Assumpção Vianna, Álvaro Ribeiro Pereira, Aquiles Mincarone, Ataliba Figueiredo Paz, Celeste Gobbato, César José dos Santos, Egydio Michaelson, Fernando Ferrari, Floriano Neves da Fontoura, Guido Giacomazzi, Guilherme Mariante, Humberto Gobbi, João Belchior Marques Goulart, João Lino Braun, João Nunes de Campos, Jorge Germano Sperb, José Diogo Brochado da Rocha, Leonel de Moura Brizola, Odílio Martins de Araújo, Paulo da Silva Couto, Raimundo Fiorello Zanin, Rodrigo Magalhães dos Santos e Unírio Carrera Machado. *Suplentes*: Adão Paulo de Brum Vianna, Leopoldo Machado Soares, Norival Paranaguá de Andrade, Oibrecy Verney da Silva e Saul Irineu Farina (Heinz, 2005: 90-91).

Embora a candidatura de Pasqualini tenha sido derrotada, o saldo das urnas foi extremamente positivo para o PTB gaúcho. Mesmo sem ter contado com apoio de nenhuma outra agremiação, o partido perdeu por uma pequena diferença de votos para o poderoso PSD. Nas proporcionais, beneficiado pelo mecanismo das sobras, elegeu a maior bancada para a Assembleia Legislativa, o que configura um enorme salto se comparado ao restrito quarto lugar alcançado no pleito de 2 de dezembro de 1945, quando elegeu apenas um deputado federal. Além disso, com Salgado Filho, conquistou a terceira vaga rio-grandense no Senado.

Com a maior bancada do parlamento estadual, uma cadeira no Senado, lideranças do porte de Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas e Salgado Filho, e tendo demonstrado intenso vigor organizativo, o PTB gaúcho saiu do processo eleitoral de 1946/47 ostentando a condição de força política tendente à hegemonia no Rio Grande do Sul. Conforme aponta a historiografia, as disputas pelo poder no estado estiveram polarizadas em torno da sigla ao longo de toda a sequência do período democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente investigação, procuramos compreender a formação do PTB no Rio Grande do Sul nos anos de transição do Estado Novo para o período democrático. Nosso eixo prioritário de análise foi a atuação da sigla no processo eleitoral de 1946/47 no estado. Partimos do pressuposto de que aquele pleito configurou uma espécie de “apresentação” dos partidos nascentes à sociedade, bem como ajudou a definir os contornos principais da reorganização partidária em âmbito regional.

As escolhas e decisões tomadas por lideranças petebistas, naquele momento específico, influíram fortemente na dinâmica do jogo político estadual na etapa subsequente. Em outras palavras, se a delimitação pode parecer um tanto estreita – uma única eleição –, ela se justifica, entretanto, porque seus efeitos repercutiram para muito além do evento em si mesmo.<sup>219</sup>

Na primeira parte do trabalho (capítulo 1), mostramos que o surgimento do PTB gaúcho guardou semelhanças com o observado em sua escala nacional mais genérica. A seção regional foi igualmente criada sob o argumento da defesa dos direitos sociais estabelecidos no decorrer do primeiro governo Vargas. Foi exatamente um grupo de sindicalistas getulistas que tomou a dianteira na fundação da sigla no Rio Grande. Assim, o PTB gaúcho teve como bases formativas o getulismo, o trabalhismo e setores do sindicalismo oficial. Apesar da trajetória em certos sentidos rebelde e independente de integrantes do grupo ligado a José Vecchio, eles seguiam a liderança do ex-presidente e lutavam em favor da legislação social implementada a partir de 1930.

Todavia, o caso sulino também apresentou peculiaridades, geradas basicamente em função de dois aspectos: primeiro, pela aproximação entre o grupo de Vecchio e um segmento progressista da elite intelectual e política local, à época reunido em torno de Alberto Pasqualini; segundo, porque essa aproximação e o posterior ingresso dos pasqualinistas no PTB garantiram de maneira prematura um caráter social-reformista à atuação da sigla no estado.

Mas o que desejamos ressaltar nestas considerações finais, no entanto, é o fato de que tais especificidades não representaram qualquer tipo de isolamento ou mesmo um distanciamento entre a seção gaúcha e o PTB em escala nacional. Diferentemente,

---

<sup>219</sup> Para os anos seguintes, apoiamo-nos especialmente nos trabalhos de Noll e Trindade (2004) e Cánepa (2005).

permitiram até uma maior articulação entre ambas as esferas de atuação, à medida que foram antecipadas no Rio Grande algumas linhas de conduta mais tarde verificadas no partido como um todo.<sup>220</sup>

No tocante às tendências internas, acreditamos que a classificação feita por Lucilia Delgado (2001) é válida para o caso em questão. Nos primórdios, existiam no PTB gaúcho duas tendências ideológicas, políticas e de facções: a getulista pragmática e a doutrinária trabalhista (até 1947, melhor definida apenas como doutrinária). Na primeira, encontravam-se tanto os sindicalistas getulistas quanto os “políticos profissionais” que passaram para o partido sob a orientação direta do ex-ditador; na segunda, estava o grupo de intelectuais progressistas ligado a Pasqualini.

Uma terceira tendência, a pragmática reformista, cuja ascensão na sigla deu-se só a partir dos anos 1950, entrecruzou em sua prática político-partidária elementos das duas anteriores, e teve em um líder forjado nos anos iniciais do PTB gaúcho seu maior expoente nacional: João Goulart. Outra figura destacada da tendência foi Leonel Brizola, igualmente forjada nesse período.

Originários da USB, os doutrinários aproximaram-se do PTB gaúcho ainda em 1945, no contexto fundacional da seção. É possível, inclusive, que fichas de inscrição da USB tenham sido enviadas à capital federal a fim de colaborar com o número mínimo de assinaturas necessárias ao registro definitivo do PTB.

No final daquele ano, às vésperas das eleições presidenciais de 2 de dezembro, o nome de Pasqualini foi indicado pelos líderes sindicais para ser o candidato do partido a governador. O objetivo do grupo de Vecchio era se antecipar a uma provável proclamação de Getúlio em favor do PSD no Rio Grande, à semelhança do que ocorria em relação à candidatura presidencial de Dutra, por eles desaprovada.

Daí em diante, houve uma crescente confluência de propósitos e atitudes entre os getulistas pragmáticos e os doutrinários, cujas consequências na dinâmica do jogo político foram significativas. Os movimentos dos agentes, no transcurso de 1946, orientaram-se principalmente com vistas ao pleito estadual marcado para janeiro do ano seguinte.

Esse processo eleitoral constituiu-se, assim, no tema da segunda parte do trabalho (capítulos 2 e 3). Fundamentados por elementos da teoria do campo político de Pierre Bourdieu, buscamos compreender a atuação do PTB gaúcho frente aos seus adversários e identificar o tipo de capital político então acumulado pela sigla. Tais objetivos desdobram-

---

<sup>220</sup> Conquanto adotem diferentes perspectivas entre si, estamos tomando por base, nessa afirmativa, as obras de Delgado (1989) e Ferreira (2005).

se em quatro questões que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, às quais tentaremos sumariamente responder neste remate.

Uma questão inicial diz respeito *às atuações das duas principais lideranças envolvidas no processo eleitoral: Vargas e Pasqualini*.

Desde que fora retirado do poder, em fins de 1945, a grande meta do ex-presidente era retornar ao Palácio do Catete, mesmo que para isso tivesse de submeter-se às urnas. Obedecendo a tal propósito, seus movimentos, no Rio Grande, sempre correram na direção de um entendimento entre os dois partidos nascidos “de dentro”, PTB e PSD. Desejava que ambas as siglas se unissem ao redor do candidato petedista Walter Jobim, embora não declarasse publicamente tal preferência. Porém, o curso dos acontecimentos tornou inviável qualquer possibilidade de união.

Os getulistas pragmáticos, não obstante a vontade do “chefe de Itu”, conduziram o PTB à participação com candidatura própria no pleito de 1947. Estreitaram os laços com os doutrinários e alçaram Pasqualini à condição de postulante ao governo gaúcho. Durante a segunda Convenção Estadual petebista, em novembro de 1946, quando o ex-secretário do Interior foi lançado, Vargas ainda manteve a postura pública ambígua dos meses anteriores, chegando a tecer concomitantes elogios aos dois concorrentes. Entretanto, essa referência elogiosa *também* a Pasqualini, algo inédito até ali, sugere que o ex-presidente começava a sentir-se obrigado a ceder.

Em paralelo, Pasqualini ia ampliando seu prestígio e sua influência sobre o partido. As ideias e a trajetória do ex-secretário faziam com que os líderes sindicais, em especial, vissem-no como integrante de uma “elite avançada”, com a qual poderiam compor sem maiores restrições. Ademais, era ele uma figura política em ascensão no Rio Grande do Sul.

Vargas, apesar de tudo, sabia que no PTB estavam pessoas que lhe eram de fato fiéis, assim como a vinculação da sigla com o getulismo era claramente maior em comparação com o PSD. Se somarmos a esses aspectos um adensamento eleitoral da candidatura pasqualinista, que ganhava crescente apoio popular, chegaremos às razões pelas quais, a nosso ver, o ex-presidente definiu-se pelo petebista no comício de fins de novembro.

Em síntese, sua estratégia, no âmbito regional, foi garantir o PTB como base privilegiada e evitar, ao mesmo tempo, que Pasqualini ali consolidasse uma eventual hegemonia à frente do partido. Não seria ocasional, nesse sentido, a indicação de Getúlio para que Joaquim Pedro Salgado Filho disputasse a terceira senatoria rio-grandense, tendo

em vista que o ex-ministro do Trabalho possuía uma trajetória intimamente ligada ao seu governo, conforme mostramos. Vargas reconhecia em Salgado Filho uma figura que sempre lhe fora fiel. Sua candidatura seria uma espécie de contrapeso à ascendência pasqualinista no seio do PTB gaúcho.

A segunda questão concerne à *postura dos agentes, em particular os petebistas, quanto ao getulismo*, que então aparecia como um influente instrumento eleitoral definidor de campos de posições no jogo político.

A resposta a tal questão remete mais aos partidos nascidos “de dentro”, pois, por óbvio, o concorrente Décio Martins Costa, representando a coligação entre a UDN e o PL, tinha no antigetulismo – e na tentativa de associá-lo simbolicamente a preceitos autoritários e ditatoriais – um dos eixos principais de articulação do seu discurso.

Quanto ao PSD, verificou-se um progressivo distanciamento, quer do getulismo, quer da liderança pessoal de Vargas. Uma das causas residiu no apoio incondicional de dirigentes locais da sigla ao governo Dutra, a quem o senador, àquela altura, já desferia ataques abertos (Costa, 1983: 93-95). Contudo, até o comício de fins de novembro de 1946, os pessedistas em nenhum momento prescindiram do apoio varguista a Jobim, sobretudo porque sabiam que aparecer vinculado ao getulismo traria dividendos eleitorais. Foi justamente o discurso do ex-presidente nesse comício que abriu caminho para o terminante afastamento.

No caso do PTB, é possível identificar um paradoxo: a despeito da postura crítica de Pasqualini ao getulismo, o partido mostrou-se vinculado a esse movimento de opinião no transcurso de todo o processo eleitoral. Quer dizer, o getulismo permaneceu como uma marca da sigla inclusive durante a campanha pasqualinista. Isso resulta de duas ordens de fatores: por um lado, porque os getulistas pragmáticos constituíam a quase totalidade dos dirigentes petebistas (lembremos que a fusão oficial com a USB deu-se somente às vésperas da campanha); por outro, pelo fato de que, se Pasqualini não endossava tal movimento, ele igualmente não era um antigetulista, mas sim um crítico de projetos políticos personalistas. Além do mais, o candidato tinha ciência – assim como Jobim e seus partidários – de que uma posição contrária o prejudicaria nas urnas.

A terceira questão refere-se às *tomadas de posição do PTB em relação aos adversários*, ou seja, à maneira como o partido procurou diferenciar-se dos demais no enfrentamento de temas considerados relevantes à época.

Ocorreu, a nosso entender, uma tentativa de opor o largo alcance social da plataforma eleitoral do PTB ao diminuto comparecimento de providências dessa natureza nas propostas dos adversários. Décio Martins Costa adotou como eixos fundamentais de seu discurso o antigetulismo e a defesa das liberdades democráticas. As proposições de Walter Jobim, por sua vez, diziam respeito quase que exclusivamente aos problemas infra-estruturais do estado, com destaque para o plano de eletrificação.

Em contraposição, a retórica pasqualinista articulou dois elementos essenciais: a defesa da manutenção e ampliação dos direitos sociais então vigentes e a consecução de melhorias nas condições de vida do povo, estas efetivadas através de medidas com caráter distributivo e de assistência social. O concorrente serviu-se, dessa forma, de elementos comuns entre o programa petebista e o ideário que ele próprio vinha formulando, no qual oferecia uma série de medidas com tal caráter.

Julgamos que o social-reformismo presente na retórica de Pasqualini, ao longo desta primeira campanha ao governo do Rio Grande do Sul, foi de tal maneira enfatizado, que acabou por selar o distanciamento dos partidos “de dentro” no jogo político. Mais do que isso, ajudou a delinear os contornos de uma crescente polarização que marcou a política gaúcha no decorrer de praticamente todo o período democrático encerrado em 1964: de um lado, o PTB como representante de um campo mais progressista; de outro, o PSD na condição de líder de um campo conservador.

Além disso, essa ênfase social-reformista rendeu a Pasqualini a “acusação” de “comunista disfarçado”. Em um momento em que o anticomunismo, em particular aquele professado pela Igreja Católica, manifestava-se como símbolo a pautar as disputas políticas, o candidato buscou constantemente afastar-se dessa “pecha”. No entanto, teve também de enfrentar uma posição hostil de setores do clero, em especial nas zonas coloniais.

Uma última questão gira em torno *da forma como o trabalhismo apareceu na retórica de Pasqualini ao longo da campanha eleitoral.*

O concorrente valeu-se do trabalhismo como uma ideia-força dotada de amplo poder mobilizatório, sobretudo porque a expressão remetia ao intervencionismo de um Estado protetivo. Todavia, não associava essa concepção a qualquer personalismo, inclusive o varguista. Seu esforço, dali em diante, seria por dilatar a significação do termo e conferir-lhe um caráter de doutrina social, aproximando-o do que entendia ser uma forma de capitalismo mais humanizada, a qual chamava de “solidarista”.

O PTB gaúcho “apresentou-se” à sociedade principalmente a partir do discurso de seu candidato, preconizando a defesa dos trabalhadores, a luta em favor da manutenção e ampliação dos direitos sociais e a consecução de melhorias das condições de vida do povo. Orientado por tais princípios, o candidato propôs medidas de natureza distributiva e de assistência social, consubstanciadas na plataforma eleitoral petebista.

Por fim, uma consideração um pouco menos formal. Todo trabalho acadêmico deve, sem dúvida, procurar desviar-se dos tentadores julgamentos de valor. Porém, a nosso ver, não podemos abrir mão, historiadores que somos, das lições que os agentes do passado possam nos oferecer. Obviamente, as figuras políticas que protagonizam este estudo, trabalhistas ou não, atuavam pautadas por interesses – materiais ou simbólicos, como propôs Bourdieu – particulares e/ou de seus grupos. Só que a essa luta (ilegítima?) pela satisfação de interesses, parece que se somavam movimentos resultantes de programas claros, quer dizer, o jogo político também compreendendo aproximações e distanciamentos ideológicos um tanto nítidos ao conjunto da sociedade. Por concluir este trabalho no momento em que os brasileiros preparam-se para adentrar em novo período eleitoral, escutamos com estranheza, por exemplo, o argumento contemporâneo da “viabilidade nas urnas” quando das formulações de alianças entre partidos e candidatos. Algo como: “Primeiro decidimos o nome que possa vencer e dividimos os cargos (e quem sabe já buscamos os possíveis financiadores de campanha), depois pensamos melhor no que vamos propor à sociedade”. Se nos deparamos, atualmente, com um descrédito generalizado acerca das instituições de representação no país, por que não fazer das trajetórias desses agentes políticos do passado exemplos que, de modos diversos, possam ajudar na superação de nosso impasse?



## FONTES DE PESQUISA

### **1) Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM) – Fontes de imprensa:**

*Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre – Edições de março de 1945 a fevereiro de 1947;

*Jornal Diário de Notícias*, Porto Alegre – Edições de março de 1945 a fevereiro de 1947;

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – Edições de outubro e novembro de 1945;

*Revista do Globo*, Porto Alegre – Edições de setembro de 1946 a fevereiro de 1947.

### **2) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) – Documentos:**

Arquivo Getúlio Vargas – Documentos e correspondências referentes ao período 1945-1947.

### **3) CPDOC-FGV – Programa de História Oral:**

TALARICO, José Gomes. *José Gomes Talarico I (depoimento, 1978/1979)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1982.

VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.

### **4) Entrevista:**

Entrevista de Antônio de Pádua Ferreira da Silva ao autor. Porto Alegre, 1º/10/2009.

### **5) Publicações:**

DUTRA, Milton. *O Trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

PASQUALINI, Alberto. [1948] *Bases e sugestões para uma política social*. Santa Maria / Ivorá: Prefeitura Municipal de Ivorá; IPREMEC/UFSM, 1994. (Coleção Obras Completas, Volume 1)

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, 1994. (4 Volumes)

VALLS, Luiz Fernando. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001a. (Verbetes sem autoria especificada: Aníbal di Primio Beck, vol. 1, p. 601; Dinarte Dornelles, vol. 2, p. 1903; Osvaldo Vergara, vol. 5, p. 6024.)

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001b, p. 4260-4279. (Volume 4)

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *Gênese do estado democrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. [1979] *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. [1989]. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1993.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo (1937-1964)*. São Paulo: Difel, 1977.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1983.

COUTINHO, Amélia. Trifino Correia. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 1617-1619. (Volume 2)

DALMAZO, Renato Antonio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul (1940-1974)*. Porto Alegre: FEE, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. [1998] *A era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-293.

DUTRA, Milton. *O Trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: *Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 13, 1995, p. 19-29.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. *Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 182-218.

\_\_\_\_\_. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a, p. 59-124.

\_\_\_\_\_. *Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio*. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 279-294.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001b, p. 4419-4430. (Volume 4)

FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*” A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.

GERTZ, René. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.) et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 347-368.

\_\_\_\_\_. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? In: AXT, Gunter (Org.) et al. *Da vida para a História*. Reflexões sobre a Era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça; Memorial do Ministério Público, 2005, p. 195-210. (Coleção Sujeito & Perspectiva, v. 2).

\_\_\_\_\_. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir. Vol.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 39-58. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol. 4).

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro. [1988] *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. In: *Varia História*, n. 28, dez./2002, p. 55-68.

\_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel (Org.) et al. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2005, p. 21-44.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 83-99.

HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIPPOLITO, Lucia. Partido Social Democrático (PSD). In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 4382-4394. (Volume 4)

HOBBSAWM, Eric. [1994] *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia em Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 837-855. (Volume 1)

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2006.

MOREIRA, Regina da Luz. Joaquim Pedro Salgado Filho. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001a, p. 5207-5209. (Volume 5)

\_\_\_\_\_. Válder Jobim. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001b, p. 2847-2850. (Volume 3)

\_\_\_\_\_. João Carlos Machado. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001c, p. 3388-3390. (Volume 3)

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823 – 2002)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no RS (1928 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1980.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O Velho PTB: novas abordagens. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 274-284.

PASQUALINI, Alberto. [1948] *Bases e sugestões para uma política social*. Santa Maria / Ivorá: Prefeitura Municipal de Ivorá; IPREMEC/UFMS, 1994. (Coleção Obras Completas, Volume 1)

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-277.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir. Vol.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 17-37. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol. 4).

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_. Confrontos no pós-guerra – o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. In: *História Hoje: Revista Eletrônica de História*, v. 3, n. 8, dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945-1947. In: *Métis: história e cultura*, v. 5, n. 10, julho/dezembro de 2006, p. 179-202.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, 1994. (4 Volumes)

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TALARICO, José Gomes. *José Gomes Talarico I (depoimento, 1978/1979)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1982.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política no RS*. Dissertação (Mestrado em História), Área de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH/RS, 2008, Porto Alegre. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <[http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1214060983\\_ARQUIVO\\_artigofinal.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1214060983_ARQUIVO_artigofinal.pdf)>. Acesso em: 21/02/2010.

VALLS, Luiz Fernando. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.

VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*: Oliveira Vianna & companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

WEFFORT, Francisco Correia. [1978] *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)